

# Índice

---

<b>1. Atividades do emissor</b>	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	13
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	29
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	30
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	35
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	36
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	37
1.10 Informações de sociedade de economia mista	39
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	40
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	41
1.13 Acordos de acionistas	42
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	43
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	44
1.16 Outras informações relevantes	45
<b>2. Comentário dos diretores</b>	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	46
2.2 Resultados operacional e financeiro	62
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	65
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	67
2.5 Medições não contábeis	68
2.6 Eventos subsequentes as DFs	77
2.7 Destinação de resultados	78
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	79
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	80
2.10 Planos de negócios	81
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	83
<b>3. Projeções</b>	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	85
3.2 Acompanhamento das projeções	86

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	88
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	122
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	123
4.4 Processos não sigilosos relevantes	125
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	131
4.6 Processos sigilosos relevantes	132
4.7 Outras contingências relevantes	133
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	136
5.2 Descrição dos controles internos	142
5.3 Programa de integridade	146
5.4 Alterações significativas	150
5.5 Outras informações relevantes	151
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	152
6.3 Distribuição de capital	156
6.4 Participação em sociedades	157
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	158
6.6 Outras informações relevantes	159
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	160
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	165
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	166
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	167
7.4 Composição dos comitês	172
7.5 Relações familiares	179
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	180
7.7 Acordos/seguros de administradores	183
7.8 Outras informações relevantes	186
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	188

# Índice

---

8.2 Remuneração total por órgão	194
8.3 Remuneração variável	198
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	200
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	212
8.6 Outorga de opções de compra de ações	213
8.7 Opções em aberto	215
8.8 Opções exercidas e ações entregues	217
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	218
8.10 Outorga de ações	219
8.11 Ações entregues	220
8.12 Precificação das ações/opções	221
8.13 Participações detidas por órgão	224
8.14 Planos de previdência	225
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	226
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	229
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	230
8.18 Remuneração - Outras funções	231
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	232
8.20 Outras informações relevantes	233
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	234
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	235
9.4 Outras informações relevantes	236
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	237
10.1 Descrição dos recursos humanos	239
10.2 Alterações relevantes	242
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	243
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	246
10.5 Outras informações relevantes	248
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	249

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	251
11.2.1 Itens 'n.' e 'o.'	252
11.3 Outras informações relevantes	253
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	254
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	255
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	256
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	258
12.5 Mercados de negociação no Brasil	259
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	260
12.7 Títulos emitidos no exterior	261
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	262
12.9 Outras informações relevantes	263
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	273
13.1.1 Declaração do diretor presidente	274
13.1.2 Declaração do diretor de relações com investidores	276
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

## 1.1 Histórico do emissor

A Companhia tem uma história de 23 anos de atuação no mercado que pode ser dividida em três grandes períodos:

### **Primeiro Ciclo de Crescimento (2001 a 2010):**

A Allied foi fundada em 2001, quando a família Radomysler iniciou as atividades (inicialmente, por meio da Allied Advanced Technologies Ltda.) de importação e distribuição de telefones celulares e acessórios de eletrônicos no Brasil. Nesta época, o mercado destes produtos era centrado nas operadoras de telefonia. Assim, durante muitos anos, a Allied foi conquistando seu espaço no abastecimento de produtos e na provisão de serviços tanto para as *telcos*, como para os fabricantes de produtos. A principal conquista deste primeiro ciclo de vida da empresa foi um contrato de exclusividade de customizações e serviços de pós-vendas com uma grande operadora. Este passo foi muito importante para a Allied ganhar relevância perante outros *players* do mercado.

Uma importante mudança no mercado brasileiro de telefones celulares ocorreu no final dos anos 2000. Em 2007 a Agência Nacional de Telefonia (ANATEL) aprovou o Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), que possibilitou aos clientes das operadoras portarem seus números para empresas concorrentes sem nenhuma penalidade. Com isso, as operadoras de telefonia foram retirando os subsídios nos preços dos telefones celulares vendidos em suas lojas. Ao invés de reduzir o preço dos aparelhos em troca de uma fidelidade do cliente, as operadoras passaram a oferecer planos com diferenciais em serviços (maiores franquias de minutagem e dados, por exemplo). Como consequência, varejistas de diferentes segmentos da economia passaram a incorporar o produto em seu portfólio de vendas e oferecê-los aos consumidores. Em poucos anos, as operadoras, que representavam quase a totalidade do volume de vendas de telefones celulares, passaram a ter uma quota de mercado bastante reduzida.

Considerando o seu posicionamento próximo aos fabricantes de aparelhos e às *telcos*, foi natural que a Allied se tornasse um parceiro importante para levar seus produtos e serviços ao consumidor brasileiro através da compra e revenda para uma vasta gama de varejistas em todo o país. Ao final desse período, a Companhia já se posicionava como um grande distribuidor de produtos eletrônicos do Brasil e iniciava sua trajetória como varejista nos canais físico e digital.

### **Segundo Ciclo de Crescimento (2010 a 2014):**

A migração das vendas de telefones celulares das lojas de operadoras para as lojas de varejistas de diversos segmentos abriu uma enorme oportunidade para a Allied se posicionar como o principal distribuidor destes produtos no Brasil. Além do mercado de distribuição crescer, os telefones celulares, no início dos anos 2010, passavam por uma renovação tecnológica. A base instalada migrava para telefones com mais tecnologia (*smartphones*). O resultado deste ambiente de negócios, somado à habilidade da Allied de navegar em cenário logístico, tributário e de crédito bastante complexos, foi um crescimento exponencial da empresa.

O aporte de capital do fundo de *private equity* One Equity Partners, em 2011, veio nesse contexto para que a Allied capturasse o crescimento de mercado vislumbrado. Além de aportar capital para financiar a expansão da distribuição, o fundo contribuiu aprimorando os controles internos, as práticas gerenciais e a governança.

Também foi neste período que a Companhia iniciou a diversificação de seus negócios: (i) em 2012, a Allied fechou os primeiros contratos com operadoras de telefonia para gerir suas lojas online, (ii) em 2013, a Companhia abriu suas primeiras lojas de varejo da marca Samsung em *shopping centers* localizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; e

## 1.1 Histórico do emissor

(iii) ao longo deste período, a Companhia passou a distribuir outros produtos, como câmeras digitais, notebooks e consoles de vídeo games.

Em 2014, a Companhia foi efetivamente constituída e, em 2016, incorporou a Allied Advanced Technologies Ltda. (então denominada Allied S.A.).

### **Terceiro Ciclo de Crescimento (2015 aos dias atuais):**

Em janeiro de 2015, o controle da Allied foi adquirido pelos FIP Brasil I e II detidos indiretamente por entidades geridas pela Advent International Corporation. A partir deste momento, dois grandes movimentos ocorreram para posicionar a empresa como o líder no universo de produtos e serviços digitais.

A partir de 2017, inicia-se o fortalecimento do canal de venda de varejo digital com a constituição da subsidiária Mobcom Tecnologia Ltda. que reforçou o posicionamento da Allied nos canais de vendas online. Naquele ano, o número de lojas da Samsung operadas pela Allied era 53.

Ainda em 2017, a empresa adquiriu a totalidade das ações ordinárias da Companhia Wooza Tecnologia e Representações S.A. plataforma de prestação de serviços de habilitação de plano de dados, voz e recarga e desenvolvimento de sistemas tecnológicos no canal online. Também em 2017, foi iniciado um novo modelo de operação de lojas no varejo físico, denominado "*Store in Store*". Com esse formato, a Allied ampliou sua atuação no varejo como parceiro para gestão das vendas de produtos de tecnologia.

Seguindo o movimento de expansão e consolidação como varejista, a Allied adquiriu, em 2018, a totalidade do capital social da Arte Telecom Ltda., que tinha, então, 39 Lojas Samsung.

Em 2019, realizou a aquisição de mais 8 pontos de venda Samsung que, além de ampliar sua operação, também permitiu a expansão geográfica além do eixo Sudeste do país. Ainda em 2019, buscando complementar suas unidades de negócio e potencializar os resultados do varejo, a Allied criou a SOUDI Pagamentos Ltda., uma plataforma digital para oferta de produtos e serviços financeiros. A SOUDI foi criada com o objetivo principal de disponibilizar um instrumento de pagamento (cartão de crédito) ao consumidor final, impulsionando assim a venda de produtos nos pontos de venda da Allied.

O ano de 2020 foi marcado pela expansão das plataformas digitais, com (i) o lançamento do programa iPhone pra Sempre, selando uma parceria importante e posicionando a Allied, novamente, como um parceiro estratégico dos fabricantes do segmento; (ii) desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma de venda de produtos e serviços online (SAV); e (iii) expansão da SOUDI com implementação em todas as operações Samsung da Allied e acordo para expansão em todas as lojas da Samsung no país.

Em abril de 2021, a Allied realizou a sua listagem no segmento do Novo Mercado na B3 e, com isso, passou a ter suas ações negociadas em bolsa de valores. Os recursos captados na oferta primária foram destinados à sustentação do crescimento nos anos subsequentes, amparados nos pilares estratégicos definidos pela Administração da Companhia. Com a listagem no segmento do Novo Mercado, a Allied ratificou o seu compromisso com as boas práticas de Governança Corporativa.

Em 2021, a Companhia adquiriu a BrUsed, uma empresa especializada na aquisição e venda de aparelhos eletrônicos usados, posteriormente incorporada. Esta aquisição aumentou a escalabilidade e fortaleceu a proposta de valor para os clientes da Companhia no segmento de eletrônicos recondicionados. Através dessa aquisição foi integrado um

## 1.1 Histórico do emissor

canal focado em clientes finais pessoa física, em linha com a estratégia para esse segmento.

Em 2022, a Companhia reformulou sua marca de aparelhos recondicionados, lançando oficialmente a Trocafí para atender esse mercado.

O ano de 2023 foi marcado pela diversificação das frentes de negócio da Allied, com destaque para a (i) a expansão internacional, com a distribuição de eletrônicos para países da América Latina para grandes fabricantes do segmento; (ii) o aumento dos canais de captação da Trocafí; (iii) o lançamento de lojas online da HP para o consumidor final e para pequenas e médias empresas; e (iv) o início da operação de locação para a fabricante Acer.

Foi dentro desse contexto que a Allied se tornou uma das principais empresas do segmento de eletrônicos de consumo, posicionando de forma estratégica como um facilitador do mercado, por meio da utilização de seus canais de venda (distribuição, varejo físico e varejo digital) para capitalizar seu portfólio e os serviços dos principais fabricantes do segmento, mediante a prestação de um serviço de excelência.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Visão Geral

Nascemos em 2001 com a missão de levar o universo digital ao alcance de todos. Há anos, somos um dos principais *players* do mercado brasileiro de eletrônicos de consumo, sendo que cerca de 1 a cada 10 celulares adquiridos no Brasil são vendidos por nós<sup>1</sup>. Em 2023, comercializamos aproximadamente 6,6 milhões de produtos por meio dos canais físicos e digitais, o que totalizou R\$ 6,7 bilhões em receita bruta<sup>2</sup> de vendas.

Atuamos através de 3 canais de vendas: varejo físico, varejo digital e distribuição. Comercializamos um portfólio completo de produtos e soluções customizadas para clientes B2B e B2C, representando muitas das principais marcas de eletrônicos de consumo que atuam no Brasil, como Apple, HP, Samsung, Motorola, Microsoft, Lenovo e Acer, entre outras, em mais de 10 categorias de produtos. Vendemos produtos de mais de 30 marcas *premium* e, além disso, somos os únicos representantes de grandes marcas do setor, com destaque para Google.

Além da venda de produtos, oferecemos também uma variedade de serviços complementares agregados aos nossos clientes, incluindo serviços financeiros, seguros, *trade-in* de aparelhos, planos de operadoras e aluguel de equipamentos para empresas com parceria com a Acer.

Em 31 de dezembro de 2023, contávamos com mais de 1,3 mil colaboradores (1.106 empregados e 203 terceirizados), 122 pontos de vendas (lojas e quiosques, sendo 121 operações Samsung e 1 quiosque Trocaf) e 4 centros de distribuição (Jundiaí/SP, Serra/ES, Extrema/MG e Miami-US).

### Nosso Negócio

Nossas operações consistem em varejo (via lojas físicas e digitais), bem como atividades de distribuição como um dos principais *players* na compra de bens eletrônicos de consumo diretamente de fabricantes. Abaixo estão os principais indicadores financeiros por canal de venda para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

#### Indicadores financeiros por canal de venda

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais)			
Canal de venda	Receita Líquida Ajustada	Lucro Bruto Ajustado <sup>3</sup>	Participação do canal de venda no lucro bruto ajustado da Companhia
Varejo (físico e digital)	1.290,7	384,8	56,7%
Distribuição (Brasil e Internacional)	4.564,2	293,4	43,3%

<sup>1</sup> De acordo com estudos internos da companhia e relatórios de mercado do GfK.

<sup>2</sup> Receita Bruta considera a receita com venda de mercadorias, receita com serviços prestados, devoluções, abatimentos, cancelamentos e descontos sobre vendas.

<sup>3</sup> No exercício social encerrado em 2023 não houve ajustes ao lucro bruto.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Total	5.854,9	678,3	100,0%
-------	---------	-------	--------

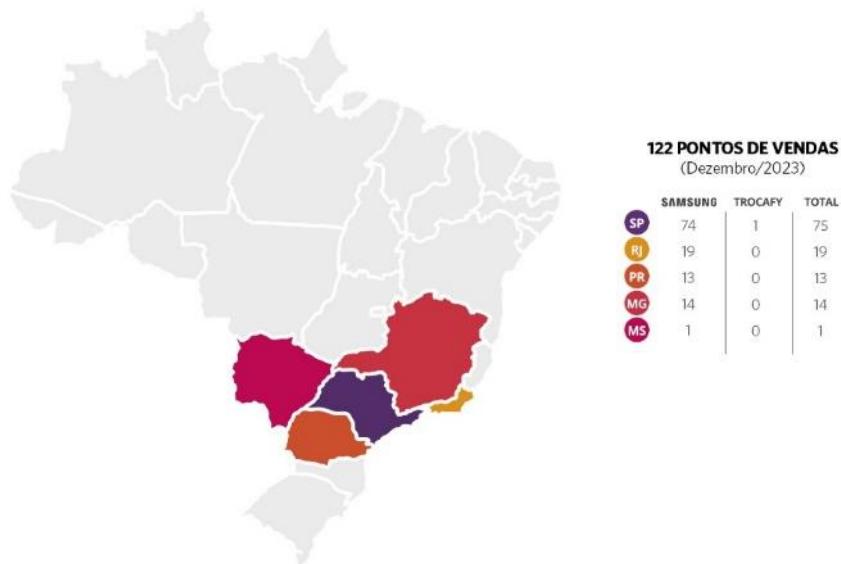
### Varejo físico

Iniciamos nossa atuação no varejo físico em 2013, com a abertura da primeira loja Samsung operada pela Companhia. Terminamos o ano de 2023 com 122 pontos de venda, sendo 121 Samsung (91 lojas e 30 quiosques) e 1 quiosque da marca Trocafý, que é a nossa plataforma de comercialização de produtos recondicionados. Nossa receita líquida neste canal foi de R\$ 495,8 milhões em 2023. A variação da receita bruta de vendas decorrente do *same-store sales*<sup>4</sup> das nossas operações físicas no ano de 2023, comparado com 2022, foi de -7,57%

Somos o maior parceiro da Samsung no Brasil, segundo dados gerenciais da Samsung. As lojas físicas da Samsung são os principais canais de venda dos celulares *premium* da marca, o que reforça a importância de serem operadas por *players* capacitados e experientes. Além de prestar um atendimento de alto nível aos clientes, os canais oficiais da Samsung são beneficiados por condições diferenciadas de lançamento dos produtos da marca. Nosso posicionamento é diferenciado pela experiência ao cliente, profundidade de portfólio e serviços agregados.

Nossa atuação com a Samsung se dá através de um contrato de parceria, que nos permite utilizar a marca Samsung nos pontos comerciais desta marca que operamos mediante cumprimento de algumas condições operacionais.

O mapa abaixo apresenta a distribuição geográfica dos nossos 122 pontos de venda, incluindo o quiosque da Trocafý, em 31 de dezembro de 2023:



<sup>4</sup>Same Store Sales considera a receita bruta, líquida de devoluções, de lojas com 12 meses de operação, nos dois períodos comparados.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Varejo digital

Em nossos canais digitais, comercializamos o mesmo extenso portfólio de produtos eletrônicos oferecidos na distribuição, além de operarmos programas estratégicos com nossos principais parceiros. Em 2023, atingimos R\$ 794,9 milhões de receita líquida do canal de venda varejo digital através, principalmente, da venda de 415 mil produtos comercializados. O crescimento anual médio da receita líquida deste canal, de 2019 a 2023, foi de 33,4%.

Vendemos nossos produtos nos principais *marketplaces* do Brasil e acreditamos estarmos posicionados entre os maiores *sellers* de *smartphones*, em termos de receita. Além de operarmos sob a nossa marca MobCom, a nossa experiência operacional no mercado brasileiro de eletrônicos de consumo nos permitiu firmar parceria com marcas como HP para operar suas respectivas lojas oficiais dentro dos principais *marketplaces* brasileiros.

Em relação às parcerias estratégicas, atualmente operamos três programas:

- O primeiro deles é o programa “iPhone pra Sempre”, lançado em agosto de 2020 em parceria com o Banco Itaú e a Apple. Através desse programa, o cliente do banco pode adquirir celulares da Apple parcelando, no seu cartão de crédito do Banco Itaú, aproximadamente 70% do valor do aparelho, em 21 vezes, mais o saldo remanescente ao final do período. Por meio deste programa, atuamos com parceria exclusiva para compras, emissão de faturas, recompra e revenda após a reforma dos aparelhos. Em 2022, expandimos o portfólio do programa com a inclusão de AirPods. Os produtos vendidos por meio deste programa possuem um ticket médio substancialmente superior à média do mercado de *smartphones*. Essa parceria permitiu à Companhia entrar no mercado de *smartphones* recondicionados, uma vez que os aparelhos devolvidos pelos clientes do programa são recomprados pela Allied;
- O segundo programa operado pela Companhia é o Xbox All Access, em parceria com a Microsoft e o Banco Itaú. Através deste programa, o cliente do banco pode comprar o console de videogame da marca junto com 21 meses de assinatura do Game Pass Ultimate, com o pagamento facilitado em 21 parcelas. A Companhia é responsável pela inteligência de operações e logística, viabilizando a ativação do Game Pass Ultimate no console e entregando ao consumidor a experiência de receber o produto com o serviço de jogos já vinculados;
- O terceiro programa, o qual foi iniciado em 2023 e será complementado em 2024, é a operação das lojas da HP por meio do Mercado Livre, voltada para o consumidor final, e por meio da loja oficial online, voltada para pequenas e médias empresas. Nesse contexto, a Allied será responsável pelas demandas operacionais da loja (tais como gestão de estoque, faturamento, expedição e entrega).

Nossa estratégia de crescimento no canal de Varejo Digital prevê a maior diversificação de produtos/categorias dentro do canal, sendo que, em 2023, a participação de *smartphones* foi de 85%.

O nosso varejo digital tem se tornado cada vez mais relevante dentro da estratégia de varejo consolidado da Companhia, sendo que, em 2023, esse canal representou 14% da receita líquida consolidada da Companhia.

### Distribuição

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Somos o maior distribuidor de produtos eletrônicos de consumo no Brasil, segundo o Ranking Exame Maiores e Melhores mais recente<sup>5</sup> e distribuímos, de forma recorrente, mais de 4,1 mil SKUs. Somos um comprador relevante de vários dos principais fabricantes de produtos eletrônicos de consumo e um parceiro relevante da grande maioria dos varejistas que atuam com esta categoria de produtos. Acreditamos ter um relacionamento saudável e de longa data com todos os *stakeholders* relevantes, o que nos ajuda nas constantes negociações e parcerias que realizamos em conjunto. Em 2023, comercializamos aproximadamente 5,7 milhões de produtos para mais de 3 mil clientes por meio da nossa distribuição. Nossa canal de distribuição atingiu R\$ 4,6 bilhões em receita líquida em 2023, o que representa um crescimento anual médio de 13,4% desde 2019. Muitos fabricantes possuem limitada estrutura comercial, de operações e logística em território brasileiro. Com isso, nos tornamos um parceiro estratégico para que eles atinjam o potencial de suas marcas.

Nossa operação de distribuição está focada em agregar valor aos revendedores e varejistas, especialmente os que não são atendidos pelos grandes fabricantes. Esse grupo inclui (i) pequenos e médios varejos que não têm volume de compra suficiente para comprar diretamente dos fabricantes; (ii) varejos que têm baixo limite de crédito; (iii) clientes que precisam de pronta entrega; (iv) varejos que possuem necessidades logísticas específicas e que, por isso, requerem um serviço personalizado; (v) clientes que desejam realizar alguma customização nos produtos adquiridos; e (vi) varejos que precisam da nossa *expertise* para gerenciar a categoria de eletrônicos. Alguns grandes varejistas que atuam em território nacional também são nossos clientes relevantes, uma vez que temos grande habilidade em suprir, com agilidade, eventuais desequilíbrios de oferta e demanda entre fabricantes e varejistas.

### Indicadores Financeiros e Operacionais<sup>6</sup>

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, alcançamos uma receita líquida ajustada de R\$ 5.854,8 milhões (um aumento de 14,2% comparado a 2022), um lucro bruto de R\$ 678,3 milhões (uma redução de 12,2% comparado a 2022) e um EBITDA Ajustado de R\$ 250,5 milhões (uma redução de 11% comparado a 2022).

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros que são mensurados anualmente. As tabelas a seguir ilustram a evolução de alguns de nossos principais resultados financeiros e operacionais ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

<b>Indicadores financeiros</b>  <b>(em milhares de R\$)</b>	<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita líquida ajustada	5.854.915	5.127.781
Lucro bruto ajustado <sup>7</sup>	678.349	772.592

<sup>5</sup> Ranking Exame Maiores e Melhores de 2023.

<sup>6</sup> Para maiores informações a respeito dos ajustes realizados nos indicadores financeiros e operacionais da Companhia, ver a Seção 2 deste Formulário de Referência.

<sup>7</sup> Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve ajustes no lucro bruto.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

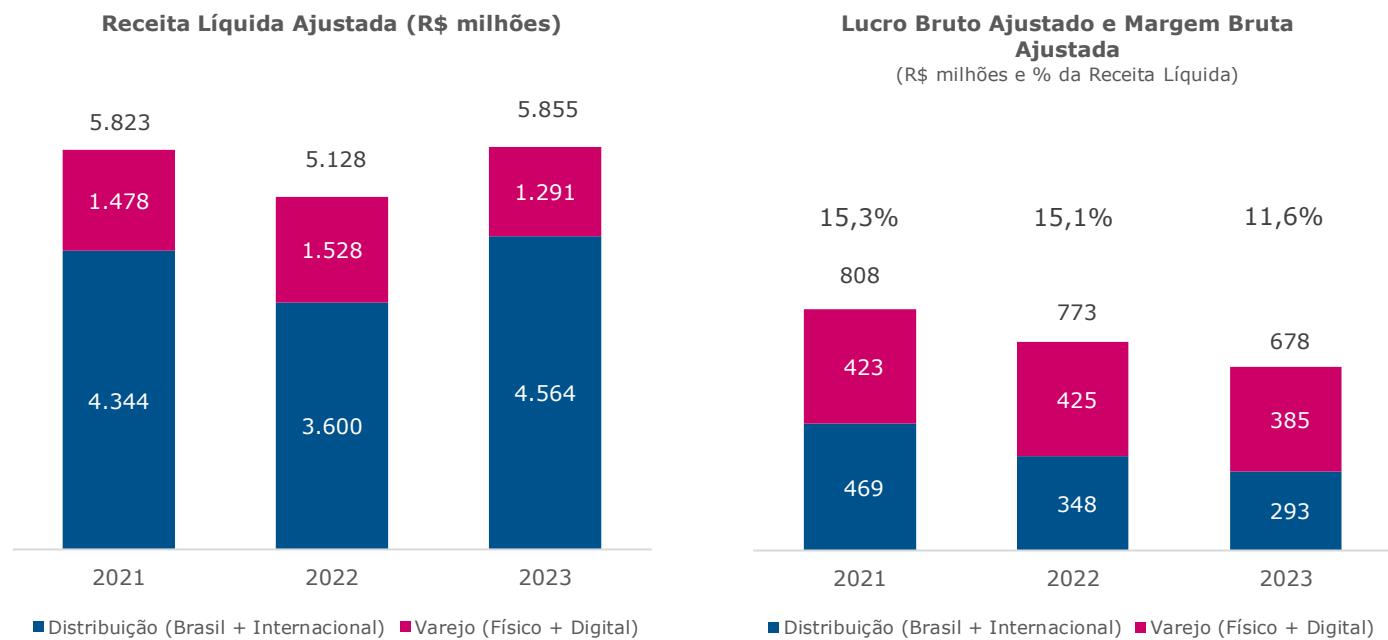
Lucro líquido do período/exercício	122.444	76.146
Lucro líquido Ajustado	100.510	76.574
EBITDA Ajustado <sup>8</sup>	250.514	281.597

<b>Indicadores financeiros (em milhares de R\$)</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Patrimônio Líquido	1.599.166	1.499.921
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)	81.660	221.185
Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)	462.053	408.395

<b>Indicadores Operacionais</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Volume de Produtos Vendidos	6.553.978	6.987.417
Pontos de Venda de Varejo Físico	122	132

<sup>8</sup> O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156/22, não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



### Receita Líquida Ajustada (em R\$ milhões, exceto %)

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	2023	2022	Var %
Distribuição	4.564,2	3.600,2	26,8%
Varejo Físico	495,8	566,8	-12,5%
Varejo Digital	794,9	960,8	-17,3%
<b>Total</b>	<b>5.854,9</b>	<b>5.127,8</b>	<b>14,2%</b>

### Lucro Bruto Ajustado<sup>9</sup> (em R\$ milhões, exceto %)

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	2023	2022	Var %
Distribuição	293,4	348,0	-15,7%
Varejo	384,8	424,6	-9,4%
<b>Total</b>	<b>678,3</b>	<b>772,6</b>	<b>-12,2%</b>

### Margem Bruta Ajustada

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	2023	2022	Var %
Distribuição	6,4%	9,7%	-3,2%
Varejo	29,8%	27,8%	2,0%
<b>Total</b>	<b>11,6%</b>	<b>15,1%</b>	<b>-3,5%</b>

<sup>9</sup> Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve ajustes ao lucro bruto.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Nossa Estratégia

Nos últimos 4 anos, expandimos nossa atuação na distribuição e no varejo digital, e provamos ser *player* proficiente nesse setor. Seguindo nossa missão de LEVAR O UNIVERSO DIGITAL AO ALCANCE DE TODOS, nossa estratégia está baseada na manutenção do crescimento acelerado dos nossos canais e na diversificação das fontes de receita através de novas iniciativas, principalmente a internacionalização, o fortalecimento do canal B2B, a nossa plataforma de serviços financeiros e a comercialização de produtos recertificados.

#### ***Internacionalização***

Em agosto de 2022, a Companhia estabeleceu uma nova empresa, sediada em Miami, para iniciar o seu processo de expansão geográfica internacional. O objetivo desse novo posicionamento é: (i) aumentar a capilaridade da distribuição, através de parcerias com os principais fornecedores de eletrônicos de consumo em países da América Latina; e (ii) prospectar novos produtos, alinhados a tendências internacionais, para possível importação para o mercado brasileiro.

Em 2023, após o primeiro ano completo dessa operação, a Companhia alcançou, ao todo, 22 clientes em 16 países latino-americanos. O portfólio disponível, inicialmente concentrados em produtos Apple, foi fortalecido com novas marcas, como Motorola e Google. O desempenho positivo da operação internacional reflete a nossa capacidade de agregar valor aos nossos parceiros e atuar de forma estratégica para diversificação dos nossos negócios.

#### ***Ampliação do portfólio voltado para o mercado corporativo***

Vemos uma oportunidade muito grande no mercado de produtos eletrônicos e serviços adjacentes para clientes corporativos, e acreditamos estar bem-posicionados para atender a essa demanda. Atualmente, a Companhia atende clientes corporativos relevantes para os quais fornece produtos do seu portfólio. No entanto, acreditamos que existe um bom potencial para complementar esta oferta com novos produtos/categorias, como videoconferência, VoIP, computação corporativa, infraestrutura, e serviços adjacentes à oferta de *hardwares*, como gestão do parque de telefonia, segurança da informação e aluguel de equipamentos. Além do crescimento orgânico nesta vertical, vislumbramos a possibilidade de aquisições que nos agreguem *know-how* nos serviços mencionados acima.

#### ***Fortalecer e expandir a oferta de serviços e produtos financeiros***

Pretendemos expandir o escopo e o alcance dos serviços financeiros que oferecemos aos nossos clientes, uma iniciativa que iniciamos em 2019 através da Soudi Pagamentos Ltda. ("Soudi"), nossa controlada. A Soudi é uma plataforma proprietária através da qual oferecemos soluções de pagamento, em parceria com instituições financeiras, aos nossos consumidores que carecem de alternativas para adquirir os produtos eletrônicos de consumo que desejam, principalmente em vista o custo médio elevado destes produtos. Através da Soudi estabelecemos uma interface direta com os clientes, conseguimos enviar notificações e bloquear o aparelho em caso de inadimplência. Enxergamos a Soudi como um meio de alavancar nossas vendas, na medida em que oferecemos uma solução de pagamento para os clientes que não possuem saldo suficiente para adquirir os produtos desejados em uma única parcela, possibilitando o pagamento via crédito rotativo. Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos 117,2 mil cartões ativados.

O plano de expansão da Soudi prevê a expansão do número de pontos de venda em que

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

a ferramenta está implementada. Além das nossas 121 operações Samsung operadas pela Companhia, expandimos para outros pontos de venda da marca Samsung (operados por outros parceiros) e para algumas lojas de operadoras de telefonia. Em 31 de dezembro de 2023, a Soudi estava implementada em 349 pontos de venda e tinha uma carteira de crédito de R\$ 69,6 milhões.

Ao final de 2023, a Soudi estreou no mercado a solução Hércules B2B, direcionada para o gerenciamento remoto de gestão de cobrança em celulares e aperfeiçoamento da comunicação com clientes. Adicionalmente, o plano estratégico desenvolvido para a Soudi prevê o fortalecimento dos serviços adicionados, tais como: seguros e o licenciamento da ferramenta para empresas que desejam, através de tecnologia, fortalecer seu relacionamento com cliente e sua efetividade na cobrança de débitos.

### ***Produtos recertificados***

Acreditamos no crescimento do mercado de produtos recertificados no Brasil, especialmente atrativo para a Companhia, que é um dos principais *players* do segmento de eletrônicos de consumo de forma geral. No âmbito do programa iPhone pra Sempre, em parceria com o Banco Itaú e com a Apple, a Companhia assumiu a responsabilidade de recompra dos *smartphones* devolvidos pelos clientes. Vale destacar que, antes dessa parceria, a Companhia endereçava a parceiros especializados os *smartphones* usados que recebia na sua operação, o que ocorria em volume bastante reduzido.

Após a aquisição da BrUsed, em agosto de 2021, a Companhia desenvolveu a marca Trocafí, sua plataforma de comercialização de produtos recertificados. Atualmente, a Trocafí tem como canais de venda o seu e-commerce próprio, um quiosque localizado em um shopping na cidade de São Paulo e lojas em parceiros (Mercado Livre e Livelo, por exemplo).

### ***Expandir nossa oferta de serviços de valor agregado para os clientes do canal de venda de distribuição***

Nosso amplo conhecimento do canal de venda de distribuição de produtos eletrônicos nos permite uma diferenciação do restante do mercado, ao oferecer um leque de serviços de alto valor agregado a nossos clientes. Operação logística customizada, soluções financeiras de crédito, customização de produtos e outros serviços suplementares já fazem parte da nossa atuação. Para continuarmos na vanguarda deste canal de venda, estamos investindo no desenvolvimento de nossa estrutura e processos logísticos, de forma que esperamos aumentar a agilidade e pontualidade da entrega além de flexibilizá-la para que possamos atender cada vez mais as diferentes necessidades de nossos clientes.

### ***Entrada em novas categorias de produto***

Acreditamos estar bem-posicionados para capturar o crescimento do mercado de *smartphones* e, além disso, temos oportunidades de estabelecer presença mais robusta em outras categorias de produtos eletrônicos. Vemos espaço para aumentar nosso *market share* através da adição de marcas com as quais ainda não trabalhamos ao nosso portfólio de produtos. Também vemos oportunidades em mercados (i) ainda incipientes no Brasil, como *smart home*, *drones*, *wearables*; e (ii) mercados consolidados em que a Companhia tem espaço para competir com outros *players*.

### ***Aprofundar sinergias entre as nossas verticais de varejo físico, varejo digital e distribuição***

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O nosso rápido crescimento no varejo foi potencializado pela nossa maturidade no canal de vendas de distribuição e todas as vantagens competitivas que adquirimos ao longo dos anos. Parte fundamental da nossa história de crescimento baseia-se na identificação e exploração das sinergias entre essas verticais, bem como em explorar modelos de negócio que estejam conectados com todas estas verticais, como, por exemplo, os serviços financeiros. Um bom exemplo é a expansão da venda de planos de celular, que se iniciou no canal digital, para o nosso varejo físico, e em seguida para nossos clientes da Distribuição (através de um aplicativo disponibilizado aos funcionários destes varejistas).

### ***Desenvolvimento de Novos Negócios***

Identificamos algumas oportunidades de desenvolvimento de novos negócios em alguns segmentos que seriam atrativos para a Allied, quais sejam: produtos com marca própria e distribuição *B2B*. Potencialmente, essas oportunidades podem ser desenvolvidas através da aquisição de empresas que já atuam nesses setores.

### ***Iniciativas de eficiência operacional***

Desde o 3º trimestre de 2021 e, principalmente, ao longo do ano de 2022, demos início a algumas iniciativas visando a maior eficiência operacional na Companhia. Essas iniciativas, envolvem: (i) melhorias de processos na gestão dos pontos de venda; (ii) aumento da eficiência no processo de compras, com ferramenta de automação; e (iii) renegociação de contratos com fornecedores (ex: segurança, aluguéis etc.).

Em 2023, essas iniciativas são refletidas no resultado operacional, de forma que, a participação das despesas operacionais na receita líquida diminuiu de 11% em 2022 para 8,4% e 2023.

## 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

### a. produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional, tendo em vista que todas as decisões relativas a compras, planejamento financeiro e estratégico são tomadas sob a ótica consolidada. A Companhia possui apenas operação de varejo com distribuição por três canais de venda - varejo físico, varejo digital e distribuição, que são utilizados pela Companhia para prover capilaridade para que fabricantes alcancem o potencial de suas marcas.

Por meio desses canais de venda, a Companhia comercializa produtos eletrônicos de consumo, como *smartphones*, *notebooks*, *wearables*, videogames, TVs, entre outros, e acompanha, de forma recorrente, os lançamentos das principais fabricantes, oferecendo a seus clientes uma ampla gama de produtos do segmento de tecnologia.

### b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Conforme as demonstrações financeiras consolidadas, a receita líquida de vendas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de R\$ 5,9 bilhões e R\$ 5,1 bilhões, respectivamente.

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2023</b>		<b>2022</b>	
<b>(em R\$ milhares, exceto %)</b>	<b>R\$</b>	<b>% do total</b>	<b>R\$</b>	<b>% do total</b>
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	5.854.915	100%	5.127.781	100%
<b>Receita Líquida Ajustada</b>	5.854.915	100%	5.127.781	100%

### c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2023</b>		<b>2022</b>	
<b>(em R\$ milhares, exceto %)</b>	<b>R\$</b>	<b>% do total</b>	<b>R\$</b>	<b>% do total</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	122.444	100%	76.146	100%
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	100.510	100%	76.574	100%

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### a. características do processo de produção

A Companhia não possui processo de produção.

### b. características do processo de distribuição

A Companhia opera suas vendas por meio de canais de venda distintos, conforme abaixo detalhado, o que permite trabalhar com clientes que compreendem desde o consumidor final até todos os diferentes tamanhos e tipos de varejistas. A sinergia de operação entre os canais, a complementariedade de portfólio e a força de negociação da Companhia como um todo com os fabricantes permite que esses canais de vendas se fortaleçam conjuntamente.

A Companhia entende que os processos descritos nesse item englobam todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, ao gerenciamento de portfólio e dos estoques, todas as atividades necessárias para a disponibilização destes produtos para nossos clientes em todos os canais de venda em que operamos, além das atividades relacionadas ao atendimento aos clientes, quando este é realizado pela Companhia. E mais do que produtos, oferecemos também serviços complementares, tornando nossas soluções ainda mais completas para qualquer tipo de cliente.

#### Canais de Vendas

##### Varejo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um total de 122 pontos de venda físicos no Brasil (121 operações Samsung e 1 quiosque Trocaf). As 121 operações (lojas e quiosques) da marca Samsung são localizadas em shoppings, e possuem sortimento de produtos e serviços alinhados à estratégia do fabricante, sendo adequados à sua localização e público, ou seja, a Companhia considera o abastecimento ideal para cada perfil de cliente, considerando nível de renda, características socio-geográficas, disponibilidades tecnológicas (exemplo, cobertura de sinal das operadoras de telefonia) e preferências de cada público que atendemos. Em 2023, a Receita Líquida do canal de Venda Varejo Físico foi de R\$ 495,8 milhões. Essa operação representa aproximadamente, 35% das vendas das operações Samsung no Brasil, o que torna a Companhia o maior parceiro em lojas da Samsung no país. As lojas da Companhia estão distribuídas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, todas posicionadas nos principais shoppings e com localização privilegiada. Nelas, vendemos produtos Samsung, como *smartphones*, *tablets*, *wearables* e acessórios, além de serviços de valor agregado, como seguro de celular, planos de operadoras, entre outros. De acordo com os termos contratuais do Contrato de Revenda de Produtos em Lojas Exclusivas Samsung e Outras Avenças, a Companhia é vedada de operar o modelo de negócios de lojas exclusivas físicas com concorrentes da Samsung.

Também gerenciamos 1 quiosque de produtos recondicionados, na cidade de São Paulo. Essa operação física faz parte do modelo de negócio da Trocaf, a nossa plataforma de comercialização de produtos eletrônicos usados, lançada em junho de 2022.

##### Distribuição geográfica dos pontos de venda

Com o objetivo de otimizar a rentabilidade operacional do canal, ao longo desses anos a Companhia evoluiu o seu processo de escolha de pontos para abertura de lojas. Focamos na rentabilidade por m<sup>2</sup>, aumento contínuo de produtividade em loja e pontos estratégicos

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

com alto fluxo de pessoas. Atualmente, nossas lojas se concentram, principalmente, no Sudeste, região com a maior concentração populacional e de renda do país. Finalizamos 2023 e 2022 com 122 e 132 pontos de venda, respectivamente. Essa redução decorreu do alinhamento estratégico da Companhia em otimizar o posicionamento do canal Varejo Físico, com foco nas operações mais rentáveis e visando os níveis de venda, por ponto de venda, pré-COVID.

A tabela a seguir apresenta nosso número de pontos de venda por Estado na posição de 31 de dezembro de 2023:

UF	Número de Lojas
SP	75
RJ	19
MG	14
PR	13
MS	1
Total	122

### (i) E-commerce próprio (*Mobcomstore* e *Trocafy*)

A presença da Companhia em *E-commerce* próprio (1P) se dá através das marcas Mobcom (<https://www.mobcomstore.com.br>) e Trocafy ([www.trocafy.com.br](http://www.trocafy.com.br)), que trabalham com fontes de tráfego tradicionais, focadas em levar a melhor experiência diretamente ao consumidor final e todo o mix de produtos disponível dentro da Companhia (no caso da Mobcom) ou o portfólio de produtos recondicionados (no caso da Trocafy).

Suportado por um parceiro estratégico de *SaaS* (*Software as a Service*), utilizamos a plataforma da empresa Vtex como motor dos nossos *e-commerce*s, o que nos permite utilizar tecnologias de referência no mercado, garantindo assim alta capacidade de escala e qualidade em nossa operação.

### (ii) Marketplace

Além de *e-commerce*, a Mobcom também é nossa marca dentro dos *marketplaces*, onde atuamos como *seller* de produtos de tecnologia. Vendemos nossos produtos em todos os principais *marketplaces* do Brasil (como Mercado Livre, Magazine Luiza, B2W, Amazon, Via Varejo, entre outros), que juntos possuem mais de 750 milhões de visitas mensais no *e-commerce*, e atuamos com um portfólio completo de marcas e produtos para atender às demandas do consumidor brasileiro. Acreditamos que estamos posicionados entre os maiores *sellers* de *smartphones* nos maiores *marketplaces* em termos de receita. A nossa relação com os *marketplaces* é uma relação de prestação de serviços, na qual a Companhia é uma vendedora e o *marketplace* é um intermediador de venda, prestando serviço de intermediação em troca de comissão sob a venda.

### (iii) Parcerias estratégicas

Além dos canais mencionados acima, operamos programas estratégicos em parceria com alguns dos principais fornecedores do segmento. Nessa linha estão incluídos os programas (i) iPhone pra Sempre, em parceria com Apple e Banco Itaú; (ii) XBox All Access, em parceria com Microsoft e Banco Itaú; e (iii) a loja online oficial da HP voltada para pequenas e médias empresas.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### (iv) Serviços digitais

O principal serviço digital comercializado hoje pela Companhia é a Soudi, uma plataforma digital de financiamento. Através da Soudi, disponibilizamos financiamento para consumidores que compram celulares da marca Samsung nos pontos de venda da Companhia e de parceiros, sendo eles: demais operações Samsung que não sejam operadas pela Allied, lojas de operadoras de telefonia e Trocafy.

Adicionalmente, temos uma plataforma de venda de planos de operadoras denominada SAV. A Companhia disponibiliza para grandes redes do varejo e brandshops de fabricantes um sistema que possibilita a venda destes serviços, para o consumidor final, de forma 100% digital. Ativamos online planos de celular das maiores operadoras de telefonia. Através da nossa presença nos canais online e offline, estamos presente em todo território brasileiro.

### Distribuição

Somos o maior distribuidor de produtos de tecnologia no Brasil, segundo o Ranking Exame Maiores e Melhores mais recente<sup>1</sup>. Em 2023, servimos mais de 3,0 mil clientes neste canal de venda, compreendendo desde pequenos comerciantes até importantes varejistas regionais e grandes redes varejistas, tais como Magazine Luiza, Amazon, Gazin, Mercado Livre, C&A, Via Varejo, Havan, entre outros. Através do nosso posicionamento como distribuidor, ajudamos os nossos parceiros a aumentarem a capilaridade de suas operações, levando o nível de excelência com que a indústria atende os grandes clientes para os clientes de menor porte.

Por meio do canal de distribuição, nós vendemos também para o segmento corporativo e para o setor público. Nesse contexto, oferecemos produtos e soluções para o mercado corporativo, ou seja, para empresas e instituições que compram nossos produtos para uso próprio de seus colaboradores.

Além disso, somos parceiros estratégicos das maiores operadoras de telefonia celular do Brasil e entregamos um portfólio completo de soluções logísticas customizadas. Nesse caso, atuamos tanto como distribuidor de produtos para as operadoras quanto customizando algumas necessidades logísticas que tenham, tais como entrega loja a loja, faturamento de produtos para franqueados, gestão do centro de distribuição, entre outros.

Contamos com quatro centros de distribuição estrategicamente posicionados no país, através dos quais atingimos 5.000 municípios brasileiros. Temos uma operação completa que possibilita a logística de entrega de produtos às nossas lojas físicas, consumidor final e *warehouses* de clientes parceiros. Com o crescimento do nosso varejo digital, aprimoramos cada vez mais os processos logísticos para entrega de produtos diretamente ao consumidor final, com visibilidade no rastreamento do pedido e de todo o processo desde o faturamento até a entrega na casa do consumidor.

Nas nossas relações dentro da distribuição, seja com fornecedores ou clientes, os contratos firmados possuem termos abrangentes, não nos obrigando, por exemplo, a uma quantidade mínima de compra. A precificação é realizada por meio de desconto no preço sugerido pelos fornecedores.

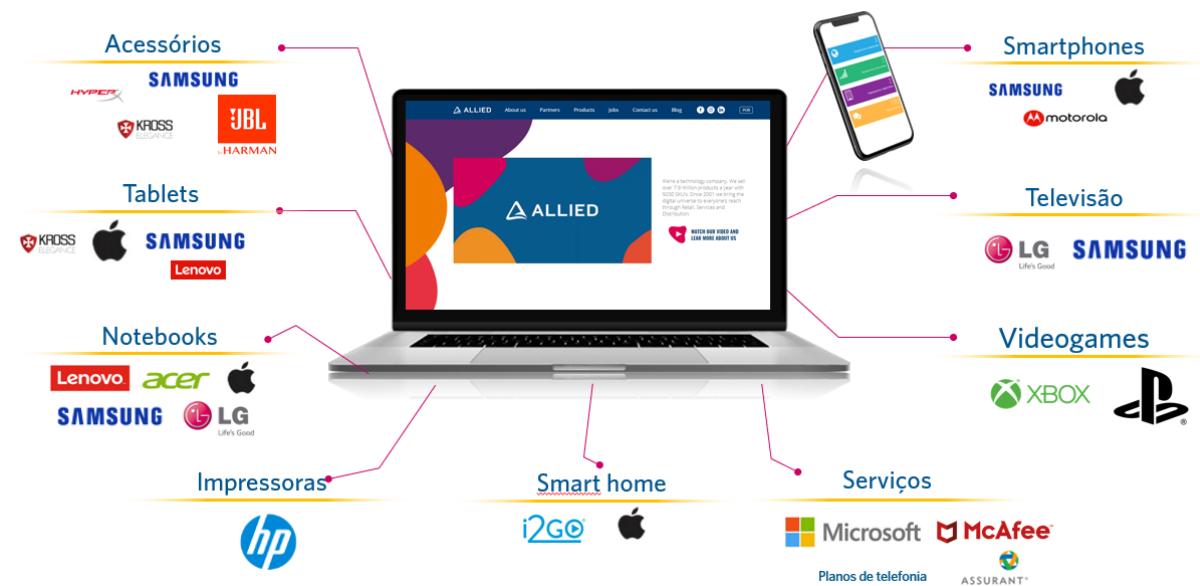
---

<sup>1</sup> Fonte: Ranking Exame Maiores e Melhores de 2023

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### Compras e Fornecedores

A Área de Produtos é responsável pela negociação de todas as marcas e produtos que são comercializados pela Companhia, buscando sempre as melhores condições junto aos fabricantes e apoiando as demais áreas com base em análise completa da cadeia de custos, mediante rigoroso critério técnico de avaliação dos produtos e conhecimento nacional e regional do varejo brasileiro. Com 22 anos de estreito relacionamento com o mercado, estamos entre os *top 5* compradores dos principais fabricantes de tecnologia no país, o que fortalece nossas negociações e alianças com diferentes *players* do mercado.



A maior parte do nosso portfólio é comprada no mercado interno, embora, em alguns casos, importamos produtos para grandes marcas globais. Nesses casos, somos responsáveis por todos os trâmites de importação junto ao fornecedor, acompanhando todas as ações, desde o pedido, passando pelo transporte, até o desembarque alfandegário, de modo a atuarmos em toda a cadeia de abastecimento, evitando rupturas.

### Gestão de estoques

Nossa área de Planejamento de Vendas e Operações é especializada na gestão de todo o portfólio de tecnologia com que trabalhamos. Esse time realiza a previsão da demanda, controlando todo o estoque em um processo robusto, colaborativo e estatístico, a fim de maximizar o retorno sobre o capital investido. Fazemos a gestão da cobertura de estoque visando maximizar a massa de margem, com o menor estoque possível.

Nosso Planejamento Comercial é definido com 3 meses de antecedência à data da compra do produto e ajustado mensalmente até a sua efetivação. Sendo assim, mensalmente revisitamos as nossas projeções de venda e compra para as janelas de 3 meses, 2 meses e 1 mês. Este planejamento envolve toda cadeia de produção, visando lançamentos das marcas, produtos fora de linha, erros de planejamentos anteriores, sazonalidade, além de entender as expectativas e velocidade do varejo brasileiro.

### Logística

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Operamos, principalmente, com três Centros de Distribuição no Brasil: Jundiaí/SP, Serra/ES e Extrema/MG, com capacidade para acomodar o crescimento dos próximos anos, com uma área total de aproximadamente 20.000m<sup>2</sup>, além do nosso Escritório Central, localizado na região sul de São Paulo/SP, suportando a operação de todos os canais da Companhia.

Com localizações estratégicas, cada Centro de Distribuição foi idealizado para apoiar nossas necessidades comerciais, fiscais e logísticas. O armazenamento de produtos é feito por tipo de operação, em caixas apropriadas, e separadas por SKUs e fabricantes, devidamente etiquetados e distribuídos em *pallets*. Contamos com equipes dedicadas em cada Centro de Distribuição, com mão de obra própria e terceirizada para apoiar toda a operação e garantir agilidade e rapidez no atendimento de volumes, principalmente em épocas sazonais.

A distribuição de nossos produtos no Brasil é realizada por meio de frota terceirizada. Contamos com transportadoras aprovadas em nosso rigoroso processo de homologação e auditoria, por meio das quais formamos uma malha logística capaz de atender 100% do território nacional de forma rápida e customizada, utilizando os modais mais rápidos, eficientes e seguros, conforme cada tipo de produto e necessidades específicas dos clientes. Cada transportadora foi definida visando atender a nossa estratégia de malha e tipos de operações.

Na operação de distribuição internacional, contamos com um operador terceirizado, responsável pelo recebimento e armazenagem dos produtos. A retirada dos produtos, geralmente, é feita pelo próprio cliente no Centro de Distribuição. Essa operação ainda conta com uma área total reduzida devido (i) ao fato de estar em fase inicial, tendo iniciado em janeiro de 2023, (ii) ao alto giro de estoque, permitindo uma armazenagem reduzida de volume de produtos; e (iii) à baixa cubagem dos produtos vendidos atualmente.

### c. características dos mercados de atuação, em especial:

#### i. participação em cada um dos mercados

##### Nossa Indústria

###### ***O crescente uso da tecnologia na vida dos Brasileiros***

Um dos grandes benefícios da tecnologia é tornar o dia a dia das pessoas mais fácil e conectado. Nesse sentido, a Companhia acredita que é um dos grandes viabilizadores do mundo digital no mercado brasileiro, tendo como missão: "LEVAR O UNIVERSO DIGITAL AO ALCANCE DE TODOS".

O aumento do acesso à internet ocorreu de forma importante no Brasil, sendo que os *smartphones* se destacam entre os dispositivos digitais. Em 2022, o Brasil contava com uma população de 203,1 milhões<sup>2</sup> de pessoas e o número de acessos móveis é de 251,9 milhões<sup>3</sup>.

Podemos considerar que o número expressivo de dispositivos digitais hoje no Brasil está relacionado ao surgimento acelerado de inovações tecnológicas – o que faz com que os usuários troquem seus dispositivos cada vez mais rápido e de maneira constante – e ao

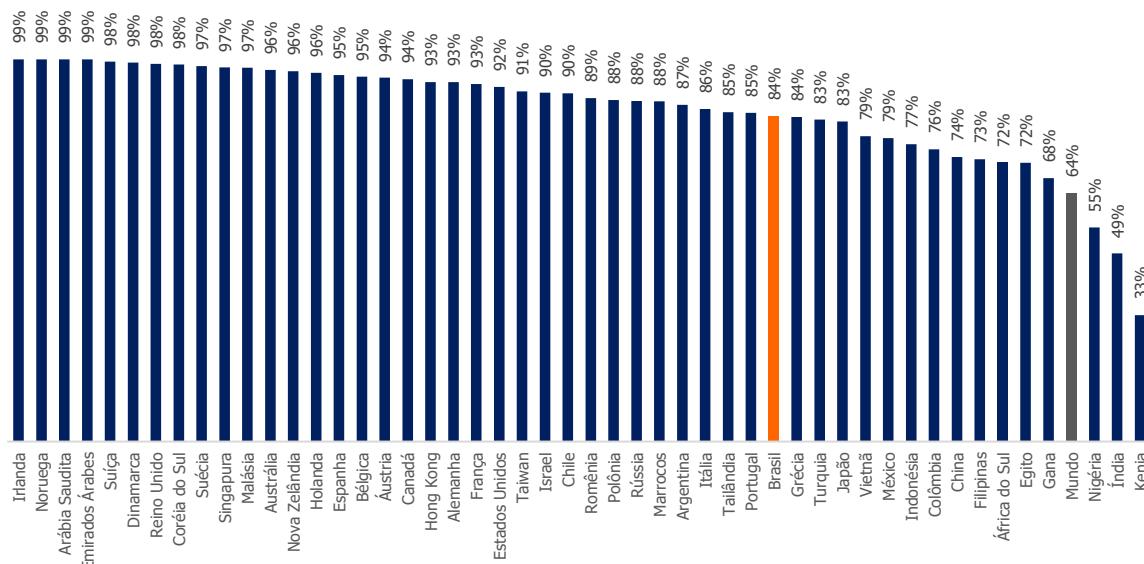
<sup>2</sup> <https://www.teleco.com.br/estatis.asp>

<sup>3</sup> <https://www.teleco.com.br/estatis.asp>

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

aumento da penetração da internet no país. Mas, apesar de atingir a maioria da população, a penetração da internet no Brasil (aproximadamente 77%) ainda é inferior à de países como Austrália (96%), Estados Unidos (92%) e Chile (90%)<sup>4</sup>. Acreditamos que ainda há espaço para avançar e que, portanto, o alcance da internet deva se expandir nos próximos anos.

**Penetração da internet (percentual da população que possui acesso à Internet | %)**



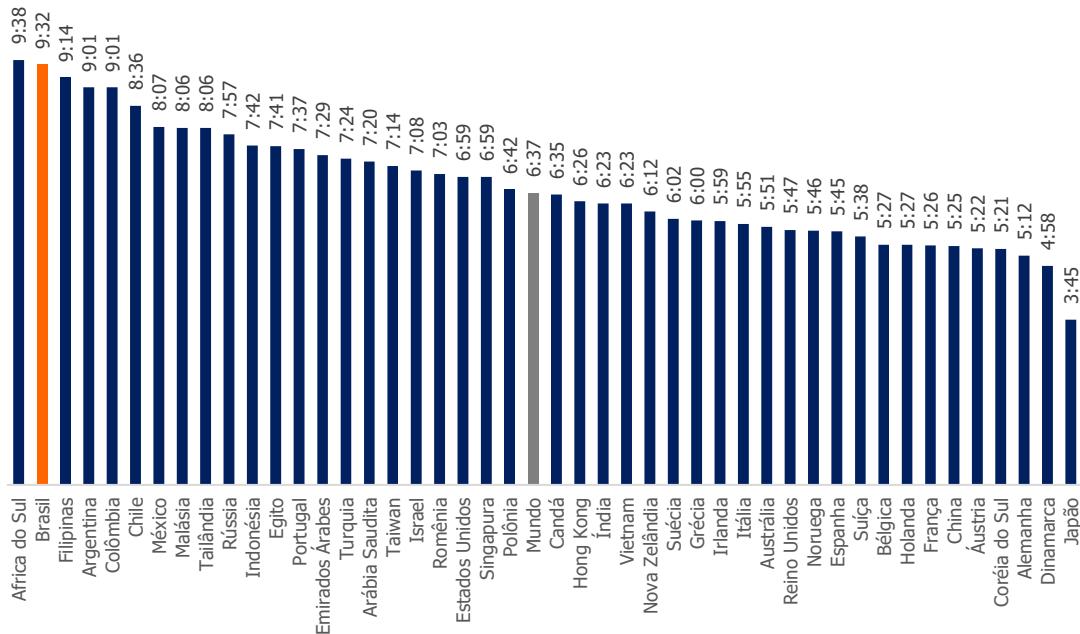
*Fonte: We are Social, 2023.*

O perfil do brasileiro também vem contribuindo para o crescimento do número de dispositivos eletrônicos e da necessidade de *smartphones* cada vez mais completos. Segundo o relatório de mercado “Digital 2023”, publicado pela agência de marketing norte-americana *We Are Digital*, os brasileiros estão em segundo lugar no ranking de consumo diário de internet, passando aproximadamente nove horas e meia por dia conectados. Cerca de metade deste tempo é por meio de um dispositivo móvel.

**Consumo diário de internet (tempo médio na internet via qualquer dispositivo| horas e minutos)**

<sup>4</sup> Fonte: Digital 2023 Global Overview Report, We Are Social.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: Digital 2023 Global Overview Report, We Are Social.

O surgimento de novas tecnologias, como o 4G há alguns anos e, mais recentemente, o 5G, possibilita que os dispositivos móveis tenham maior capacidade e velocidade de conexão, cada vez mais similar aos dispositivos "fixos", como computadores cabeados. A experiência de utilização destes dispositivos também se tornou mais agradável aos usuários e, por isso, a tendência para os próximos anos é de que o consumo de internet migre dos dispositivos fixos para dispositivos móveis. Nós estimamos que o tráfego de internet e o tráfego de dados via dispositivos móveis no Brasil irá aumentar consideravelmente nos próximos anos.

O relatório Ericsson Mobility Report, de novembro de 2023, estima que o número de conexões 5G na América Latina aumentará de 10 milhões em 2022 para 400 milhões em 2029, e representará 51% das conexões mobile da região.

Com toda a dinâmica de crescimento digital e de padrões comportamentais no cenário brasileiro, acreditamos que os *smartphones* e outros aparelhos digitais se tornarão cada vez mais essenciais ao nosso dia a dia e serão vistos menos como meros bens de consumo discricionários e mais como uma necessidade fundamental de todos.

Pesquisa do GfK indica que, quando olhamos o parque instalado de dispositivos, vemos oportunidades de crescimento em diversas categorias. Tablets e notebooks, por exemplo, estão presentes em 10% e 41% dos lares brasileiros, respectivamente<sup>5</sup>.

### **Condições favoráveis a um mercado com futuro promissor**

Apesar do grande número de dispositivos já existentes no país, o número de domicílios em zona rural com acesso à internet é de 73,8%, o que é 11,8 p.p inferior aos domicílios

<sup>5</sup> Fonte: GfK, novembro de 2022.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

em zonas urbanas<sup>6</sup>. Quando analisamos por UF, notamos que as regiões Norte e Nordeste têm, respectivamente, 78,9% e 80,1% de lares com acesso à internet<sup>7</sup>. Do outro lado do espectro, 88,6% dos domicílios da região Sul têm acesso à internet<sup>8</sup>.

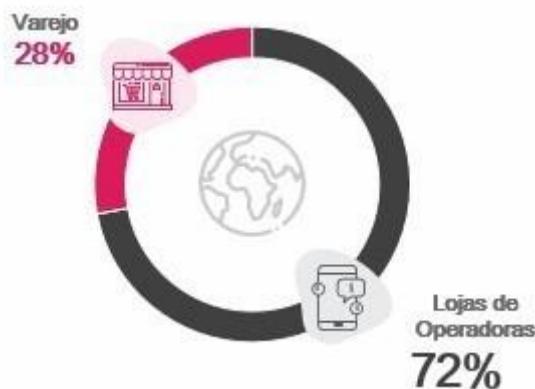
Acreditamos que, da mesma forma que a internet passou a atingir a maior parte dos brasileiros, a população terá mais acesso às novas tecnologias móveis e o consumo de dispositivos digitais aumentará. Esse potencial crescimento faz com que o mercado de *smartphones* e eletrônicos no Brasil apresente uma oportunidade muito interessante para os fabricantes e varejistas.

Outra alavanca de consumo na economia é o crédito, diretamente influenciada pelo nível da taxa Selic, pela massa salarial das famílias e pela expectativa de crescimento do país. Em 2023, no entanto, o cenário foi de expectativa econômica instável, apesar da trajetória de redução da taxa de juros ao longo do ano.

No Brasil, o maior acesso a crédito pelos consumidores veio das inúmeras opções de cartão de crédito, sendo que foram movimentados R\$ 799,9 bilhões em compras remotas em 2023 através de cartões de crédito. Esse valor aumentou 17,7% em relação a 2022<sup>9</sup>.

Nesse contexto, acreditamos que a Companhia está estrategicamente posicionada no setor varejista, e se beneficiará com a retomada do consumo de produtos eletrônicos no Brasil e com a adoção das novas tecnologias por parte da população.

A dinâmica diferenciada do mercado de aparelhos celulares e *smartphones* do Brasil também se torna um fator benéfico ao nosso modo de atuação. Como referência, no mercado internacional, a maioria dos dispositivos móveis são vendidos em lojas de operadoras, como Vodafone, AT&T, entre outras, divididos na seguinte forma:



*Fonte: Fontes: IDC (Mobile Phone Tracker 2T 2019) e empresas Nota: (1) Dados das vendas de smartphones nos EUA*

Já no Brasil, a legislação proíbe as operadoras de bloquear telefones celulares exclusivamente à sua operadora, desincentivando as mesmas de subsidiar o cliente. Isso faz com que o varejo predomine nas vendas de celulares, conforme a proporção abaixo:

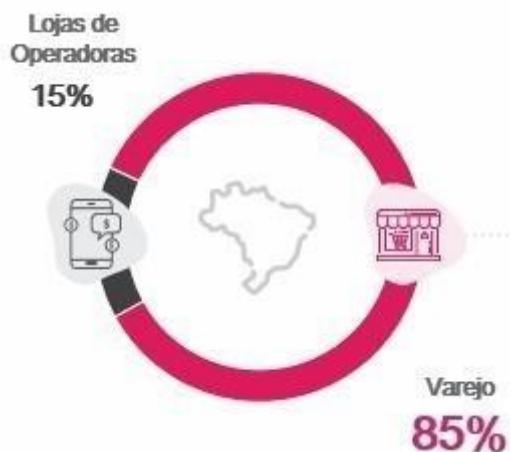
<sup>6</sup> Fonte: TIC Domicílios 2023.

<sup>7</sup> Fonte: TIC Domicílios 2023.

<sup>8</sup> Fonte: TIC Domicílios 2023.

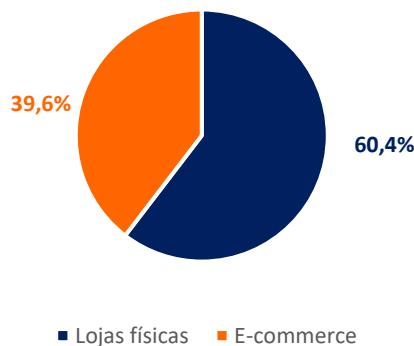
<sup>9</sup> Fonte: Abecs, Balanço do setor de meios eletrônicos de pagamento - Resultados 2023.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: IDC (Mobile Phone Tracker 2T 2019)

Adicionalmente, segundo a consultoria Gfk, as lojas físicas continuam sendo o principal canal de compras de *smartphones* no Brasil, sendo 60,4% das vendas em lojas físicas e 39,6% pelo e-commerce, com base na receita bruta reconhecida entre janeiro e dezembro de 2023. Acreditamos que os usuários, principalmente no segmento de produtos *high-end*, valorizem muito o contato e experiência com o produto na hora de adquirir um novo aparelho.



Fonte: Gfk Report (Dez-23)

Ainda sobre o mercado de smartphones brasileiro, a Samsung encerrou o ano de 2023 na liderança com aproximadamente 30%<sup>1011</sup> de market share na América Latina. A fabricante também ocupa a posição de liderança no Brasil com aproximadamente 51%<sup>12</sup> das unidades vendidas em 2023. Atualmente, temos a segunda maior rede de lojas Samsung no mundo.

### Mercado de console de videogames no Brasil

O mercado brasileiro de consoles de videogames é de, aproximadamente, R\$ 2,4 bilhões<sup>13</sup>. A Companhia atua em parceria com a Microsoft e Playstation, distribuindo seus consoles

<sup>10</sup> Fonte: Canalys, fevereiro de 2024.

<sup>11</sup> Fonte: Canalys, fevereiro de 2024.

<sup>12</sup> Fonte: GfK Report (Dez-23).

<sup>13</sup> Fonte: GfK Report (Dez-23).

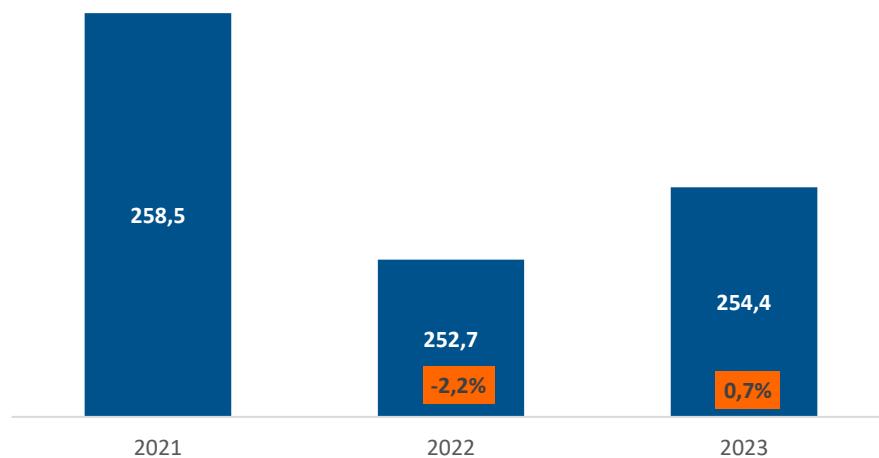
## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

que tiveram, de janeiro a dezembro de 2023, 78,4% de *marketshare* local em unidades vendidas<sup>14</sup>.

### Panorama do e-commerce e marketplaces no Brasil

O e-commerce apresentou um leve crescimento de 0,7%<sup>15</sup> em 2023. A categoria de telefonia, em que o portfólio da Allied se concentra, teve um desempenho negativo ao em 2023, tanto para empresas puramente digitais (-24%) quanto para as híbridas, ou seja, as que possuem operação física e digital (-32%)<sup>16</sup>. Na nossa visão, esse resultado mostra um grande potencial de crescimento à frente após o último ano de retração.

### Evolução do e-commerce brasileiro (Total de vendas e variação ano a ano | R\$ bi e variação vs. ano anterior)



Fonte: NIQ Ebit (Webshoppers 49ª Edição).

Crescimento do e-commerce em 2023 (vs 2022), categorias específicas	
Telefonia, operações 100% digitais	-24%
Telefonia, operações híbridas (físico + digital)	-32%
Eletrônicos, operações 100% digitais	-1%
Eletrônicos, operações híbridas (físico + digital)	-27%

Fonte: Ebit Nielsen (Webshoppers 49ª Edição).

<sup>14</sup> Fonte: GfK Report (Dez-23).

<sup>15</sup> Fonte: NIQ Ebit - Webshoppers 49.

<sup>16</sup> Fonte: NIQ Ebit - Webshoppers 49.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

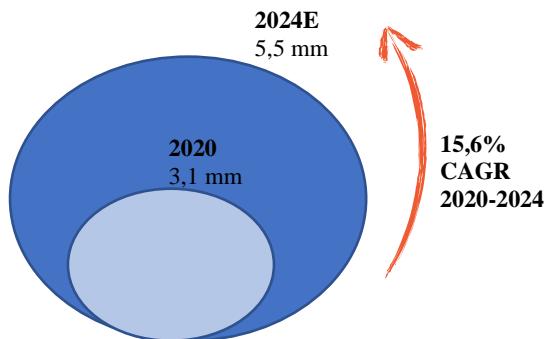
Atuamos em um segmento bastante relevante para o e-commerce brasileiro, uma vez que as categorias de telefonia, informática e outros eletrônicos representaram cerca de 35% do faturamento online total em 2022<sup>17</sup>.

Com o avanço do comércio digital e maior destaque para as operações B2B, as plataformas de *marketplace* também ganharam espaço no mercado brasileiro. Grandes varejistas, que já possuíam plataformas *online* para venderem seus próprios produtos (1P), possibilitaram a vendedores terceiros que também utilizassem suas plataformas e infraestruturas para comercializarem seus produtos (3P). Essa nova modalidade de vendas *online* permitiu uma maior democratização do e-commerce já que, para ser um seller, não é mais necessário investir em uma plataforma própria e nem em logística. Com isso, o consumidor tem acesso a uma oferta mais ampla de produtos, além de preços melhores, devido à competitividade, enquanto os varejistas aumentam não só o volume total de vendas (GMV) como também o tráfego em suas plataformas. Aproveitamos essa dinâmica do mercado para estar presente nos principais *marketplaces* do país, e assim, oferecer nosso amplo portfólio de produtos ao maior número possível de consumidores.

É nesse cenário que a Companhia aparece estrategicamente posicionada. Focada exclusivamente no segmento de produtos eletrônicos, entendemos que nossos consumidores estão mudando o seu comportamento aos poucos e comprando mais por meios digitais. Porém, sabemos da forte relevância e do papel informativo das lojas físicas nas decisões de compra dos consumidores, dado que aproximadamente 62% dos *smartphones*, categoria mais relevante do segmento de produtos eletrônicos, são comprados via este canal<sup>18</sup> o que mostra, portanto, que os consumidores valorizam a experimentação do produto durante o processo de compra. Dessa forma, estamos dando mais robustez às nossas operações no varejo, principalmente no que tange aos canais *online*, para alavancar as sinergias existentes entre os diferentes canais de vendas. Acreditamos que nossa experiência de varejo e distribuição aliada à presença digital venha a ser uma de nossas vantagens competitivas. Buscamos, assim, atuar de forma sinérgica entre os canais de vendas e, mais do que isso, estar presente em toda e qualquer forma que o consumidor final tiver necessidade.

### **O mercado de recertificados**

Segundo estudo da IDC, a quantidade de smartphones usados no Brasil deve crescer a uma taxa anual de 15,4% entre 2020 e 2024, o que representaria um mercado de R\$ 5,0 bilhões em 2024.



<sup>17</sup> Fonte: NIQ Ebit - Webshoppers 47.

<sup>18</sup> Fonte: GFK, 2023.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fonte: IDC

### **ii. condições de competição nos mercados**

O setor de varejo é influenciado por diversos fatores e os resultados das operações da Companhia podem ser afetados adversamente por: (i) preços competitivos; (ii) promoções; (iii) abertura de novas lojas (físicas ou online) por concorrentes; (iv) condição financeira dos nossos consumidores; (v) perspectiva do cenário econômico no Brasil; e (vi) outros fatores.

#### **Concorrentes**

Consideramos que no canal de venda de varejo, os nossos maiores concorrentes são Mercado Livre, Magazine Luiza, Amazon, Casas Bahia e FastShop. Já no canal de venda de distribuição, nossos maiores concorrentes são Rcell, Fujioka e Gazin.

Na distribuição internacional, os principais concorrentes são Ingram Micro e Intcomex

#### **Benefícios fiscais ou Subsídios**

A Companhia possui Benefício Fiscal em Serra, no Estado do Espírito Santo (Compete) e em Extrema, no Estado de Minas Gerais (Extrema), em que as operações de venda são beneficiadas com um "crédito presumido" na apuração, reduzindo a alíquota efetiva do imposto. A Companhia vem cumprindo com os requisitos para a regular fruição. Entretanto, se o regime especial não for renovado ou se for modificado, limitado, suspenso ou revogado, o custo da Companhia poderá ser afetado.

A Companhia frui de Regime Especial concedido pelo Estado de São Paulo para o recolhimento de ICMS na categoria de Substituição como contribuinte substituto ("ICMS-ST"), ou seja, há a antecipação de recolhimento de ICMS pela Companhia de operações futuras através da presunção de lucro por meio da Margem de Valor Agregado. A Companhia vem cumprindo com os requisitos para a regular fruição. Entretanto, se o regime especial não for renovado ou se for modificado, limitado, suspenso ou revogado, o custo da Companhia poderá ser afetado.

#### **Situações de monopólio ou oligopólio**

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

#### **Custo de matéria prima e outras despesas**

Não se aplica, pois a Companhia é uma prestadora de serviço e revendedora de produtos e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais.

#### **d. eventual sazonalidade**

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como a Black Friday e o Natal, no 4º trimestre. Além disso, essa sazonalidade pode também ser influenciada por campanhas de marketing realizadas pelos parceiros da Companhia e lançamento de novos modelos de produtos revendidos pela Companhia. A tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Acreditamos, no entanto, que a sazonalidade do ano de 2023 tenha sido atípica devido (i) à influência da retração da demanda por produtos eletrônicos desde março de 2022; e (ii) ao primeiro ano da operação de distribuição internacional. Indicamos, portanto, a sazonalidade do ano de 2021, que não contou com o efeito mencionado acima:

% Receita líquida de vendas	Período de 3 meses findo em 31 de dezembro de	Período de 3 meses findo em 30 de setembro de	Período de 3 meses findo em 30 de junho de	Período de 3 meses findo em 31 de março de
2023	24,4%	26,0%	26,3%	23,3%
2022	26,6%	22,0%	24,7%	26,7%
2021	29,9%	24,5%	26,2%	19,4%

### e. principais insumos e matérias primas, informando:

#### i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Não aplicável.

#### ii. eventual dependência de poucos fornecedores

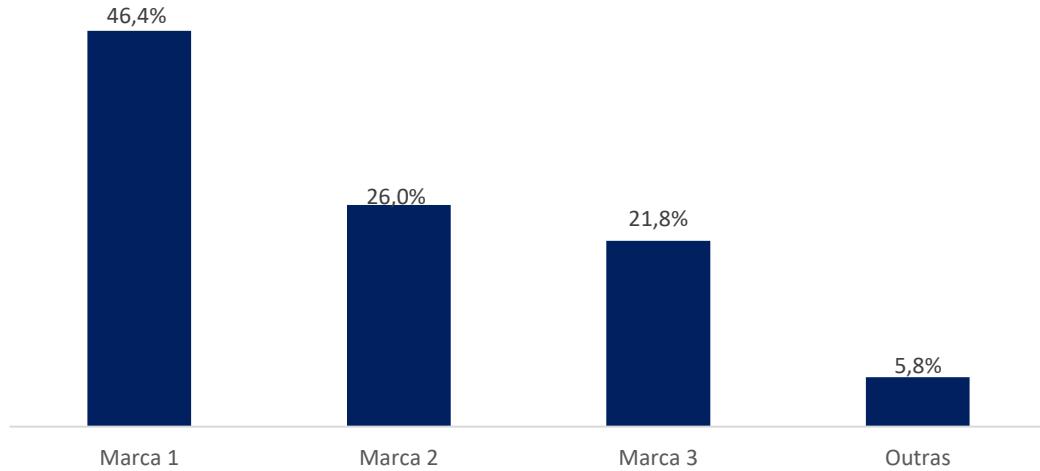
Apesar de existirem muitos *players* atuando na produção de eletroeletrônicos, em geral, esse mercado apresenta concentração, com determinadas marcas dominando as vendas para cada tipo de produto específico. Em 2023, as três maiores marcas em vendas de *smartphones* foram responsáveis por cerca de 94% do faturamento nacional<sup>19</sup>; para os notebooks e televisores de tela fina essa concentração foi de 83% e 87%, respectivamente, para os cinco maiores fornecedores<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Fonte: GfK, dezembro de 2023

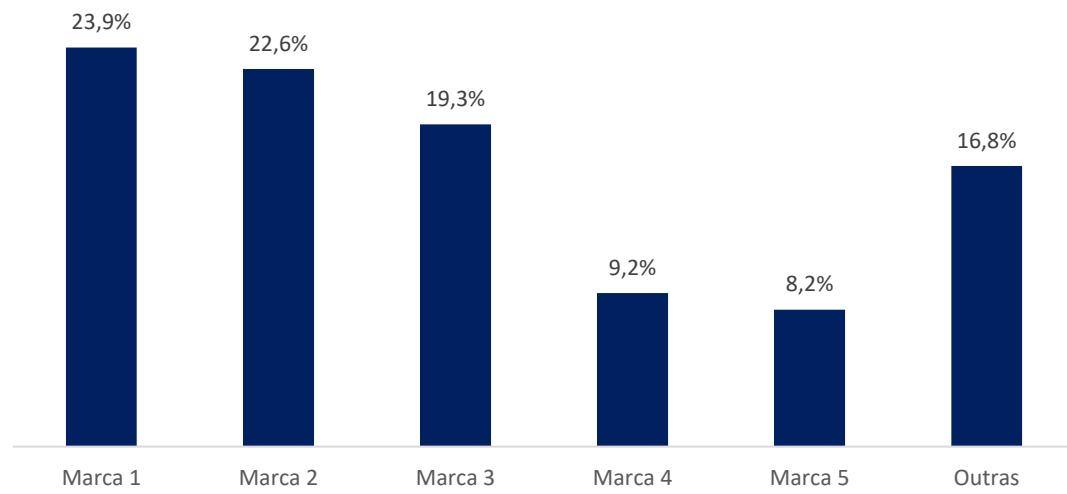
<sup>20</sup> Fonte: GfK, dezembro de 2023

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

**Concentração das vendas de smartphones, em reais, em 2023 (%)**

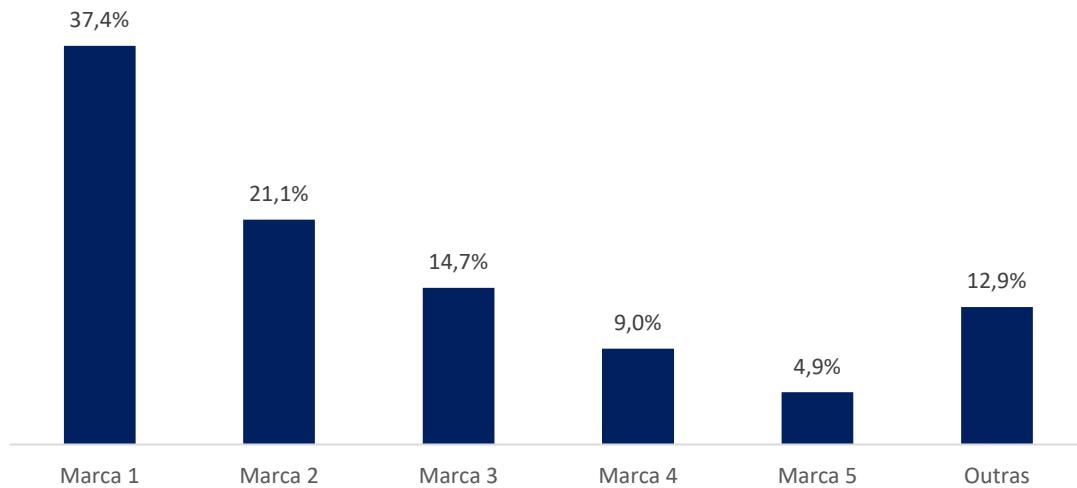


**Concentração das vendas de notebooks, em reais, em 2023 (%)**



## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

**Concentração das vendas de televisores de tela fina, em reais, em 2023 (%)**



### iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável.

## 1.5 Principais clientes

**a. montante total de receitas provenientes de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um único cliente responsável por mais de 11,2% da receita líquida total da Companhia.

**b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia**

A Companhia possui apenas um segmento operacional, portanto, os clientes mais relevantes impactam seu único segmento operacional, conforme divulgado no item 1.3 deste Formulário de Referência.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **Descrição de efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor**

#### **a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

##### **Regulamentação geral**

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas, civis, ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no imóvel até a devida regularização), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

##### **Regulamentação referente às atividades como representante de seguros**

A Companhia assinou, em 2017 e em 2018, dois contratos de representação de seguros com uma seguradora devidamente autorizada a operar no país pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a partir dos quais realiza, em nome da seguradora, contratos de seguro relacionados a aparelhos celulares comercializados pela Companhia tanto em nome próprio quanto sob a operação "Samsung Brand Store".

Não é necessário qualquer tipo de autorização prévia por parte dos órgãos reguladores para a atuação da Companhia como representante de seguros, devendo apenas ser observadas as disposições regulatórias das seguintes normas impostas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): Resolução CNSP nº 294/2013, Resolução CNSP nº 296/2013, Resolução CNSP nº 297/2013 e Circular SUSEP nº 480/2013. Nesse sentido, a Companhia pode ser responsabilizada administrativamente – isto é, perante a SUSEP – pelos atos que praticar em desacordo com as regras relativas à representação de seguros. Essa condição está prevista na regulamentação citada e nos contratos assinados junto à seguradora.

##### **Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados**

Em agosto de 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais no país, de forma geral (e não mais apenas setorial), criando um microssistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as entidades que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas por tais entidades. Além disso, a LGPD: (i) prevê diversas hipóteses para respaldar as atividades de tratamento de dados pessoais; (ii) estabelece uma gama de direitos dos

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

titulares de dados pessoais; e (iii) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, tais como advertência, divulgação pública da infração, multa, suspensão ou proibição parcial ou total do tratamento de dados pessoais, etc.

A LGPD se aplica a qualquer atividade de tratamento de dados pessoais, em ambiente físico ou online, realizada por pessoas físicas ou por entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados estão localizados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no território nacional; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou a tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados objeto de tratamento tenham sido coletados no Brasil.

Adicionalmente, foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), que exerce um triplo papel de (i) investigação com poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores de dados; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, responsável por disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações administrativas ou judiciais, individuais ou coletivas, perante órgãos de defesa do consumidor e Ministérios Públicos, além da própria ANPD, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Para garantir sua conformidade com os requisitos legais e mitigar riscos como os de condenações e de perda da confiança de clientes na segurança dos seus serviços, a Companhia: (i) desenvolveu políticas internas e treinamentos de seus colaboradores para se adequar às regras da LGPD; (ii) possui estrutura organizacional para fins de *compliance* com políticas de segurança da informação e privacidade de dados; (iii) desenvolveu procedimentos para resposta a incidentes; (iv) adequou seus contratos visando assegurar que os terceirizadas estejam em conformidade com os requisitos de segurança estabelecidos pela área de segurança da informação; (iv) realiza testes de vulnerabilidade de seus sistemas; e (v) possui armazenamento de dados em cloud e data center.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 26 de outubro de 2020, a indicação do encarregado de proteção de dados ("Data Protection Officer" ou "DPO"), com as finalidades previstas na LGPD, inclusive de coordenar o processo de adequação da Companhia às exigências legais, com reporte diretamente ao Conselho de Administração.

A Diretoria da Companhia aprovou, em 25 de novembro de 2020, a criação do Comitê de Privacidade, Proteção de Dados e Segurança da Informação, que visa: (i) promover as diretrizes necessárias à Companhia visando garantir a adequação das suas atividades à LGPD; (ii) supervisionar a execução dos planos, dos projetos e das ações aprovados para viabilizar a implantação das diretrizes previstas na LGPD; (iii) prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais de acordo com as diretrizes estabelecidas na LGPD; e (iv) garantir a conformidade do Sistema de Gestão de Segurança da Informação de acordo com as melhores práticas de governança.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Companhia tem ainda executado atividades que incluem a identificação dos processos que utilizam fluxos de dados que envolvem dados pessoais; mapeamento dos processos, riscos e controles dos fluxos de dados selecionados; análise jurídica nos contratos da empresa, bem como na criação e/ou revisão de Políticas e Procedimentos para inclusão das melhores práticas de Segurança da Informação e Proteção de Dados. Além disso, foram desenvolvidos planos de ações, focados em diferentes dimensões:

- (i) Infraestrutura: Realização de Auditorias e Execução de Planos de Ações, principalmente, baseados na norma ABNT NBR ISO/IEC 27.001:2013 e na aplicação dos controles CIS Controls v8, aumentando a segurança da informação e a proteção dos dados pessoais que transitam nas redes da empresa;
- (ii) Desenvolvimento: Capacitação dos desenvolvedores em *Privacy by Design* e *Privacy by Default* e criação de Procedimentos de Desenvolvimento Seguro que utilizam ferramentas que auxiliam na manutenção da integridade, acessibilidade e disponibilidade dos dados tratados nos sistemas da empresa, todos os desenvolvedores foram capacitados com apoio do RH;
- (iii) Produto: Revisão dos Fluxos de Dados para incorporação da análise de riscos na execução das *Sprints das Squads*, incluindo os riscos LGPD que ainda não foram adequados por *Privacy by Design* ou *Privacy by Default*;
- (iv) Base de Conhecimento: Políticas e Procedimentos criados ou revisados para inclusão das melhores práticas de Segurança da Informação e Proteção de Dados; e
- (v) Divulgação: Realização de Treinamentos para promover o conhecimento de Segurança da Informação e de LGPD entre os colaboradores, inclusão destes temas em reuniões de equipes e gerenciais periódicas.

Em complemento e operacionalizando a proteção das atividades de tratamento de Dados Pessoais que realiza, a Companhia executa testes de invasão recorrentes aos seus sistemas e infraestrutura tecnológica, "pentest", conduzido por empresas especialistas em segurança da informação, buscando identificar e tratar vulnerabilidades que possam possibilitar ataques de hackers aos sistemas com potencial de culminar em sequestros de dados. Além disso, a Companhia também possui um monitoramento contínuo através do SOC (Security Operations Center).

### **b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia**

#### *Questões ambientais*

A Companhia entende que suas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, além de não estar sujeita a um controle ambiental rigoroso. Mesmo assim, a Companhia procura obter todas as licenças, autorizações, alvarás, e registros exigidos para o exercício regular de suas atividades. Além disso, revisa periodicamente todas as solicitações de renovação de tais licenças, autorizações, alvarás e registros.

As atividades de gerenciamento de resíduos sólidos são reguladas em nível federal pela Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, o qual estabelece responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos de todas as partes envolvidas na cadeia de gestão dos resíduos, além de prever inúmeros instrumentos de implementação e operacionalização da PNRS.

O transporte, tratamento e destinação final adequados de resíduo variam de acordo com a classe a que ele pertence e os projetos estão sujeitos à aprovação prévia do órgão

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ambiental. A atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de modo que as empresas contratadas para realizar tal atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

A Companhia adota, como prática interna de gestão ambiental, sua Política Ambiental, por meio da qual mantém condutas direcionadas principalmente à gestão de resíduos sólidos tecnológicos mediante o cumprimento de todos os requisitos legais e relevantes relacionados aos impactos ambientais das operações e à prevenção da poluição, bem como o comprometimento para minimização e eliminação dos impactos causados ao meio-ambiente por suas atividades comerciais. Assim, a Companhia realiza a triagem dos produtos tecnológicos em um único local, classificando-os como passíveis de recuperação ou sucata, hipótese na qual ocorre o posterior tratamento e destinação final ambientalmente adequada. Durante o gerenciamento de resíduos sólidos, a Companhia exige as devidas autorizações, licenças ambientais válidas e demais documentos necessários à regularidade do terceiro contratado, os quais contém informações sobre a coleta, reciclagem e/ou destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos tecnológicos.

### *Questões sociais*

A Companhia possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar com clareza as suas ações e decisões, bem como de suas controladas, de acordo com o que considera correto e justo. O Código de Conduta orienta o compromisso de todos os colaboradores em praticar um comportamento responsável, ético, transparente e de respeito mútuo entre os profissionais, regulando, entre outros assuntos, a diversidade e respeito, assédio moral e violência, assédio sexual e importunação sexual, direitos humanos, relacionamento com a sociedade e com o mercado.

No mesmo sentido, a Companhia possui uma Política Antiassédio e Antidiscriminação visando a promoção de um ambiente de trabalho livre de toda e qualquer forma de discriminação e práticas de assédio moral e sexual.

Além disso, a Companhia está sujeita ao cumprimento da cota legal de contratação de empregados com deficiência, estabelecida pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, através da reserva de 5% dos cargos da Companhia para empregados com deficiência, o que assegura e promove condições de igualdade, garantindo a inclusão e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Por fim, a Companhia está sujeita ao cumprimento da cota legal de contratação de aprendizes, estabelecida pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, garantindo oportunidade ao jovem de aprender uma profissão promovendo a sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para a descoberta e formação de novos talentos.

### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Atualmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), sendo as marcas "Allied", "Allied Tecnologia" e "Mobcom" extremamente relevantes para suas atividades. A Companhia também é titular de nomes de domínio e programas de computador para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, celebrou contratos com terceiros para desenvolvimento de atividades como suporte à venda digital, arquitetura de disparo de SMS e controle de fluxo de venda online, sendo alguns deles customizados especificamente para a Companhia.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Por fim, vale ressaltar que nossa atuação com a Samsung se dá através de um contrato de parceria, renovado em 2018, que nos permite utilizar a marca Samsung nos pontos comerciais desta marca que operamos mediante cumprimento de algumas condições operacionais. De acordo com os termos contratuais do Contrato de Revenda de Produtos em Lojas Exclusivas Samsung e Outras Avenças, a Companhia é vedada (i) de operar o modelo de negócios de lojas exclusivas físicas com concorrentes da Samsung, (ii) de vender quaisquer produtos que não tenham sido fornecidos ou autorizados pela Samsung nas lojas e quiosques exclusivos; e (iii) de praticar qualquer ato que possa interferir negativamente na imagem da marca ou dos produtos da Samsung. A Companhia deve, portanto, seguir as recomendações técnicas, atendendo aos parâmetros e condições determinados pela Samsung na administração das lojas e quiosques exclusivos e deverá se atentar para as disposições dos "Manuais Operacionais" e que contém as informações de *know-how*.

### **d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

#### **i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

#### **ii. em favor de partidos políticos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

#### **iii. iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos ou quaisquer outras hipóteses.

## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

### **a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Em 2023, o total da receita líquida proveniente das operações da Allied no Brasil foi de R\$ 4.078,8 milhões, o equivalente a 70% do total da receita líquida consolidada.

### **b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Em 2023, o total da receita líquida proveniente das operações da Companhia nos Estados Unidos, único país estrangeiro em que a Companhia possui atividades, em razão das operações de Distribuição Internacional operadas pela Allied Miami, LLC, foi de R\$ 1.776,1, o equivalente a 30% do total da receita líquida consolidada da Companhia.

## 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Em 27 de junho de 2022 a Companhia constituiu uma controlada, Allied Miami LLC, em Miami, na Florida, Estados Unidos, a qual está sujeita à regulação usual de mercado dessa localidade, em especial no que diz respeito à regulamentação aduaneira, fiscal e/ou comercial. Essa empresa não possui filial no Brasil.

As exigências e normas regulatórias dessa localidade podem ser alteradas sem aviso prévio, devendo a Companhia observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Companhia dispêndios financeiros adicionais, bem como a eventual falha da Companhia em se adequar a eventuais novas exigências pode impactar adversamente as operações da Companhia nesta localidade.

Para mais informações sobre a Allied Miami LLC, a estratégia de internacionalização da Companhia, riscos envolvidos e outros, vide itens 1.1, 1.2, 3.1, 4.1, 6.4 e 6.5 deste Formulário de Referência.

Conforme divulgado no item 1.7 deste Formulário de Referência, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia auferiu receita de sua controlada no exterior no montante de R\$ 1.776,1 milhões.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**a. se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

Atualmente, a Companhia não divulga relatório anual com informações ASG.

**b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

**c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

**d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

**e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia**

**f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia**

**g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Os itens "b" ao "g" acima não são aplicáveis tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual com informações ASG.

**h. se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

Atualmente, a Companhia não realiza inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE).

**i. explicação da Companhia sobre as seguintes condutas**

**i. a não divulgação de informações ASG**

A Companhia entende que as suas atividades atuais (distribuição de produtos) e o mercado em que está inserida não demandam a divulgação de informações ASG além das já divulgadas neste Formulário de Referência e nos demais documentos da Companhia, ainda que não sejam produzidos especificamente com tal finalidade.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**ii. a não adoção de matriz de materialidade**

**iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

**iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

**v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

Os itens "ii" ao "v" acima são não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório ou documento de informações ASG, conforme esclarecido no item "i" acima.

**vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

A Companhia entende que as suas atividades atuais (distribuição de produtos) não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente e, por isso, não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa. Mesmo assim, a Companhia possui uma Política Ambiental que visa a prevenção da poluição e o comprometimento para minimização e eliminação dos impactos causados ao meio ambiente (a esse respeito, ver mais no item 1.6, "b", deste Formulário de Referência).

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

### b. atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

**i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pela Companhia para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro da Companhia ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

### c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre dentro da operação normal dos negócios da Companhia.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu nenhuma operação de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia.

## 1.13 Acordos de acionistas

Não aplicável. O Acordo de Acionistas da Companhia foi extinto em 09 de abril de 2021, tendo em vista a realização da oferta pública inicial de ações que resultou na listagem e negociação de suas ações no Novo Mercado da B3, não tendo sido celebrado novo Acordo de Acionistas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

## **1.16 Outras informações relevantes**

Não aplicável.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações contidas nos itens 2.1 a 2.11 abaixo, exceto quando expressamente indicado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O ano de 2023 foi bastante desafiador para o ambiente corporativo de forma geral e para o nosso segmento em particular. Fomos bem-sucedidos em encontrar boas oportunidades nos desafios que se colocaram e, assim, encerramos o ano de 2023 com uma empresa rentável, resiliente e mais diversificada.

### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia tenha condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender ao financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O entendimento dos Diretores acerca das condições financeiras e patrimoniais da Companhia está baseado nas demonstrações financeiras consolidadas e informações trimestrais consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava um saldo de dívida bruta (representado pela soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil – circulante e não circulante) de R\$ 651.245 mil. Na mesma data, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 535.620 mil, com a Dívida Líquida, representada pela dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa menos títulos e valores mobiliários (ativo circulante) de R\$ 115.625 mil, equivalente a 0,46 vezes o EBITDA Ajustado de 2023, e Dívida Líquida Ajustada (representada pela dívida líquida menos arrendamento mercantil - circulante e não circulante) de R\$ 8.093 mil, equivalente a 0,03 vezes o EBITDA Ajustado de 2023.

### (b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta, com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2023
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.796.585
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.599.166
Capital total (terceiros + próprio)	3.395.751
Parcela de capital de terceiros	52,91%
Parcela de capital próprio	47,09%

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita que a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros por ela assumidos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso eventualmente a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita que não terá dificuldades, considerando o atual relacionamento mantido com as diversas instituições financeiras.

Os índices de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 eram de 1,89 e 2,02, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 543.713 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) em aberto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aproveitou a conjuntura de liquidez do mercado e realizou a gestão dos seus passivos financeiros. Esta estratégia incluiu (i) a liquidação antecipada da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia; (ii) a realização da 6ª Emissão de Debêntures da Companhia; e (iii) a amortização extraordinária parcial da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia. Como resultado, a Companhia realizou o alongamento do cronograma de amortização e redução das amortizações de curto prazo.

A tabela a seguir ilustra a evolução da dívida na Companhia:

(em R\$ mil, exceto onde indicado de outra forma)	Em 31/12/2023
Dívida Bruta <sup>(1)</sup>	651.245
Dívida Líquida Ajustada <sup>(2)</sup>	8.093
Lucro Líquido Ajustado <sup>(4)</sup>	100.510
EBITDA Ajustado <sup>(3) (4)</sup>	250.513
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,46x

(1) A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

(2) A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante). Dívida Líquida Ajustada equivale ao total da soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa títulos e valores mobiliários

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ativo circulante) e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

(3) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada, e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício/periódico ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

(4) O EBITDA e o Lucro Líquido Ajustados em 2023 desconsideram (a) Ganhos com DIFAL de janeiro a março/22; (b) Ganhos com a exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS de 2013 a 2022; e (c) Reestruturação operacional da Companhia. Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazo, incluindo a captação privada através da 6ª Emissão de Debêntures. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nesta data, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Para mais informações, veja o item 2.1 (f) deste documento, onde estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) que totalizavam R\$ 543.713 mil.

A tabela abaixo demonstra as principais modalidades e características das operações, como taxa de juros, saldo devedor (em R\$ mil) e distribuição de curto e longo prazo, em 31 de dezembro de 2023:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Encargos Financeiros	Em 31 de dezembro de 2023
5ª Emissão de Debêntures	CDI + 2,22% / 2,00% a.a. <sup>1</sup>	247.410
6ª Emissão de Debêntures	CDI + 2,60% a.a.	216.125
Empréstimo financeiro direto (4131)	CDI + 3,15% a.a.	80.178
<b>Total</b>		<b>543.713</b>
Circulante		81.660
Não Circulante		462.053

A seguir, apresentamos uma breve descrição das operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

### (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### 4ª emissão de debêntures

Em 14 de dezembro de 2023, o debenturista titular de 85,714% (oitenta e cinco inteiros e setecentos e quatorze centésimos por cento) das debêntures emitidas no âmbito da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia aprovou a dispensa do recebimento do Prêmio de Resgate Antecipado Total Facultativo (conforme definido na Escritura da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia), equivalente a 0,5000% (cinquenta centésimos por cento) flat, nos termos da Cláusula 5.3.3 da Escritura da 4ª Emissão de Debêntures, ao passo que debenturistas representando 14,286% (quatorze inteiros e duzentos e oitenta e seis centésimos por cento) das debêntures emitidas na 4ª Emissão de Debêntures da Companhia não aprovaram a referida dispensa em relação às debêntures detidas por eles. Com os recursos captados na 6ª Emissão de Debêntures, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 06 de dezembro de 2023, foi realizado o **Resgate Antecipado Total Facultativo** na data de 26 de dezembro de 2023 ("Evento de Resgate"), nos termos em que aprovados pelos debenturistas, com a dispensa da incidência do Prêmio de Resgate Antecipado Total Facultativo (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 5.3.3 da Escritura de Emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Evento de Resgate, dos Encargos Moratórios, se for caso ("Valor de Resgate Antecipado").

#### 5ª emissão de debêntures

<sup>1</sup> Em razão do 1º Aditamento da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, aprovada em sede de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de dezembro de 2023, os encargos financeiros, a partir de 26 de dezembro de 2023, passou de CDI + 2,00% a.a. para CDI + 2,22% a.a.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 26 de maio de 2022, foram emitidas 296.000 (duzentas e noventa e seis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e de valor unitário de R\$1 mil. Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures, havia a incidência de juros remuneratórios correspondentes de 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, acrescida de *spread* de 2,00% (dois por cento) a.a., calculados pro rata temporis, devida trimestralmente a partir de 26 de agosto de 2022. O prazo das debêntures, desde a emissão até o vencimento, era de 60 meses, com liquidações semestrais após período de carência de 18 meses, conforme tabela de amortização constante na escritura de emissão.

Em razão do 1º Aditamento da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, aprovada em sede de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de dezembro de 2023: (i) a Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada) passou de 26 de maio de 2027 para 26 de dezembro de 2028; (ii) o *spread* incidente na Remuneração (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada), que antes era de 2,00% (dois por certo) passou a ser, a partir de 26 de dezembro de 2023 (exclusive), de 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento); (iii) foram alteradas as Datas de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada); (iv) foram alteradas as Datas de Amortização (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada); e (v) foram alterados os período de carência para realização do (v.a) Resgate Antecipado Total Facultativo de 26 de junho de 2024 para 26 de dezembro de 2025 e da (v.b) Amortização Extraordinária Facultativa de a qualquer tempo para 26 de dezembro de 2025.

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores, a Companhia constituiu, em favor dos credores, garantia real, na forma de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável (i) de direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança a serem emitidos pela Emissora, que deverão corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures, durante toda a vigência da Emissão; e (ii) dos direitos detidos pela Emissora sobre 1 (uma) conta vinculada de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente nos termos do contrato de administração de conta celebrado entre a Companhia e o banco depositário, com a interveniência do Agente Fiduciário na qual são depositados os Direitos Creditórios, bem como de todos e quaisquer recursos e/ou valores depositados ou que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas, a qualquer tempo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, conforme constituído nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores foi mantida a mesma estrutura de garantia real vigente em 21 de dezembro de 2023.

Além disso, em sede de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, a Companhia aprovou a realização do Evento de Amortização Extraordinária (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures), de 15,5405% do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures) com a dispensa do pagamento do prêmio previsto na Cláusula 5.2.3 de tal instrumento, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas realizada nesta mesma data, tendo tal Evento de Amortização Extraordinária ocorrido em 26 de dezembro de 2023.

O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 246.315 mil. Outras informações sobre as debêntures estão descritas na seção 12.3 abaixo.

### 6ª emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2023, foram emitidas 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da Companhia ("6ª Emissão de Debêntures"), cujo valor unitário é de R\$1 mil.

Sobre o Valor Nominal Unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores, a Companhia constituiu, em favor dos credores, garantia real, na forma de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável (i.) de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança a serem emitidos pela Companhia, que deverão corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão), durante toda a vigência da Emissão (conforme definido na escritura de emissão) ("Direitos Creditórios" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); e (ii.) dos direitos detidos pela Companhia sobre 1 (uma) conta vinculada de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente nos termos do contrato de administração de contas a ser celebrado entre a Companhia e o banco depositário, na qual serão depositados os Direitos Creditórios, bem como, de todos e quaisquer recursos e/ou valores depositados ou que venham a ser depositadas em tal conta vinculada, a qualquer tempo,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ("Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantia Real").

Os recursos líquidos captados por meio da 6<sup>a</sup> Emissão foram destinados (i) para liquidação da totalidade do saldo devedor das dívidas da Companhia representadas pelas debêntures emitidas no âmbito da 4<sup>a</sup> Emissão da Companhia; e (ii) para o capital de giro da Companhia.

A operação garantiu uma melhor estruturação da dívida da Companhia no curto prazo.

### **Empréstimo financeiro direto (4131)**

A Companhia avalisou o contrato de Empréstimo Financeiro Direto (conforme lei 4.131), contratado junto ao banco Santander, no montante de R\$ 80.000 mil, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI (Certificado de depósito interbancário) acrescida de 3,15% ao ano. Esse empréstimo foi realizado pela Soudi Pagamentos Ltda, o braço de financiamento digital da Allied, para suportar a operação e a expansão da carteira de clientes dessa empresa.

O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 80.178 mil.

### **Conta garantida**

Em 27 de dezembro de 2019, a companhia celebrou, junto ao banco Safra, o contrato de Conta Garantida no montante de R\$ 20.000 mil, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI (Certificado de depósito interbancário) acrescida de 2,549314% ao ano, cuja evolução no tempo é destaca na tabela a seguir, destacando-se a necessidade de ampliação do montante contratado em razão de aumento da carteira da companhia ao longo dos anos.

<b>Conta Garantia Banco Safra</b>					
<b>Evento</b>	<b>Data</b>	<b>Natureza</b>	<b>Valor MBRL</b>	<b>Custo % a.a</b>	<b>Vencimento</b>
Contratação	27/12/2019	Negociação inicial	20	CDI+2,549314	24/06/2020
Aditamento	24/06/2020	Renegociação	20	CDI+2,549314	21/12/2020
Aditamento	21/12/2020	Renegociação	40	CDI+2,549409	21/06/2021
Aditamento	21/06/2021	Renegociação	40	CDI+2,540003	20/12/2021
Aditamento	28/10/2021	Renegociação	50	CDI+2,540242	26/04/2022
Aditamento	11/02/2022	Renegociação	60	CDI+2,540215	13/02/2023

Em 2023, a referida Conta Garantida foi encerrada e teve seu saldo quitado.

### **Capital de Giro – Operação internacional**

Em 31 de outubro de 2022, a Companhia celebrou, junto ao Banco do Brasil New

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

York Branch, o contrato de Working Capital (ou Capital de Giro) para o início da operação de Distribuição Internacional, no montante de US\$ 8.000.000,00 e com juros remuneratórios correspondentes a 6,90% ao ano. O contrato venceu em 26 de outubro de 2023 e não foi renovado.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía outras operações de curto ou longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, a Companhia possui relações comerciais com diversas instituições financeiras nacionais visando ao acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Esses relacionamentos, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento das atividades da Companhia por meio de empréstimos e financiamentos.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

### (iv) Restrições impostas ao emissor

Os Diretores informam que 85% (oitenta e cinco por cento) da dívida bancária da Companhia possui restrições relacionadas ao descumprimento de obrigações pecuniárias e no cumprimento de *covenants* financeiros. Nesta data, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros que são mensurados anualmente, e são medidos conforme abaixo:

- Dívida Líquida/EBITDA<sup>2</sup>: deve ser igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia esclarece que a Dívida Líquida, para efeito de *covenants* financeiros<sup>3</sup>, foi de R\$ 12,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o equivalente a 0,1x o EBITDA ajustado do ano.

Nenhuma dívida bancária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 impunha restrição quanto à distribuição de dividendos aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2023, todos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes, representando 100% dos empréstimos, financiamentos e debêntures registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, continham cláusula de

<sup>2</sup> EBITDA para fins de *covenants* significa o lucro líquido do período (incluindo o lucro líquido do período das empresas adquiridas que venham a ser controladas pela Emissora e ainda não consolidadas), revertidos os impactos do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, todos esses relativos aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração. "Resultado Não Operacional" significa a venda de ativos, provisões, reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; impairment, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e Despesas Pontuais de Reestruturação (conforme definido na Escritura de Emissão).

<sup>3</sup> Dívida Líquida, para efeito de *covenants* financeiros, equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), contas a pagar por aquisição de empresas, parcelamentos tributários, deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

*cross-default e/ou cross-aceleration*, conforme tabela abaixo.

Contrato	Valor (R\$ mil)	Cross-aceleration	Threshold cross- acceleration (R\$ mil)	Cross-default	Threshold cross- default
5ª Emissão de Debêntures	247,410	Declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia e/ou qualquer de suas controladas (ainda que na condição de garantidora), incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, perante qualquer outro credor ou grupo de credores.	R\$ 20.000	Inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas, de qualquer dívida ou obrigação pecuniária junto a qualquer credor ou grupo de credores, não sanado no respectivo prazo de cura.	
6ª Emissão de Debêntures	216.125	Automático	R\$ 20.000 enquanto houver debêntures da 5ª Emissão em circulação  R\$ 30.000 caso não haja mais debêntures da 5ª Emissão em circulação	Não automático	R\$ 40.000
Empréstimo financeiro direto (4131)	80.178	N/A	N/A	Se a Soudi Pagamentos S.A.e/ou ou a Companhia garantidores e/ou sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Soudi e/ou pela Companhia, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos e/ou descontos celebrados com o credor e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelo credor, ou com terceiros, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos por culpa da Soudi, da Companhia e/ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Soudi ou pela Companhia.	N/A
<b>Total</b>	543.713	N/A	N/A	N/A	N/A

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nesta data a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### (h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O termo "AV" e "AH", que constam nas colunas de determinadas tabelas a seguir, significam "Análise Vertical" e "Análise Horizontal", respectivamente.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADAS

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	AV%	Exercício Social encerrado em 31/12/2022	AV%	AH% 2023 x 2022
Receita líquida de vendas	5.854.915	100,0%	5.127.781	100,0%	14,2%
Custos dos produtos vendidos	-5.176.618	-88,4%	-4.355.189	-84,9%	18,9%
<b>Lucro bruto</b>	<b>678.297</b>	<b>11,6%</b>	<b>772.592</b>	<b>15,1%</b>	<b>-12,2%</b>
Receitas/(despesas) operacionais					
Com vendas	-374.490	-6,4%	-436.639	-8,5%	-14,2%
Gerais e administrativas	-124.722	-2,1%	-141.285	-2,8%	-11,7%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	37.550	0,6%	12.741	0,2%	194,7%
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>216.635</b>	<b>3,7%</b>	<b>207.409</b>	<b>4,0%</b>	<b>4,4%</b>
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	-162.415	-2,8%	-195.516	-3,8%	-16,9%
Receitas financeiras	44.900	0,8%	40.454	0,8%	11,0%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>99.120</b>	<b>1,7%</b>	<b>52.347</b>	<b>1,0%</b>	<b>89,4%</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-7.026	-0,1%	-173	0,0%	3961,3%
Diferido	30.350	0,5%	23.972	0,5%	26,6%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>122.444</b>	<b>2,1%</b>	<b>76.146</b>	<b>1,5%</b>	<b>60,8%</b>

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O detalhamento realizado abaixo considera os números contábeis mostrados na tabela acima. A Companhia realizou alguns ajustes ao seu resultado contábil, que são apresentados nos relatórios de resultados trimestrais ao mercado, de forma a

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

melhor refletir a operação da Companhia, sem efeitos entendidos como não-recorrentes. Sobre o caráter dos referidos ajustes, cabe observar:

### **Ajustes não recorrentes ao resultado de 2023:**

#### **(i) DIFAL de janeiro/22 a março/22**

No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 16,3 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere aos valores que haviam sido depositados em juízo relativos a DIFAL do período de janeiro de 2022 até março de 2022. Esse resultado foi reconhecido após a maioria do colegiado do STF decidir que a cobrança do DIFAL é devida a partir de 5 de abril de 2022.

É importante ressaltar que, diante da incerteza sobre esse tema, a Companhia adotou a estratégia de especificar os seus produtos como se o imposto fosse devido e realizar o pagamento em juízo. Dessa forma os produtos da Allied ficaram com preço menos competitivo no mercado, o que impactou negativamente as vendas do canal varejo digital no período.

#### **(ii) Exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e COFINS**

No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 17,8 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere ao entendimento pelo STJ de que o ICMS-ST também deve ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS. O montante refletido como ajuste se refere aos anos de 2013 a 2022.

Os impactos de atualização monetária e de incidência de imposto de renda e contribuição social referentes aos itens (i) e (ii) mencionados acima foram refletidos, respectivamente, nas linhas de receita financeira e imposto de renda e CSLL não recorrentes para cálculo do lucro líquido ajustado.

Para apuração dos itens (i) e (ii) acima, a Companhia incorreu em custos com terceiros no valor aproximado de R\$ 200 mil, também refletido como ajuste não recorrente.

#### **(iii) Reestruturação operacional**

No 2T23 e no 3T23, a Companhia apresentou ajustes ao resultado contábil relacionados à reestruturação operacional da Companhia. Esta ação foi realizada com o intuito de readequar o nível de despesas com a demanda, e, assim, manter a saúde financeira da Companhia. O montante do ajuste em despesas operacionais foi de R\$ 1,9 milhões e R\$ 1,0 milhões no 2T23 e 3T23, respectivamente.

### **Ajuste para efeitos não recorrentes em 2022:**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia assinou, em 2022, um acordo de leniência com o MPF e um acordo de não persecução civil com o MPSP, conforme descrito no item 4.7 do Formulário de Referência, registrando uma obrigação no valor de R\$ 23,8 milhões, cujo valor foi resarcido à Companhia no segundo trimestre de 2023.

Do valor mencionado acima, resta pendente apenas o levantamento, pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, do montante de R\$ 8,7 milhões, depositado judicialmente em seu favor, contabilizado conforme a nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia. A decisão que homologou referido acordo de leniência transitou em julgado em 03 de fevereiro de 2024.

Adicionalmente, a Companhia encerrou o seu modelo de varejo físico conhecido como Store-in-Store (SiS), no qual quiosques de eletrônicos eram operados pela Allied dentro da loja de varejistas parceiros, que eram remunerados com um percentual das vendas realizadas neste espaço. Essas operações não estavam apresentando a rentabilidade esperada e, portanto, foram descontinuadas com o objetivo de otimizar a alocação do capital. As despesas relacionadas ao encerramento das operações SiS foram de R\$ 5,6 milhões em 2022.

### Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas em 2023 totalizou R\$ 5.854,9 milhões, representando um aumento de R\$ 727,1 milhões, ou 14,2%, em comparação com R\$ 5.127,8 milhões em 2022, principalmente devido a:

1. Distribuição: aumento de R\$ 964,0 milhões na receita líquida em decorrência, principalmente, da operação de Distribuição Internacional, que atingiu receita líquida de R\$ 1.776,1 milhões no ano de 2023. A Distribuição Brasil, por outro lado, teve uma redução de receita líquida no montante de R\$ 478,9 milhões entre 2022 e 2023. Em 2023 foram vendidos 5,7 milhões de produtos através desse canal, sendo que as categorias com maior representatividade na receita líquida foram: mobile (72,5%), computadores (15,8%) e videogames (7,7%).
2. Varejo Digital: redução de R\$ 165,9 milhões, ou 17,3% na receita líquida do canal. Essa redução foi resultado, principalmente, (i) da redução do consumo online de algumas das principais categorias, entre elas smartphones e videogames; e (ii) do aumento da competitividade das plataformas de marketplace em suas operações 1P. No ano de 2023 foram vendidos 415 mil produtos através desse canal, sendo que os produtos com maior representatividade na receita líquida foram: smartphones (85,0%), notebooks (5,7%) e televisores (4,0%).
3. Varejo Físico: redução de R\$ 71,0 milhões, ou 12,5%, na receita líquida entre os dois períodos. Vale ressaltar que a Allied tinha, no início dos anos de 2022 e de 2023, respectivamente, 248 e 132 pontos de venda de varejo físico. Dessa forma, após um processo de depuração e rentabilização, a Companhia encerrou o ano de 2023 com 122 pontos de venda. No ano de 2023 foram vendidos 463 mil

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

produtos através desse canal, sendo que os produtos com maior representatividade na receita líquida foram: smartphones (79,3%), wearables (7,3%) e acessórios mobile (5,7%).

### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2023 foi de R\$ 5.176,6 milhões, comparado a R\$ 4.355,2 milhões em 2022, o que representou um aumento de R\$ 821,4 milhões ou 18,9% frente ao ano anterior. Esse aumento foi superior ao da receita líquida entre os dois períodos e refletiu, principalmente, um aumento de R\$ 911,4 milhões, ou 18,4% no custo de mercadorias vendidas, em razão do aumento do número de mercadorias adquiridas pela Companhia.

### Lucro bruto

O lucro bruto em 2023 foi de R\$ 678,3 milhões, comparado a R\$ 772,6 milhões em 2022, o que representou uma redução de R\$ 94,3 milhões ou 12,2%. O lucro bruto representou 11,6% e 15,1% da receita líquida de vendas em 2023 e de 2022, respectivamente. A redução do lucro bruto é atribuída principalmente a mudança no mix de receita entre os canais da Companhia, com maior representatividade da Distribuição Internacional, que possui margem bruta mais baixa em comparação com os demais canais.

### Despesas com vendas

As despesas com vendas em 2023 totalizaram R\$ 374,5 milhões, representando uma redução de R\$ 62,1 milhões, ou 14,2%, em comparação com os R\$ 436,6 milhões totalizados em 2022, sendo que os principais impactos foram: (i) as reduções de R\$ 17,1 milhões, R\$ 6,3 milhões e R\$ 3,5 milhões nas despesas com comissões, fretes e taxa administrativa de cartão de crédito, respectivamente, em decorrência da maior representatividade da Distribuição na composição da receita da Companhia; (ii) a redução de R\$ 15,0 milhões, ou 12,5% nas despesas com pessoal; (iii) pela redução de R\$ 11,2 milhões, ou 16,3%, nas provisões com perdas e ganhos. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das despesas com (i) cobrança; e (ii) provisão de devedores duvidosos.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas em 2023 foram de R\$ 124,7 milhões, comparadas a R\$ 141,3 milhões em 2022, o que representou uma redução de R\$ 16,6 milhões ou 11,7% frente ao ano anterior. As despesas gerais e administrativas representaram 2,1% e 2,8% da receita líquida de vendas em 2023 e de 2022, respectivamente. Este resultado foi motivado, principalmente, pela redução de (i) R\$ 15,0 milhões, ou 34,2% nas despesas com serviços de terceiros; e (ii) R\$ 2,3 milhões, ou, 3,6% em despesas com pessoal.

### Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas, em 2023 totalizaram R\$ 37,5 milhões, comparadas a R\$ 12,7 milhões em 2022, o que representou um aumento de R\$ 24,8

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões. Outras receitas operacionais, líquidas, representaram 0,6% e 0,2% da receita líquida de vendas em 2023 e de 2022, respectivamente. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido (i) ao impacto não recorrente em 2023 de R\$ 16,3 milhões e de R\$ 22,9 milhões referentes, respectivamente, ao DIFAL de janeiro de 2022 a março de 2022 e à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme mencionado nos Ajustes não recorrentes ao resultado de 2023, acima.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro em 2023 foi negativo em R\$ 117,5 milhões, comparado ao valor negativo de R\$ 155,1 em 2022, o que representou uma redução de R\$ 37,5 milhões ou 24,2% frente ao ano anterior. O resultado financeiro representou 2,0% e 3,0% da receita líquida de vendas de 2023 e de 2022, respectivamente. Essa redução é atribuída principalmente (i) à redução dos índices de correção dos contratos e instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 2023; e (ii) a redução da utilização de operações de risco sacado para operações com capital de giro com custo financeiro incorrido pela Companhia.

### **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social**

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2023 foi de R\$ 99,1 milhões, comparados a R\$ 52,3 milhões em 2022, o que representou um aumento de R\$ 46,8 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 1,7% e 1,0% da receita líquida de vendas em 2023 e de 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores explicados acima.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido em 2023 foi de R\$ 23,3 milhões, comparada a um valor de R\$ 23,8 milhões em 2022, o que representou uma redução de R\$ 0,48 milhões. A despesa com imposto de renda e contribuição social representou 0,4% e 0,5% da receita líquida de vendas de 2023 e de 2022, respectivamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente foi de R\$ 7,0 milhões em 2023 e de R\$ 0,2 milhão em 2022.

A despesa com imposto de renda e contribuição social diferido em 2023 foi de R\$ 30,4 milhões, comparada a um valor de R\$ 24,0 milhões em 2022, o que representou um aumento de R\$ 6,4 milhões. O aumento da despesa com imposto de renda e contribuição social diferido entre os dois períodos é decorrente, principalmente, (i) da maior distribuição de juros sobre capital próprio no ano de 2023, em comparação com o ano anterior; e (ii) dos impactos não recorrentes relacionados ao DIFAL de janeiro de 2022 a março de 2022 e à exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme mencionado nos Ajustes não recorrentes ao resultado de 2023, acima. A despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos representou 0,4% e 0,5% da receita líquida de vendas nos anos de 2023 e 2022, respectivamente.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício em 2023 foi de R\$ 122,4 milhões, comparado a R\$ 76,1 milhões em 2022, o que representou um aumento de R\$ 46,3 milhões ou 60,8%. O lucro líquido do exercício representou 2,1% e 1,5% da receita líquida de vendas de 2023 e de 2022, respectivamente. Esse aumento é atribuído à conjunção de todos os fatores detalhados acima.

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa gerencial consolidado da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

	<b>Exercício social encerrado em 31/12/23</b>
<b>(em R\$ mil)</b>	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais <sup>(1)</sup>	2.110.632
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos <sup>(2)</sup>	-13.508
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento <sup>(1)(3)</sup>	-1.703.452
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>393.678</b>

(1) A partir do 4T21, as operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com seus principais clientes e fornecedores operações de capital de giro passaram a ser classificadas como atividade de financiamento.

(2) Considera o efeito de variação cambial do balanço de investida

(3) Considera as rubricas de Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento e Caixa líquido aplicado atividades de financiamento com acionistas.

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

#### Caixa líquido oriundo das atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais totalizou R\$ 2.110,6 milhões em 2023, estável em relação a 2022. A geração de caixa operacional em 2023 é justificada principalmente:

- (i) Pelo impacto positivo de R\$ 1.191,6 milhões na conta de fornecedores;
- (ii) Pelo resultado de R\$ 99,1 milhões em lucro antes do imposto de renda e contribuição social somado a ajustes para efeito caixa de R\$ 153,6 milhões ao lucro; e
- (iii) Pelo aumento dos ativos em contas a receber e estoques, com impacto caixa de R\$ 507,8 milhões e R\$ 144,6 milhões, respectivamente.

#### Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (ajustado pelo efeito da variação cambial no caixa da controlada) totalizou R\$ 13,5 milhões em 2023, comparado a R\$ 16,2 milhões em 2022. Essa redução de R\$ 2,7 milhões é justificada, principalmente, (i) pelo arrefecimento dos investimentos em inauguração de pontos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de venda ao longo do ano de 2023; e (ii) pela variação cambial sobre caixa de empresa investida ou controlada no exterior.

### **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento**

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (ajustado pelo caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento com acionistas) totalizou R\$ 1.703,5 milhões em 2023, comparado a um consumo de R\$ 2.676,3 milhões em 2022. O consumo de caixa em 2023 pode ser explicado, principalmente, (i) pela quitação de R\$ 1.453,3 milhões em fornecedores conveniados, como uma das ferramentas de gestão de capital de giro usadas pela Companhia; (ii) pelo ingresso de R\$ 305,0 milhões em empréstimos e financiamentos, incluindo a 6<sup>a</sup> Emissão de Debentures da Companhia; (iii) pelo pagamento de R\$ 381,3 milhões em empréstimos e financiamentos ao longo do ano de 2022; e (iv) pelo pagamento de R\$ 33,0 milhões em proventos aos acionistas.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações do emissor

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores acreditam que as bases de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram (i) o canal de distribuição Brasil da Companhia, que possui uma carteira de clientes de presença nacional e regional, e que representou 48% da receita líquida de vendas em 2023; (ii) o canal de distribuição Internacional da Companhia, que atende aproximadamente 20 distribuidores e varejistas, concentrados em 16 diferentes países latino-americanos, e que representou 30% da receita líquida de vendas em 2023; (iii) a operação no varejo digital da Companhia, que alcança todas as regiões brasileiras, que representou cerca de 14% da receita líquida de vendas em 2023; e (iv) a operação da Companhia no varejo físico, que está fortemente presente na região Sudeste do país, que representou cerca de 8% da receita líquida de vendas em 2023.

Vale destacar dois temas que tiveram impacto significativo no mix de receita entre os canais da Companhia nos últimos anos. Em primeiro lugar, ao longo do ano de 2022 e frente a mudanças no comportamento do consumidor após a pandemia do COVID-19, a Companhia optou por otimizar a rentabilidade da sua operação de varejo físico através do fechamento de pontos que não mostravam rentabilidade adequada e da revisão de processos e contratos desse canal. Como efeito, encerramos o ano de 2023 com menos pontos de venda, mas confiantes que temos, agora, uma operação mais rentável e resiliente. Em segundo lugar, o início da operação de distribuição internacional, cuja assertividade estratégica e comercial fez com que o canal atingisse o patamar significativo de 30% da receita líquida em 2023.

#### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores:

- (i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: o setor de atuação da Companhia é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. O PIB, que após uma recessão em 2016, cresceu no período 2017 a 2019, caiu 3,3% em 2020, mas voltou a dar sinais de melhora a partir de 2021. O potencial efeito positivo dos níveis mais baixos de desemprego (em comparativo histórico), tem sido compensado pelo resultado negativo do alto endividamento das famílias. Esses efeitos, conjugados, tem contribuído negativamente para a demanda dos produtos ofertados pela Companhia no mercado.
- (ii) Taxa de juros: o aumento da inflação em 2022 e, consequentemente, o aumento da taxa de juros, foi um fenômeno que ocorreu em grande parte dos

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

países relevantes economicamente para o Brasil. Esse cenário fez com que a meta da taxa Selic aumentasse de 9,25%, em dezembro de 2021, para 13,75%, em dezembro de 2022. O aumento da taxa de juros tem um impacto relevante nas despesas financeiras e, por consequência, na rentabilidade da Companhia. A partir de agosto de 2023 a taxa Selic sofreu sucessivas reduções, fechando o ano em 11,75%.

- (iii) Dólar: a taxa de câmbio afeta os resultados operacionais da operação brasileira dado que parte dos produtos comprados pela Companhia para revenda são negociados com fornecedores multinacionais, sendo que, considerando as compras realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 16% são importados e, portanto, possuem dólar como moeda de referência, e 4% dos produtos são negociados em dólar.
- (iv) Comportamento de compra do consumidor: buscamos entender onde podemos melhorar nossas operações e continuar entregando a melhor experiência de compra possível, seja pelo nosso canal digital ou físico. Podemos ser afetados em razão da variação de preferências e tendências de compra do consumidor.

**(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Os Diretores afirmam que a Companhia tem sido capaz de repassar aos clientes as variações positivas ou negativas nos custos dos nossos produtos. Tais variações podem ser causadas pelas oscilações na inflação, na taxa de juros, e na taxa de câmbio, além de mudança na legislação do setor de atuação da Companhia. Os Diretores ressaltam, ainda, que não houve variações relevantes nas receitas da Companhia em razão da oferta de novos produtos ou serviços.

**(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os Diretores acreditam que os negócios da Companhia são afetados diretamente pelo cenário macroeconômico brasileiro. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra dos nossos clientes e consumidores, afetando adversamente a confiança nas condições econômicas futuras, a propensão a consumir e a capacidade de adimplência.

Os Diretores da Companhia também acreditam que pequenas variações nos índices de inflação e dólar sejam repassadas aos clientes. Entretanto, um aumento significativo na inflação poderia afetar adversamente os negócios, reduzindo o poder de compra da população e, consequentemente, a sua propensão a consumir. Em

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

contrapartida, uma redução na inflação teria o efeito inverso, afetando positivamente o consumo dos produtos da Companhia. Em relação ao dólar, um aumento significativo da cotação dessa moeda em relação ao real, por exemplo, encareceria os produtos vendidos, reduzindo a sua demanda; já uma redução significativa estimularia a venda dos produtos ofertados pela Companhia no mercado.

Em relação à taxa de juros da economia, os Diretores acreditam que ela possua uma elevada influência nos resultados da Companhia. Um aumento da taxa de juros encareceria o acesso ao crédito, reduzindo, portanto, o consumo no país, o que afetaria adversamente as fontes de receita da Companhia. Além disso, como nossas fontes de financiamento estão principalmente fixadas ao CDI, um aumento da taxa de juros encareceria nossos compromissos financeiros.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### (a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Apresentação dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentadas para melhor comparabilidade, face à identificação de erros nas movimentações dos fornecedores conveniados (operações de risco sacado), os quais estavam apresentados como atividade operacional e foram reclassificados para atividade de financiamento para permitir que os usuários possam comparar as referidas transações ao longo do tempo e identificar tendências no desempenho dos fluxos de caixa da Companhia, conforme previsto nos itens 41 e 42.b do CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

### (b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022 destacam as seguintes ênfases sobre a reapresentação das demonstrações contábeis:

2021: "Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, em decorrência da mudança na política contábil de apresentação adotada pela Companhia em 31 de dezembro de 2022, os valores individuais e consolidados correspondentes das demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto."

2022: "Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram originalmente examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações e com apresentação de ênfase sobre a reapresentação das informações comparativas, com data de 29 de março de 2022. Os valores correspondentes às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, ora retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram também examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria reapresentado sem modificações, com data de 15 de março de 2023."

Exceto pelas ênfases apontadas acima, os relatórios dos auditores independentes referentes (i) às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; e (ii) às informações contábeis intermediárias condensadas revisadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, não contêm ressalvas.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não aponta ênfases ou ressalvas.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

### (c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

### (a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 as seguintes medições não contábeis:

#### **EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("[Resolução CVM 156/22](#)"), conciliada com as demonstrações financeiras e com as informações contábeis intermediárias da Companhia, e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("[BR GAAP](#)"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156/22.

#### **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada**

O EBITDA Ajustado consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelas despesas de depreciação e amortização, pelos ganhos e perdas de ICMS, conforme detalhado abaixo.

##### 1. DIFAL de janeiro/22 a março/22

No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 16,3 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere aos valores que haviam sido depositados em juízo relativos a DIFAL do período de janeiro de

## 2.5 Medições não contábeis

2022 até março de 2022. Esse resultado foi reconhecido após a maioria do colegiado do STF decidir que a cobrança do DIFAL é devida a partir de 5 de abril de 2022. É importante ressaltar que, diante da incerteza sobre esse tema, a Companhia adotou a estratégia de precificar os seus produtos como se o imposto fosse devido e realizar o pagamento em juízo. Dessa forma os produtos da Allied ficaram com preço menos competitivo no mercado, o que impactou negativamente as vendas do canal varejo digital no período.

### 2. Exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e COFINS

No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 22,9 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere ao entendimento pelo STJ de que o ICMS-ST também deve ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS. O montante refletido como ajuste se refere aos anos de 2013 a 2022. Os impactos de atualização monetária e de incidência de imposto de renda e contribuição social referentes aos itens (i) e (ii) mencionados acima foram refletidos, respectivamente, nas linhas de receita financeira e imposto de renda e CSLL não recorrentes para cálculo do lucro líquido ajustado. Para apuração dos itens (i) e (ii) acima, a Companhia incorreu em custos com terceiros no valor aproximado de R\$ 200 mil, também refletido como ajuste não recorrente.

### 3. Reestruturação operacional

No 2T23 e no 3T23, a Companhia apresentou ajustes ao resultado contábil relacionados à reestruturação operacional da Companhia. Esta ação foi realizada com o intuito de readequar o nível de despesas com a demanda, e, assim, manter a saúde financeira da Companhia. O montante do ajuste em despesas operacionais foi de R\$ 1,9 milhões e R\$ 1,0 milhões no 2T23 e 3T23, respectivamente.

Seguem, abaixo, os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
EBITDA	281.545
Margem EBITDA	4,8%
EBITDA Ajustado	250.513
Margem EBITDA Ajustado	4,3%

### Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

A Companhia apresenta o Lucro Líquido Ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

## 2.5 Medições não contábeis

O Lucro Líquido Ajustado foi calculado com base no lucro líquido do período, excluindo os efeitos dos itens (1), (2) e (3), mencionados acima, referentes a DIFAL entre janeiro de 2022 a março de 2022, a exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS e a restruturação operacional da Companhia.

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada de maneira diferente da Companhia.

Seguem abaixo os valores do Lucro Líquido Ajustado e da Margem Líquida Ajustada da Companhia para o último exercício social:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
<b>Lucro Líquido (prejuízo)</b>	<b>122.444</b>
<b>Lucro Líquido (prejuízo) Ajustado</b>	<b>100.510</b>
Receita Líquida	5.854.915
Margem Líquida Ajustada	1,7%

### Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante).

A Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) equivale ao total da soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (ativo circulante) e arrendamento mercantil (circulante e não circulante).

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem, abaixo, os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada:

## 2.5 Medições não contábeis

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2023
Dívida Bruta	651.245
Dívida Líquida	115.625
Dívida Líquida Ajustada	8.093

### Fluxo de Caixa Operacional e Fluxo de Caixa de Financiamento Ajustados

A Companhia apresenta os fluxos de caixa operacional e financeiro ajustados como forma de avaliação da sua geração (ou consumo) de caixa operacional. O fluxo de caixa de investimento mostrado abaixo considera o efeito de variação cambial do balanço de investida.

A Companhia entende que os fluxos de caixa operacional e financeiro ajustados possibilitam uma avaliação mais efetiva da sua geração (ou consumo) de caixa operacional. Nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com seus principais clientes e fornecedores operações de capital de giro (também chamadas de operações de risco sacado) são classificadas como atividade de financiamento. Como parte dessas operações não tem custo financeiro para a Companhia, entendemos que uma análise gerencial do fluxo de caixa deve ser realizada fazendo a reclassificação dessas operações para o fluxo de caixa operacional.

O fluxo de caixa de investimento ajustado é calculado pela soma do caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimento e do efeito da variação cambial no caixa da controlada.

O fluxo de caixa operacional ajustado, o fluxo de caixa de investimento ajustado e o fluxo de caixa de financiamento ajustado não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular o fluxo de caixa operacional ajustado e o fluxo de caixa de financiamento ajustado de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem, abaixo, os valores do Fluxo de Caixa Operacional e de Financiamento Ajustados:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
Fluxo de caixa operacional ajustado	783.010
Fluxo de caixa de investimento ajustado	-13.508
Fluxo de caixa de financiamento ajustado	-375.824
<b>Fluxo de caixa total</b>	<b>393.678</b>

## 2.5 Medições não contábeis

### (b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

#### Reconciliação do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício</b>	<b>122.444</b>
(+) Resultado financeiro líquido	117.515
(+) Depreciação e amortização	64.910
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-23.324
<b>EBITDA</b>	<b>281.545</b>
Receita operacional líquida	5.854.915
<b>Margem EBITDA</b>	<b>4,8%</b>
(-) Outras despesas e receitas operacionais, líquidas <sup>(1)</sup>	-31.032
<b>EBITDA Ajustado<sup>(1)</sup></b>	<b>250.513</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada<sup>(1)</sup></b>	<b>4,3%</b>

<sup>(1)</sup> Ajustes ao resultado recorrente em 2023: (i) DIFAL de janeiro/22 a março/22. No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 16,3 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere aos valores que haviam sido depositados em juízo relativos a DIFAL do período de janeiro de 2022 até março de 2022. Esse resultado foi reconhecido após a maioria do colegiado do STF decidir que a cobrança do DIFAL é devida a partir de 5 de abril de 2022. É importante ressaltar que, diante da incerteza sobre esse tema, a Companhia adotou a estratégia de especificar os seus produtos como se o imposto fosse devido e realizar o pagamento em juízo. Dessa forma os produtos da Allied ficaram com preço menos competitivo no mercado, o que impactou negativamente as vendas do canal varejo digital no período. (ii) Exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e COFINS. No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 22,9 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere ao entendimento pelo STJ de que o ICMS-ST também deve ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS. O montante refletido como ajuste se refere aos anos de 2013 a 2022. Os impactos de atualização monetária e de incidência de imposto de renda e contribuição social referentes aos itens (i) e (ii) mencionados acima foram refletidos, respectivamente, nas linhas de receita financeira e imposto de renda e CSLL não recorrentes para cálculo do lucro líquido ajustado. Para apuração dos itens (i) e (ii) acima, a Companhia incorreu em custos com terceiros no valor aproximado de R\$ 200 mil, também refletido como ajuste não recorrente; e (iii) Reestruturação operacional. No 2T23 e no 3T23, a Companhia apresentou ajustes ao resultado contábil relacionados à reestruturação operacional da Companhia. Esta ação foi realizada com o intuito de readequar o nível de despesas com a demanda, e, assim, manter a saúde financeira da Companhia. O montante do ajuste em despesas operacionais foi de R\$ 1,9 milhões e R\$ 1,0 milhões no 2T23 e 3T23, respectivamente.

#### Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>122.444</b>
(-) Outras despesas e receitas operacionais, líquidas <sup>(1)</sup>	-31.032
(-) Receitas financeiras	-1.453
(+) Imposto de renda e Contribuição social <sup>(1)</sup>	10.551
<b>Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício<sup>(1)</sup></b>	<b>100.510</b>
Receita Líquida	<b>5.854.915</b>
<b>Margem líquida ajustada<sup>(1)</sup></b>	<b>1,7%</b>

<sup>(1)</sup> Ajustes ao resultado recorrente em 2023: (i) DIFAL de janeiro/22 a março/22. No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 16,3 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere

## 2.5 Medições não contábeis

*aos valores que haviam sido depositados em juízo relativos a DIFAL do período de janeiro de 2022 até março de 2022. Esse resultado foi reconhecido após a maioria do colegiado do STF decidir que a cobrança do DIFAL é devida a partir de 5 de abril de 2022. É importante ressaltar que, diante da incerteza sobre esse tema, a Companhia adotou a estratégia de especificar os seus produtos como se o imposto fosse devido e realizar o pagamento em juízo. Dessa forma os produtos da Allied ficaram com preço menos competitivo no mercado, o que impactou negativamente as vendas do canal varejo digital no período. (ii) Exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e COFINS. No 4T23 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 22,9 milhões em outras despesas operacionais. Esse montante se refere ao entendimento pelo STJ de que o ICMS-ST também deve ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS. O montante refletido como ajuste se refere aos anos de 2013 a 2022. Os impactos de atualização monetária e de incidência de imposto de renda e contribuição social referentes aos itens (i) e (ii) mencionados acima foram refletidos, respectivamente, nas linhas de receita financeira e imposto de renda e CSLN não recorrentes para cálculo do lucro líquido ajustado. Para apuração dos itens (i) e (ii) acima, a Companhia incorreu em custos com terceiros no valor aproximado de R\$ 200 mil, também refletido como ajuste não recorrente; e (iii) Reestruturação operacional. No 2T23 e no 3T23, a Companhia apresentou ajustes ao resultado contábil relacionados à reestruturação operacional da Companhia. Esta ação foi realizada com o intuito de readequar o nível de despesas com a demanda, e, assim, manter a saúde financeira da Companhia. O montante do ajuste em despesas operacionais foi de R\$ 1,9 milhões e R\$ 1,0 milhões no 2T23 e 3T23, respectivamente.*

### Reconciliação da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2023
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (Circulante)	81.660
(+) Arrendamento mercantil (Circulante)	24.375
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (Não Circulante)	462.053
(+) Arrendamento mercantil (Não Circulante)	83.157
<b>Dívida Bruta<sup>(1)</sup></b>	<b>651.245</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-535.620
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante)	0
<b>Dívida Líquida</b>	<b>115.625</b>
(-) Arrendamento mercantil (Circulante)	-24.375
(-) Arrendamento mercantil (Não Circulante)	-83.157
<b>Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)</b>	<b>8.093</b>

*(1) A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) de maneira diferente da utilizada pela Companhia.*

### Reconciliação do Fluxo de Caixa Operacional, Fluxo de Caixa de Investimento e Fluxo de Caixa de Financiamento Ajustados

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	2.110.638

## 2.5 Medições não contábeis

(+)	Fornecedores sem custo financeiro <sup>4</sup>	-1.327.628
<b>Fluxos de caixa operacional ajustado</b>	<b>783.010</b>	
	Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	-6.747
(+)	Efeito de variação cambial no caixa da controlada	-6.761
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento ajustado</b>	<b>-13.508</b>	
	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-1.670.455
(+)	Fluxo de caixa das atividades com os acionistas	-32.997
(-)	Fornecedores convênio sem custo financeiro <sup>5</sup>	-1.327.628
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento ajustado</b>	<b>-375.824</b>	
<b>Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>393.678</b>	

**(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

A Administração da Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque demonstram o desempenho operacional a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência, demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de

<sup>4</sup> Trata-se de operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os principais clientes e fornecedores da Companhia operações de capital de giro (operações de risco sacado).

<sup>5</sup> Trata-se de operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os principais clientes e fornecedores da Companhia operações de capital de giro (operações de risco sacado).

## 2.5 Medições não contábeis

caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

### **Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada**

A Administração entende ser necessário expurgar os seguintes efeitos para refletir de forma mais acurada o lucro líquido da Companhia no ano de 2023, período no qual esses efeitos foram integralmente reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

- (i) DIFAL de janeiro de 2022 a março de 2023;
- (ii) Exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS; e
- (iii) Reestruturação operacional da Companhia.

### **Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)**

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e da Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência.

### **Fluxo de Caixa Operacional, Fluxo de Caixa de Investimento e Fluxo de Caixa de Financiamento Ajustados**

A Companhia entende que os fluxos de caixa operacional, de investimento e financeiro ajustados possibilitam uma avaliação mais efetiva da sua geração (ou consumo) de caixa operacional. Nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com seus principais clientes e fornecedores operações de capital de giro (também chamadas de operações de risco sacado) são classificadas como atividade de financiamento. Como parte dessas operações não tem custo financeiro para a Companhia, entendemos que uma análise gerencial do fluxo de caixa deve ser realizada fazendo a reclassificação dessas operações para o fluxo de caixa operacional.

A Companhia entende, também, que o impacto da variação cambial sobre ativos e passivos da empresa investida no exterior deve ser analisado junto com o fluxo de caixa de investimentos. Por isso, adicionamos a linha de "efeito de variação cambial

## 2.5 Medições não contábeis

no caixa da controlada" ao fluxo de caixa de investimentos para a visão gerencial.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não houve evento subsequente às informações financeiras e contábeis referentes ao ano de 2023.

## 2.7 Destinação de resultados

### (a) Regras sobre retenção de lucros

Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.

Ademais, a Companhia realizou a reserva de incentivos fiscais e conforme CPC 07 tais valores não são distribuídos aos acionistas. A Companhia também manterá a reserva de lucros estatutária denominada “reserva de lucros”, que terá por fim investimentos em expansão, suporte ao capital de giro e/ou distribuições futuras de dividendos.

### (b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

### (c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A política de Destinação de Resultados da Companhia, aprovada em 28 de abril de 2022 pelo Conselho de Administração (disponível no website da Companhia: <https://ri.alliedbrasil.com.br>), prevê a distribuição anual de dividendos. Ademais, o Conselho de Administração também poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, mensal ou semestral.

### (d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

### (e) Se o emissor possui uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política formalmente aprovada em 28 de abril de 2022 pelo Conselho de Administração. A Política de Destinação de Resultados está disponível no website da Companhia: <https://ri.alliedbrasil.com.br/Download.aspx?Arquivo=FyOK8LKnxKiQOriTVbU0Sw=&IdCanal=FPKg4NUAx4WiJrh8j9YKfw==>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social ao encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.10 Planos de negócios

### (a) Investimentos

#### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Administração da Companhia prevê o contínuo investimento para a expansão de seus negócios.

O gasto com investimentos realizados em 2023 totalizou R\$ 7,0 milhões. Este montante inclui, principalmente, os gastos de capital relacionados a: (i) R\$ 5,9 milhões em investimentos em tecnologia da informação/desenvolvimento; (ii) R\$ 0,1 milhões em benfeitorias e mobiliário para os centros de distribuição ou para o escritório; e (iii) R\$ 0,7 milhões em benfeitorias e mobiliário para lojas de varejo físico.

Além disso, a Companhia prevê para 2024 o total de R\$ 10,0 milhões para investimentos relacionados a: (i) R\$ 8,4 milhões em investimentos com tecnologia da informação/desenvolvimento para fomentar e acelerar negócios digitais; e (ii) R\$ 1,0 milhões em renovação de pontos do varejo físico. Adicionalmente, na estratégia de crescimento inorgânico, a Companhia pode ter investimentos, não mensurados, para aquisição de outras empresas nos segmentos-alvo, quais sejam, de forma não exaustiva: marca própria, distribuição e serviços para empresas (B2B).

#### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamentos para os investimentos serão o caixa próprio gerado pelas operações e, quando necessário, recursos tomados no mercado financeiro.

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nesta data, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

### (c) Novos produtos e serviços

#### (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

#### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

## 2.10 Planos de negócios

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Em 2022, com o final do ciclo dos primeiros clientes do Programa iPhone Pra Sempre, a Allied deu início a uma nova operação de compra e venda de produtos usados. Desde então, a Allied usa seus canais de venda para vender os produtos sob a marca Trocafy.

No ano de 2023, a Allied começou a fazer aquisição de telefones usados também através das operações de Varejo Físico sob a marca Samsung. No final de 2023, a Trocafy já fazia aquisição de aparelhos usados em 210 pontos de venda Samsung no país, incluindo os 121 operados pela própria Allied.

Esse modelo de negócio, além de aderente às iniciativas de ASG (Ambiental, Social e Governança), com promoção da economia circular, é alinhado aos fundamentos de crescimento de acordo com o seu direcionamento estratégico de buscar a liderança no mercado de recondicionados.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### **Sobre valores a receber das Lojas Americanas (em processo de recuperação judicial):**

Conforme comunicado ao mercado divulgado no dia 26 de janeiro de 2023, a Allied possuía créditos a receber das Lojas Americanas relacionados a vendas realizadas através dos canais Distribuição e Varejo Digital (via marketplace). Nesse contexto, a Allied esclareceu que possui seguro de crédito, sujeito a determinadas condições contratuais, e que já havia encaminhado o aviso de sinistro para a seguradora.

Após o encaminhamento do aviso de sinistro à seguradora, a Companhia recebeu a indenização, conforme cobertura contratada. Adicionalmente, requereu sua habilitação nos autos da ação de Recuperação Judicial, distribuída sob o número 0803087-20.2023.8.19.0001, perante o juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do RJ, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento aos procedimentos previstos no contrato de seguro.

Em relação a esse processo, vale destacar que o montante de R\$ 9,0 milhões reconhecido como despesa no 4T22 se refere à franquia sobre o montante a ser reembolsado.

A Allied utiliza esse tipo de seguro como forma de mitigação do risco de crédito de seus clientes desde 2011. Como pode ser visto na Nota Explicativa 26 das demonstrações financeiras do 4T23, a Companhia tinha uma cobertura de R\$ 350,0 milhões nesta data. Esse valor corresponde à exposição máxima que é reembolsada no período de 2 anos, sendo que o desembolso é de, no máximo, 50% no primeiro ano de vigência.

### **Sobre operações de risco sacado realizadas pela Companhia:**

As operações de risco sacado, em que os fornecedores antecipam seus recebíveis através de negociação envolvendo uma instituição financeira, são realizadas pela Companhia como uma ferramenta de gestão do seu capital de giro. Essas Operações estão classificadas nas Demonstrações Financeiras da Allied de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Em resumo:

- (i) As referidas operações são mostradas na linha "Fornecedores Convênio" do Balanço Patrimonial, sendo que o detalhamento é feito na nota explicativa número 13 das Demonstrações Financeiras;
- (ii) O custo das referidas Operações impacta a linha de despesas financeiras da Demonstração de Resultado ("DRE");
- (iii) A amortização e o pagamento de juros das referidas Operações estão refletidos no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, especificamente no Caixa Líquido oriundo das atividades de financiamento; e
- (iv) Conforme explicado no item 2.5, a Companhia calcula o fluxo de caixa operacional ajustado e o fluxo de caixa de financiamento ajustado de forma considerar como fluxo de caixa operacional ajustado as

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

amortizações das operações de risco sacado sem custo financeiro para a Companhia.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 março 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que nossa Companhia não divulgou projeções e estimativas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos nossos negócios ou atividades.

Adicionalmente, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 21 de março de 2024, a Companhia optou por descontinuar as projeções relativas à receita bruta da sua subsidiária Allied Miami LLC ("Allied Miami"), deixando de realizar qualquer divulgação sobre projeções. No que cabível, as informações acerca da referida projeção realizada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 serão disponibilizadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

### 3.2 Acompanhamento das projeções

Não houve divulgação de projeções em relação ao desempenho da Companhia para os exercícios sociais de 2021 e 2022. As informações descritas nesta seção são relacionadas à projeção divulgada pela Companhia por meio de fato relevante em 21 de março de 2023, referentes ao exercício social de 2023, a qual foi descontinuada pela Companhia, conforme fato relevante divulgado em 21 de março de 2024.

**a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024.

**b. b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Conforme Fato Relevante divulgado em 21 de março de 2023, a Companhia divulgou projeção financeira da sua subsidiária Allied Miami, projetando uma Receita Bruta de R\$ 600 milhões (seiscentos milhões de reais) da referida sociedade no seu primeiro ano de operação.

Em 10 de maio de 2023, a Companhia revisou a projeção financeira da Allied Miami, estimando uma Receita Bruta entre R\$ 1,0 bilhão (um bilhão de reais) e R\$ 1,2 bilhão (um bilhão e duzentos milhões de reais) no exercício social de 2023.

Em 09 de agosto de 2023, a Companhia revisou novamente a projeção financeira da Allied Miami, estimando uma nova Receita Bruta entre R\$ 1,6 bilhão (um bilhão e seiscentos milhões de reais) e R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões de reais).

A Receita Bruta da Allied Miami corresponde à receita líquida da Allied Miami antes de impostos incidentes sobre a receita. A Receita Bruta da Allied Miami não é divulgada na demonstração de resultado da Companhia, porém a Companhia divulgou tal valor no Formulário DFP da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável, a partir do 1T23.

Em 21 de março de 2024, a Companhia divulgou Fato Relevante por meio do qual informou que, em linha com o *release* de resultados econômico-financeiros divulgados nessa mesma data, a Allied Miami reportou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, Receita Bruta de R\$ 1.776,1 milhões, atingindo, dessa forma, a projeção financeira acima referida, conforme detalhado abaixo:

Guidance Inicial (21/03/2023)	Guidance Divulgado em 10/05/2023	Guidance Revisado em 08/09/2023	Realizado no Exercício Social Encerrado em 31/12/2023	
Receita Bruta da Allied Miami em 2023	R\$ 600 milhões	Entre R\$1,0 bilhão e R\$1,2 bilhão	Entre R\$1,6 bilhão e R\$2,0 bilhões	R\$ 1.776,1 milhões

A administração da Companhia acredita que os resultados obtidos pela Allied Miami em 2023 comprovam que a Companhia foi bem-sucedida na sua estratégia de captação de novos clientes e aumento do seu portfólio de produtos, o que contribuiu, de forma significativa, para uma maior diversificação dos seus negócios, em linha

### 3.2 Acompanhamento das projeções

com o posicionamento de ser um parceiro estratégico dos principais fabricantes do setor de eletrônicos de consumo.

Conforme previamente informado pela Companhia, **projeções e perspectivas para o futuro são meras previsões hipotéticas, não devendo ser interpretadas como garantia de desempenho futuro**. Devido a fatores e condições de mercado que escapam do controle da Companhia, tais como o cenário político-econômico e alterações legais e/ou regulatórias, o resultado da projeção poderia divergir consideravelmente daquele inicialmente previsto pela Companhia. As declarações encaminhadas ao mercado têm como base as crenças e suposições razoáveis da Administração lastreadas pelas informações que a Companhia tem acesso e manifestam as intenções e expectativas relacionadas ao desempenho dos negócios da Companhia, não constituindo, em nenhuma hipótese, uma promessa ou garantia de resultado.

A descontinuação da projeção de Receita Bruta da Allied Miami decorre do fato de que a divulgação do referido *guidance* se fez inicialmente necessária para alinhar o mercado às expectativas da Companhia sobre o potencial impacto da sua nova iniciativa de expansão internacional nos seus resultados, garantindo, assim, máxima transparência no que diz respeito aos seus negócios.

Contudo, considerando que não se trata mais de uma operação incipiente, a Companhia entende que não se faz mais necessária a divulgação da referida projeção ao mercado.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas.

Os negócios atuais e futuros, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado aos impactos de uma pandemia nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus atuais e potenciais titulares. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetá-la adversamente.

Os riscos apontados nesta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta e na matriz de risco que embasa a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

### a. Companhia

#### ***Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.***

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser absolutamente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas historicamente utilizadas pela Companhia.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia, alimenta ou mantém em seus modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os seus negócios.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter os controles internos operando de maneira totalmente efetiva, o que poderá afetar a capacidade de elaborar demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia dos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos seus negócios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o auditor independente, em que pese não tenha identificado deficiências significativas nos controles internos da Companhia, identificou certas falhas relacionadas a (i) aspectos contábeis e de controles internos e (ii) tecnologia da informação da Companhia, para os períodos auditados, que representaram, de certa forma, individualmente ou em conjunto, uma deficiência nos seus controles internos. Não há garantias de que Companhia adotará, será bem-sucedida ou concluirá tempestivamente todas as medidas de correção recomendadas. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências. Não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar tais falhas e/ou que concluirá tempestivamente qualquer correção necessária.

Se a Companhia não for capaz de suprir tais deficiências ou de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de: (i) elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada; ou (ii) prevenir a ocorrência de fraudes ou de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios

***A Companhia pode não realizar integralmente os prêmios pagos em suas aquisições e contabilizados como ágio em suas demonstrações financeiras.***

Os balanços patrimoniais consolidados da Companhia incluem montantes significativos correspondentes ao ágio por rentabilidade futura ("*goodwill*") gerado em decorrência de aquisições de negócios (empresas Allied S.A., Arte Telecom Ltda. e Wooza Tecnologia e Representações S.A.), os quais estão sujeitos a teste de recuperabilidade (*impairment*) e podem não ser integralmente realizados, o que impactaria adversamente o resultado da Companhia.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura ("*goodwill*"). A Companhia apresenta, conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um saldo de ágio no valor de R\$618.580 mil (consolidado), o que

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

representa, aproximadamente, 18% (dezoito por cento) do total do ativo consolidado no referido exercício.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Diretoria da Companhia, o auditor externo considerou que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Esse tema foi destacado no relatório de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do *goodwill* é complexo e envolve alto grau de subjetividade. A avaliação da recuperabilidade tem como premissas, dentre outras, a determinação das unidades geradoras de caixa da Companhia e das controladas, taxas de descontos de 14,37% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia divulgada no teste de *impairment* do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (método WACC), crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado, cenários econômicos futuros do Brasil e alterações à legislação tributária, os quais não podem ser estimados com precisão ou controlados pela Companhia. A Companhia não pode prever como tais condições, cenários ou desdobramentos podem afetar as premissas utilizadas, e consequentemente os valores recuperáveis.

Assim, considerando o alto grau de subjetividade da administração da Companhia no processo de avaliação da recuperabilidade do ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, a Companhia está sujeita a perdas significativas caso tais valores não sejam recuperáveis, o que poderá gerar impactos adversos relevantes em seus resultados e na sua condição financeira.

***Somos altamente dependentes dos nossos centros de distribuição e qualquer interrupção ou falha na operação de nossos centros poderá nos causar um efeito adverso.***

Atualmente, a Companhia e suas controladas possuem 4 centros de distribuição operacionais ("CDs") estrategicamente localizados nas regiões Sudeste e Norte do Brasil, bem como em Miami. As operações são altamente dependentes da operação normal dos CDs, tendo em vista que todos os produtos comercializados são distribuídos por meio desses CDs.

Se a operação normal de um desses CDs for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do controle da Companhia, como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação, obrigações de preservação da vida selvagem e resíduos sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias, entre outros, os negócios serão adversamente impactados, o que geraria um efeito negativo material na situação financeira e resultado operacional da Companhia. Acidentes e outros eventos imprevisíveis, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo nas lojas ou CDs. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Os negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis, ou ainda em decorrência da forma como a Companhia endereça tais acidentes e/ou eventos.

Adicionalmente, a estratégia de crescimento inclui o aumento de sua participação no mercado de produtos eletrônicos de consumo, através de seus diversos canais de venda, o que pode demandar uma expansão na capacidade dos CDs, uma reorganização desses CDs atuais ou o estabelecimento de novos CDs. Caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consiga integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao seu processo de controle de estoques de maneira eficaz, pode não conseguir entregar estoques às lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nas vendas, nos resultados operacionais e na estratégia de crescimento da Companhia.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística utilizada pela Companhia ou por seus fornecedores para entregar produtos nos pontos de vendas ou CDs podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos comercializados e afetar negativamente as operações.

***Podemos emitir novos valores mobiliários para captar recursos adicionais ou para honrar as opções outorgadas em nosso programa de opção de ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.***

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e poderá optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Além disso, uma diluição da participação dos acionistas nas ações ordinárias pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento societário de efeito similar em relação a empresas que possam ser adquiridas no futuro.

Adicionalmente, a Companhia possui um Plano de Opções de Compra de Ações no âmbito do qual foram outorgadas opções a seus beneficiários. Para maiores informações acerca deste tema, vide item 8.4 a 8.12 deste Formulário de Referência. Os beneficiários dessas opções podem decidir exercer seus direitos, o que pode diluir os investidores, uma vez que essas opções foram apuradas sem levar em consideração as expectativas do valor de mercado da Companhia após a abertura de capital e isso pode fazer com que seu valor de exercício seja inferior ao valor da ação negociada em bolsa. Caso todas as opções outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas sejam exercidas pelos beneficiários após a realização da oferta pública inicial, cada um dos acionistas será economicamente diluído no percentual previsto na Seção 8 deste Formulário de Referência.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Os resultados de nossa operação podem ser afetados adversamente pela sazonalidade das vendas de nossos produtos.***

As vendas flutuam sazonalmente, estando, historicamente, concentradas no último trimestre, principalmente por conta de datas comemorativas como *Black Friday* e Natal. Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá compelir a Companhia a vender o estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá as margens e, com isso, poderá afetar adversamente e de forma relevante a Companhia. Para mais informações sobre a sazonalidade a que as vendas estão sujeitas, vide item 1.4(d) deste Formulário de Referência.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, a Companhia incorre em despesas adicionais significativas, como a contratação temporária de funcionários para os CDs e aumento do volume de produtos estocados. Se a quantidade esperada não é vendida em cada período do ano, as vendas líquidas podem não ser altas o suficiente para permitir recuperar integralmente os investimentos em produtos e serviços e despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, a Companhia poderá experimentar um impacto negativo desproporcional significativo em seus resultados operacionais e financeiros.

***Nosso ritmo de crescimento de vendas pode não se manter o mesmo.***

Os fatores mais importantes para o crescimento das vendas são os seguintes: (i) capacidade de antecipar e atender às diferentes tendências de consumo em tempo hábil; (ii) atração de novos clientes e manutenção dos atuais; (iii) confiança do consumidor cativo; (iv) situação econômica nas áreas onde as lojas estão localizadas, pois um cenário adverso pode impactar negativamente a demanda pelos produtos e serviços oferecidos; (v) datas comemorativas (*Black Friday*, Natal, entre outras); (vi) atualização de políticas de fidelidade e marketing; (vii) concorrência; (viii) apelo da marcas próprias (exemplo – Trocaf). O insucesso ou a alteração de quaisquer dos itens indicados acima pode impactar negativamente o ritmo de crescimento de vendas e, consequentemente, os negócios e resultados operacionais.

***Podemos não ser capazes de cumprir com os índices financeiros ou outras obrigações previstas nos nossos contratos de dívida.***

Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, principalmente a dívida líquida sobre EBITDA (conforme definido nos contratos financeiros) igual ou menor a 2,5x além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros ou outras obrigações sejam descumpridos e, consequentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente pelos respectivos credores, de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o fluxo de caixa e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente de maneira relevante.

Além disso, alguns dos contratos financeiros contêm cláusulas que estabelecem o respectivo vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, distribuição de dividendos acima do percentual de 25% do lucro

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

líquido da Companhia, caso ela esteja inadimplente com qualquer das obrigações das escrituras, ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Ainda, em decorrência de uma nova pandemia, a Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito de suas obrigações. Caso qualquer desses eventos ocorra, o fluxo de caixa e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa e relevante. Para mais informações sobre os contratos financeiros firmados pela Companhia, bem como sobre as obrigações a que está sujeita decorrentes da celebração desses contratos, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

***Nossas lojas estão localizadas em shopping centers frequentados por seus respectivos públicos-alvo e a nossa capacidade de atrair clientes depende da capacidade de tais shopping centers de continuar a atrair tráfego, da manutenção dessas lojas em tais shopping centers, bem como da abertura de novas lojas em outros shopping centers frequentados por seu público-alvo.***

O sucesso das vendas das lojas do varejo físico da Companhia depende, em grande parte, da localização de lojas em locais de destaque e com elevado tráfego de pessoas, uma vez que todas as lojas físicas estavam localizadas em shopping centers em 31 de dezembro de 2023.

Parte considerável do volume de vendas das lojas do varejo físico e da produtividade por metro quadrado da Companhia é resultado do elevado tráfego de pessoas nos shopping centers onde se situam as lojas. A redução no tráfego de consumidores (inclusive em virtude de alterações nos hábitos de consumo de seu público-alvo), ou da incapacidade de manter as lojas em tais empreendimentos, podem reduzir significativamente as vendas da Companhia, o que a impactaria adversamente.

Desde a pandemia causada pela COVID-19, observa-se uma mudança nos hábitos de consumo com uma mudança de comportamento e queda na frequência de consumidores aos estabelecimentos físicos, impactando negativamente as vendas de algumas lojas. Em decorrência disso, a Companhia encerrou as operações Store-in-Store ao longo do ano de 2022 e, ao longo dos anos de 2022 e 2023, encerrou, pontualmente, algumas operações Samsung, principalmente quiosques. Esses fatores poderão causar um impacto adverso no canal de varejo físico da Companhia e/ou nos próprios resultados da Companhia, caso o consumidor deixe de comprar produtos oriundos de quaisquer dos canais de venda da Companhia.

Além disso, em alguns contratos celebrados com shopping centers há vedação de abertura de novas lojas em determinado raio de distância do local do shopping center, razão pela qual a Companhia pode estar impedida de operar novas lojas em determinadas localidades. Adicionalmente, a manutenção das lojas nos shoppings atuais depende, entre outros fatores, da capacidade de renovar os contratos de locação em termos e condições satisfatórios. A eventual incapacidade de manter as lojas em tais shopping centers podem reduzir significativamente suas vendas, o que impactaria adversamente a Companhia.

***Podemos vir a enfrentar dificuldades na abertura e desenvolvimento das nossas atuais e futuras lojas.***

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

O crescimento do canal de varejo físico está diretamente ligado à capacidade de abrir novas lojas, modernizar e desenvolver as lojas existentes, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios relacionados a abertura de lojas com sucesso. A capacidade de abrir novas lojas e desenvolver as lojas existentes com êxito depende de vários fatores, que incluem, entre outros, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamento em termos aceitáveis; a capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, por meio da coleta e análise de dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para os produtos nos locais escolhidos, bem como a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em quaisquer dos mencionados fatores. Ademais, se os consumidores nos mercados em que há a possibilidade de expandir ou construir lojas de novos formatos não forem receptivos aos modelos de atuação da Companhia ou à sua presença em tais mercados, a Companhia poderá sofrer efeitos adversos relevantes.

A abertura de novas lojas também requer a manutenção de estoques a um custo aceitável para atender a sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial, o que gera demandas crescentes sobre despesas, recursos gerenciais, administrativos e financeiros, podendo resultar em queda de eficiência na gestão dos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho das lojas individualmente e do negócio como um todo e afetar negativamente as operações.

***Paralisação da nossa força de trabalho ou greve dos nossos funcionários ou dos funcionários dos nossos fornecedores e parceiros comerciais poderão afetar as nossas operações.***

Os empregados da Companhia e de seus fornecedores e parceiros comerciais são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, sujeitos a renegociações periódicas dentro dos prazos estabelecidos por lei. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que tais renegociações não implicarão em aumento relevante de custos, o que a impactaria adversamente. Ademais, greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das instalações da Companhia, ou que afetem qualquer um dos fornecedores ou parceiros comerciais, podem ter um efeito adverso relevante sobre as operações e negócios da Companhia.

***Podemos não conseguir desenvolver novas linhas de negócios com outras marcas, com sucesso.***

As linhas de negócios da Companhia consistem basicamente em distribuição, varejo físico e varejo digital. Eventualmente, ela pode buscar a aquisição de novas linhas de negócios e/ou expandir as pré-existentes, voltadas a nichos de mercados distintos dos segmentos usuais. Neste sentido, a Companhia pode não ser capaz de obter as mesmas vendas e margens atualmente obtidas com as marcas de seu portfólio. Igualmente, não pode garantir que conseguirá desenvolver a expansão de eventuais novas linhas de negócios com a mesma habilidade que tem desenvolvido as linhas de negócios atuais. Qualquer redução de demanda não prevista ou de estimativa equivocada de demanda para eventuais novas linhas de negócios, poderá afetar os resultados operacionais, a condição financeira e o valor de mercado das ações da Companhia.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Nossas vendas dependem em grande parte da eficácia dos programas de propaganda e marketing dos nossos parceiros comerciais.***

Como a Companhia operamarcas de terceiros, bem como parte substancial das vendas é feita a grandes lojas varejistas, essas vendas dependem em grande parte dos programas de propaganda e marketing eficazes de tais parceiros comerciais para gerar movimento intenso de clientes. As vendas e a lucratividade dependem em grande parte da capacidade de parceiros comerciais de, entre outras coisas, identificar o público-alvo, decidir sobre a mensagem publicitária e os meios de comunicação adequados para atingir o público-alvo e promover o conhecimento e a atração pelas marcas comercializadas pela Companhia. Se as atividades de propaganda e marketing de parceiros comerciais não forem bem concebidas, planejadas e executadas, é possível que não haja aumento das vendas, bem como que não gere os níveis desejáveis de conhecimento de produtos dessas marcas, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

***Podemos não ser capazes de implementar nossa estratégia de crescimento orgânico.***

A estratégia de crescimento orgânico da Companhia está baseada no aumento da sua participação de mercado de produtos eletrônicos de consumo, através de seus diversos canais de venda.

A Companhia atua no setor de distribuição e varejo de produtos eletrônicos, os quais são altamente competitivos. A Companhia compete com outras varejistas com base no preço e sortimento de produtos em todos os seus canais. No canal de varejo físico, a competição também é impactada pela localização e *layout* das lojas. Aquisições ou fusões no setor também poderão aumentar a concorrência e afetar adversamente a participação de mercado da Companhia.

Caso a Companhia venha a enfrentar ou acirramento na competitividade no setor ou não seja capaz de manter sua posição competitiva, sua estratégia orgânica de crescimento será afetada. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na execução da sua estratégia de crescimento orgânico ou na manutenção da sua competitividade.

Além disso, o modelo de atuação da Companhia depende de contratos de parceria, fornecimento e distribuição com grandes marcas. Considerando que a Companhia não possui contratos de longo prazo com os varejistas para os quais revende produtos, ou com os fornecedores ou marcas com as quais mantém parceria, tais marcas poderão, a qualquer momento, decidir deixar de contratar com a Companhia.

A interrupção da distribuição de produtos, o fim de parcerias e de contratos de fornecimento, bem como a dificuldade da Companhia de encontrar novas parcerias em condições favoráveis poderá afetar a execução da estratégia de crescimento orgânica da Companhia. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na manutenção das parcerias atualmente em vigor e/ou na captação de novos parceiros.

***Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos titulares de nossas ações ordinárias.***

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

De acordo com o estatuto social vigente, a Companhia deve pagar aos acionistas, um dividendo mínimo obrigatório, não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista na Lei de Sociedades por Ações. Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social podem ser imputados e integrados ao dividendo mínimo obrigatório. O lucro líquido para o exercício social poderá ser utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido com base em reservas ou orçamento de capital, conforme deduções legais e destinações previstas na Lei de Sociedades por Ações e no estatuto social, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações permite a suspensão da distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, se o Conselho de Administração informar aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a condição financeira desfavorável da Companhia. Se isso acontecer, os titulares das ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio, prevista na legislação atual, poderão ser revistas. Assim, tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Em 15 de dezembro de 2023, o Congresso Nacional aprovou, definitivamente, a Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019 (PEC 45/2019), como Emenda à Constituição nº 132/2023 (EC 132/2023), a qual promove uma ampla reforma na tributação sobre o consumo no Brasil. Dentre as modificações legislativas, está a extinção de tributos federais – IPI, PIS, COFINS, COFINS-Importação e PIS-Importação, de tributos estaduais -ICMS – e de tributos municipais – ISS -, e a criação de 2 (dois) novos tributos sobre valor agregado, que serão cobrados "por fora", ou seja, não serão incluídos em sua própria base de cálculo, sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União Federal; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cujas alíquotas deverão ser fixadas por Resolução do Senado Federal. Em 25 de abril de 2024, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68/2024), para regulamentar a EC 132/2023. Conforme art. 14 do PLP 68/2024, as alíquotas deverão ser fixadas por lei específica.

Por outro lado, tramita ainda no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.337/2021, intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata de alterações na tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pela Câmara dos Deputados, como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiros, dentre outros. Além disso, "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira propõe a positivação da tributação, no Brasil, de ganhos de capital auferidos indiretamente (i.e., alienação de investimentos no exterior que invistam em ativos brasileiros). Caso sejam implementadas tais medidas

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

e nos termos atualmente propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção, permitindo ao beneficiário, a apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia e, no caso dos juros sobre capital próprio, a sua dedutibilidade será vedada, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados, tendo um efeito adverso. Embora essa legislação não tenha sido promulgada e não seja possível determinar as mudanças exatas que serão implementadas neste momento, ou de forma alguma, qualquer mudança pode ter um efeito adverso nos resultados e operações da Companhia

Paralelamente a isso, em 29 de dezembro de 2023 entrou em vigor a Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, modificou a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a qual dispõe a respeito da dedução dos valores pagos a título de juros sobre capital próprio. Com a entrada em vigor da nova legislação, houve modificação das contas a serem consideradas para fins do patrimônio líquido ajustado, sobre o qual o cálculo da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio é realizado.

***Se não formos capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.***

A Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor, ou mudanças nos paradigmas e hábitos de consumo dos clientes, em especial mediante a situações adversas.

As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores, como por exemplo atualização dos modelos de celulares, tablets e videogames. O sucesso das vendas depende da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos clientes. Se os produtos adquiridos para distribuição e disponíveis nas lojas, físicas e digitais, não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa nas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar negativamente a aceitação de mercadorias pelos clientes, o que pode causar o excesso ou falta de estoque de determinados produtos e/ou modelos, impactando adversamente os negócios, imagem, rentabilidade, resultado operacional e situação financeira da Companhia.

Pode haver obstáculos na busca de uma transformação digital que exijam adaptações à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários ou à adaptação de sistemas da Companhia aos sistemas de parceiros. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento da plataforma digital e afetar de forma adversa os negócios e resultados da Companhia.

Se a Companhia não conseguir responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, a sua plataforma digital e tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente os seus resultados.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Podemos não obter êxito na renovação dos contratos de locação em pontos estratégicos e de alta visibilidade.***

Todos os CDs e lojas ocupam imóveis alugados de terceiros. Caso a Companhia não consiga renovar em termos razoáveis os contratos de aluguel dos CDs e das lojas existentes, os quais possuem prazos de duração variados, ou caso seja necessário alterar a localização dos CDs ou das lojas para locais que não tenham a mesma funcionalidade e visibilidade que possuem atualmente, a logística pode ser afetada negativamente e as vendas podem diminuir, o que, consequentemente, impactaria negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Alguns dos contratos de locação estão vigentes por período indeterminado, tendo em vista que o prazo locatício previsto no próprio contrato já venceu, o que poderá acarretar a desocupação do imóvel, caso não haja acordo para renovação do respectivo prazo locatício. Há, ainda, contratos de locação que não estão registrados nos respectivos cartórios de imóveis, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer o direito de preferência na aquisição.

Ademais, a renovação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de lojas e afetar adversamente as receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, tornar mais onerosa a locação de novos espaços.

***A Companhia pode não conseguir manter sinergia entre seus canais de venda.***

As operações da Companhia são realizadas por meio de lojas físicas e canais digitais de e-commerce. Caso não consiga manter o alinhamento das operações das lojas físicas e dos canais digitais de e-commerce sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

***Estamos sujeitos ao risco de nossos acionistas, membros do conselho de administração, diretores, funcionários ou terceiros, agindo em nosso nome, violarem as leis anticorrupção e/ou anti-lavagem de dinheiro ou outras regras semelhantes no Brasil ou em qualquer outro lugar.***

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos com escopo transacional relacionados à prevenção de corrupção, lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais ou impróprias. As políticas e procedimentos não vinculam os acionistas e podem não ser eficazes na prevenção de atividades ilegais ou impróprias realizadas por conselheiros, diretores, funcionários ou terceiros agindo em nome da Companhia. Caso os acionistas, conselheiros, diretores, funcionários ou terceiros que atuem em nome da Companhia violem essas leis e regulamentos, ela estará sujeita a investigações, sanções e penalidades administrativas, judiciais e criminais que podem ter um efeito adverso relevante na reputação, resultados das operações, condição financeira e perspectivas.

Em 22 de outubro de 2020, a Polícia Federal executou mandado de busca e apreensão na sede da Companhia em São Paulo/SP com base em decisão judicial da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP, no âmbito da chamada "Operação Triuno" (Autos n.º 5005039-51.2020.4.03.6181). A busca teve como objetivo obter documentos sobre contratos e

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

pagamentos relacionados a dois prestadores de serviços contratados pela Companhia entre 2011 e 2015, Claro Advogados Associados ("Claro Advogados") e LPB Empresarial Participações Ltda. ("LPB"), cujos representantes firmaram acordos de colaboração premiada com as autoridades, homologados em 19 de junho de 2019, contendo alegações relacionadas à Companhia e a um ex-administrador acionista da Companhia.

De acordo com a decisão judicial, a ordem de busca e apreensão contra a Companhia se baseou na existência de indícios da prática dos delitos de: (i) lavagem de dinheiro, referente à alegação de que o Claro Advogados e a LPB teriam efetuado a devolução à Companhia, em espécie, de valores pagos no âmbito de sua relação contratual; (ii) corrupção, referente à alegação de que parte desses valores teria sido repassada a um agente público da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; e (iii) falsidade ideológica, referente à alegação de que certos documentos entregues pela Companhia à Receita Federal do Brasil ("RFB") – em resposta a intimação de 7 de agosto de 2018 que visava esclarecer os pagamentos feitos a tais prestadores de serviços – seriam ideologicamente falsos. A decisão judicial também autorizou a realização de busca e apreensão em residências de ex-administradores da Companhia, que atualmente não ocupam cargos na Companhia. Um dos referidos ex-administradores é acionista da Companhia.

Conforme Fato Relevante divulgado em 03 de maio de 2022, a Companhia assinou na mesma data, acordo de leniência com o Ministério Público Federal e acordo de não persecução civil com o Ministério Público do Estado de São Paulo, que têm relação com os fatos investigados na Operação Triuno, por meio dos quais a Companhia assumiu determinadas obrigações pecuniárias e não pecuniárias. Os referidos acordos tiveram sua homologação judicial já transitada em julgado. Para informações adicionais a respeito dos acordos, vide o item 4.7 deste Formulário de Referência.

Ademais, em 05 de julho de 2021, a RFB iniciou novo procedimento de fiscalização em face da Companhia e de ex-administrador que é atual acionista, questionando a natureza de pagamentos realizados pela Companhia a dois prestadores de serviços, em 2016, no valor total de R\$ 1.147 mil. Em 15 de outubro de 2021, após as respostas da Companhia, a RFB lavrou autuação fiscal contra a Companhia pelos pagamentos realizados pela Companhia, alegando que não houve prestação de serviços e que os pagamentos foram convertidos em espécie para devolução a ex-administradores da Companhia. Tais fatos e eventuais desdobramentos, podem resultar em cobranças e, eventualmente, sanções por supostas violações de leis aplicáveis, lei de improbidade administrativa, leis anticorrupção e/ou relacionadas a lavagem de dinheiro.

Caso a Companhia, algum dos seus acionistas fundadores, ex-executivos ou membros da administração sejam processados pelas alegadas infrações, seja como resultado dos fatos descritos ou por outras razões, a reputação da Companhia perante seus clientes, fornecedores, parceiros comerciais e investidores e seus negócios poderão ser afetados adversamente. Podem ainda ser afetados contratos vigentes e a capacidade da Companhia de realizar novas contratações no futuro, inclusive com a administração pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. Eventuais penalidades financeiras, rescisões de contratos relevantes e os custos envolvidos na defesa da Companhia em relação às alegações ou, ainda, eventuais questionamentos de regimes fiscais especiais que possam decorrer das supostas violações,

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

poderão resultar em impactos relevantes adversos à Companhia. Para informações adicionais, vide o item 4.7 deste Formulário de Referência.

***Nós, nossos administradores e nossos acionistas estamos sujeitos a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem interromper ou limitar materialmente nossas operações, resultar em julgamentos, acordos ou multas, além de afetar adversamente nossos resultados e nossa reputação.***

A Companhia, suas afiliadas, seus acionistas e administradores, individual ou em conjunto, podem ser, no futuro, parte em processos administrativos, judiciais, regulatórios, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais ou criminais, além de potenciais processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como CVM ou CADE, no curso dos negócios.

A Companhia não tem como prever ou garantir em que momento ações judiciais, inquéritos e processos governamentais e outros processos legais em curso, ou potenciais, serão concluídos e, se as decisões neles proferidas serão a ela favoráveis. Eventuais decisões desfavoráveis podem exigir pagamentos substanciais, outras obrigações financeiras significativas e restrições de certos direitos, incluindo, mas não se limitando, a decisão do STF que definiu que os mandados de segurança preventivos movidos pela Companhia, conforme descritos no item 4.7 deste Formulário de Referência, não terão êxito. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos contábeis, quando existentes, serão suficientes para todos os passivos atuais ou potenciais relacionados a esses processos.

Além disso, essas disputas e as respectivas decisões relativas a esses processos, atuais ou potenciais, podem impactar a condução dos negócios conforme planejado inicialmente, pois a administração da Companhia pode necessitar alocar parte substancial de seu tempo e atenção a esses procedimentos e quaisquer investigações relacionadas a eles, o que pode afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Decisões desfavoráveis nos referidos processos podem afetar negativamente a reputação da Companhia, seu relacionamento perante clientes, credores, parceiros comerciais, fornecedores e investidores ou, ainda, afetar contratos vigentes e a capacidade da Companhia de realizar novas contratações no futuro. Caso tais decisões desfavoráveis envolvam um administrador, este poderá ser impedido de seguir em suas funções na Companhia. Para mais informações sobre os processos judiciais, arbitrais e administrativos em que a Companhia ou seus acionistas fundadores são parte, veja os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

***Podemos ser adversamente afetados por violações da Lei Anticorrupção Brasileira, o U.S. Foreign Corrupt Practices Act e outras leis similares. As medidas adotadas por nós podem não ter sido ou ser efetivas em evitar violações de leis de combate à corrupção, fraudes e práticas irregulares por parte de nossos acionistas, administradores, empregados, fornecedores e parceiros comerciais, o que pode gerar multas regulatórias e danos à nossa reputação.***

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos brasileiros, como a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 02/06/1992), a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 01/08/2013) e leis similares contra suborno, corrupção e antitruste, além de leis e

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

regulamentos de outras jurisdições, especialmente nos Estados Unidos, país onde também opera. Essas leis proíbem vantagens indevidas a funcionários governamentais e certos pagamentos, presentes ou remunerações para ou de clientes e fornecedores. Os procedimentos e políticas de governança, gerenciamento de riscos e conformidade podem não ter sido ou ser suficientes para prevenir ou detectar (i) violações da Lei Anticorrupção Brasileira, U.S. Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA") ou leis similares; (ii) comportamento fraudulento ou ilegal, inclusive por parte de acionistas, administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar ou atuar em nome da Companhia; ou (iii) comportamento ou conduta antiética, cada um dos quais pode afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, além do preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Além do FCPA poder ser aplicável às companhias que não sejam norte-americanas em determinadas hipóteses, incluindo casos em que atos relacionados a um esquema de suborno são realizados nos Estados Unidos ou por pessoas norte-americanas em benefício de uma pessoa que não seja norte-americana, a Companhia também está diretamente sujeita a ele em razão da abertura da empresa controlada Allied Miami LLC.

As violações dessas leis e regulamentos podem resultar em investigações, sanções e/ou penalidades administrativas, judiciais e criminais (como, por exemplo, multas, perdas de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial das atividades, confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração ou dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita) contra nós, nossos acionistas, executivos ou nossos funcionários, além de obrigações de conformidade mais rigorosas, perdas de autorizações de operação, proibições na condução dos negócios, capacidade de participar de licitações públicas de contratos e capacidade de receber benefícios fiscais ou de crédito ou outros incentivos governamentais. A Companhia poderá, ainda, (i) incorrer em despesas e reconhecer provisões e outros encargos em relação a esses temas; e (ii) vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à lei anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Ademais, o aumento da atenção focada em questões de responsabilidade como resultado de investigações, ações judiciais e procedimentos regulatórios pode prejudicar as atividades ou afetar o crescimento dos negócios da Companhia. A retenção e a renovação de muitos dos contratos da Companhia depende da manutenção de um relacionamento de confiança com os clientes e qualquer violação dessas leis e regulamentos pode levar ao término de tais relacionamentos, além de ter um efeito adverso relevante nas condições financeira e resultados.

Não é possível garantir que os processos de governança, gerenciamento de riscos, conformidade (*compliance*), auditoria e controles internos possam impedir, detectar ou remediar todos os comportamentos incompatíveis com os requisitos legais aplicáveis ou com os padrões éticos ou de conformidade. Qualquer fraqueza ou violação poderia comprometer a integridade das informações disponíveis, expondo a Companhia às sanções, penalidades regulatórias, ações civis, ações tributárias, perdas monetárias, erros ou ajustes contábeis, danos à reputação ou outros efeitos adversos. Esse risco é maior com relação ao período anterior a 2014, quando houve a migração dos provedores de e-mail da Companhia e ocorreu a perda de alguns registros e arquivos de períodos anteriores, criando possíveis lacunas de informações no período anterior à migração. Dessa forma, os procedimentos podem não ter detectado ou não ter impedido, e podem

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

não detectar ou impedir efetivamente, condutas irregulares por acionistas, conselheiros, administradores, funcionários (antigos e atuais), contrapartes ou qualquer terceiro que tenham agido ou venham a agir em nome da Companhia ou para o seu benefício ou que tenham se engajado ou venham a se engajar em atividades fraudulentas, contornando ou substituindo os controles e procedimentos internos, apropriando-se ou manipulando os meios ou de outra forma cometendo fraude ou falsificação para sua vantagem pessoal ou comercial.

O descumprimento de regras e políticas por parte de acionistas, conselheiros, administradores, funcionários (antigos e atuais), contrapartes ou qualquer terceiro pode resultar em penalidades, contingências e multas, inclusive decorrentes de responsabilização subsidiária ou solidária, bem como perda de licenças e impossibilidade de contratação com o poder público. Além disso, os fornecedores e clientes podem decidir terminar seus respectivos contratos de forma antecipada ou não proceder a suas renovações. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito material adverso sobre nosso negócio, nossos resultados operacionais, nossa situação financeira e nossa imagem.

Se algum desses riscos se concretizar, a reputação, estratégia, esforços de expansão e a capacidade de atrair e reter funcionários poderão ser impactados negativamente e, consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Para maiores informações, veja Seção 4.7 deste Formulário de Referência.

***O fato das nossas lojas serem espaços públicos pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem das nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas.***

Como as lojas são consideradas espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, consequentemente, podem causar danos aos seus frequentadores. No caso da ocorrência de quaisquer incidentes, além da subtração de produtos, pode ocorrer lesões ou morte de clientes e funcionários, sendo que a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos de imagem, bem como materiais. A ocorrência de tais incidentes, pode sujeitar a Companhia à imposição de responsabilidade civil e/ou criminal, bem como à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para os negócios.

***Problemas nos nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los constantemente, poderão impactar adversamente as nossas operações e o nosso controle de estoque.***

Em 2023, cerca de 14% da receita líquida decorreu de vendas de produtos ou serviços através do varejo digital. Além disso, as vendas nas lojas são gerenciadas com base em sistemas de informação diversos. Assim, as operações dependem em grande parte de sistemas de informação, que processam os dados necessários para o gerenciamento das atividades e para a contabilidade. Problemas na operação ou administração desses sistemas, bem como a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante e satisfatória, podem causar sua interrupção ou mal funcionamento. Falhas substanciais em tais sistemas podem reduzir a realização de vendas ou a atratividade dos sites e serviços e podem levar

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

os clientes a buscar concorrentes. Se a Companhia não for capaz de efetuar os reparos ou as atualizações tempestivamente e se essa eventual interrupção ou mal funcionamento se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os resultados.

Adicionalmente, sistemas de informação estão expostos a vírus, fraudes através de softwares e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, tais como quebras ou panes, as quais podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados, fraudes contra nossos clientes ou na incapacidade de aceitar e atender demandas de clientes, dentre outras consequências. Assim, interrupções nos sistemas ou na sua infraestrutura subjacente poderiam causar efeitos adversos aos negócios, eventualmente implicando em perdas financeiras, aumento dos custos e/ou prejuízo de forma geral.

***Divulgação não autorizada de informações dos consumidores e/ou apropriação indevida de informações por meio da violação dos nossos sistemas de computadores ou de outro incidente de segurança cibernética, poderão impactar adversamente nossos resultados.***

Uma das principais questões relacionadas ao comércio eletrônico, à comunicação online e à tecnologia da informação é transmitir com segurança as informações confidenciais dos clientes para servidores e armazenar dados com segurança em sistemas interligados aos servidores. A Companhia depende das tecnologias de criptografia e autenticação de terceiros para transmitir informações confidenciais com segurança.

Avanços tecnológicos, novas técnicas de criptografia e outros desenvolvimentos de sistemas podem resultar em falhas tecnológicas relacionadas à proteção de informações pessoais fornecidas pelos clientes durante suas compras. Violações de segurança por parte de terceiros aos sistemas de computadores da Companhia, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI, e a divulgação ou o uso não autorizados das informações confidenciais dos clientes, incluindo informações sobre forma de pagamento, como cartões de crédito, poderão expor a Companhia a processos judiciais por tratamento inadequado de dados pessoais e prejuízo de reputação com alto risco de perda, o que pode nos afetar negativamente de forma significativa.

A Companhia não pode garantir que não será afetada por eventos similares e/ou garantir que tais eventos e incidentes não ocorrerão novamente, bem como, prever potenciais desdobramentos resultantes destes eventos. Além disso, eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações pode afetar negativamente os resultados financeiros.

***A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros pode ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.***

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual. A Companhia acredita que suas marcas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente, de

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

forma adversa. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

***Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e a dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.***

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro, quando contratadas, serão suficientes em todas as circunstâncias, ou contra todos os riscos, aos quais a Companhia e seus ativos estão sujeitos. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices de seguro pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado e alguns sinistros, tais como roubo de carga, perda e avarias nos produtos transportados estão sujeitos ao pagamento de franquias.

Na eventualidade da ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de suas atividades. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Eventual falha no pagamento dos prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderá fazer com que tais danos, segurados ou não, não fiquem sujeitos à cobertura pela seguradora. Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro não coberto por nossas apólices. Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais e os negócios da Companhia.

***As aquisições passadas e futuras estão acompanhadas de riscos variados e podem não alcançar as nossas metas financeiras e estratégicas almejadas.***

Para atingir os objetivos, a Companhia pode vir a adquirir sociedades e ativos ou investir em outros negócios ou tecnologias, não sendo possível assegurar que será bem-sucedidos em identificar, negociar ou concluir tais aquisições.

Os principais riscos são: (i) a aquisição poderá não concretizar a contribuição esperada para a estratégia comercial; (ii) o relacionamento entre atuais e novos funcionários poderá

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

ser conturbado; (iii) pode haver perda de membros da alta administração das sociedades adquiridas, (iv) o processo de diligência legal pode não identificar problemas ou irregularidades nas sociedades ou ativos já adquiridos ou a serem adquiridos, podendo das aquisições decorrer contingências relevantes que apenas venham a se materializar no futuro; (v) podem haver contingências no que diz respeito à responsabilidade por violação de direitos de propriedade intelectual, divulgações de demonstrações financeiras, práticas contábeis ou controles internos; (vi) podem haver processos movidos contra a empresa adquirida; (vii) o processo de aquisição pode desviar a atenção da administração para questões ligadas à transição ou à integração das sociedades adquiridas, cujos respectivos processos podem também ser mais onerosos do que inicialmente previsto e podem resultar em dificuldades de natureza operacional, comercial, financeira, contratual e tecnológica, o que pode fazer com que não consigamos aproveitar as sinergias esperadas, ou sofrer perdas e incorrer em despesas não previstas; (viii) podem haver efeitos de curto-prazo adversos ou resultados operacionais desfavoráveis; (ix) caso contraiamos dívidas para realizar as aquisições, isto poderá limitar a nossa capacidade financeira no futuro; (x) podem haver problemas de cunho fiscal; e (xi) as aquisições podem vir a gerar ágio contábil, que pode sofrer reduções futuras, o que afetaria os resultados futuros.

Esses fatores poderiam causar um efeito adverso sobre a Companhia, especialmente no caso de aquisição de sociedades de maior porte ou de múltiplas aquisições, as quais poderão ainda estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. Nesse sentido, é possível que a Companhia não obtenha sucesso na obtenção de tais autorizações ou em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. Além disso, à medida que incorpora outra sociedade, se forem emitidas ações a serem entregues aos acionistas da sociedade incorporada, os acionistas da Companhia poderão ter suas participações diluídas de maneira relevante e o lucro por ação poderá diminuir.

***Enfrentamos riscos relacionados a não obtenção de registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centros de distribuição.***

A Companhia depende da obtenção de registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização dos CDs e lojas. Grande parte desses documentos possui prazos de validade e deve ser renovada periodicamente, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras), juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, é possível que a Companhia não os obtenha ou renove em tempo hábil. A não obtenção ou a não renovação dessas licenças poderá (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, (iii) impedir a abertura e operação de lojas e CDs, (iv) resultar no fechamento de lojas e centros de distribuição, (v) expor a riscos adicionais de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetando adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (vi) expor a Companhia ou seus representantes a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

Em razão, inclusive, da atuação e dos prazos praticados por alguns órgãos administrativos,

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. A estratégia de negócio da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não for possível abrir e operar novas lojas e CDs e/ou se for necessário suspender ou fechar lojas e CDs em razão da falta ou atraso na obtenção dos citados registros, licenças e/ou autorizações.

***A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.***

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, notadamente aquelas informadas no item 11.1 deste Formulário de Referência. No curso de seus negócios, a Companhia poderá contratar novas transações com partes relacionadas, nos termos de sua Política de Transação com Partes Relacionadas.

Essas contratações representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para a análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. A Companhia não pode assegurar que os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes ou que as transações com partes relacionadas foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes (incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado), o que pode impactar negativamente seus negócios, podendo vir a causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, e aos seus acionistas. Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas, veja o item 11 deste Formulário de Referência.

***Risco associado à fraude de cartões de crédito, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.***

O risco por operações fraudulentas via cartão de crédito é assumido pela Companhia, na medida em que são aceitos pagamentos por este meio sem a aplicação da assinatura do titular, e realizadas operações na modalidade cartão não presente em nos canais digitais. Atualmente a Companhia não mantém um seguro contra este tipo de risco. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a reputação e resultados financeiros, o que poderá afetar adversamente o negócio e os resultados das operações.

***b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores***

***Os interesses dos nossos acionistas controladores poderão divergir dos interesses dos demais acionistas.***

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é controlada pelo Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pelo Brasil

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, entidades indiretamente geridas pela Advent International.

Os acionistas controladores da Companhia podem, dentre outras prerrogativas atinentes a acionistas controladores: (i) exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração; (ii) controlar a Administração; (iii) controlar as políticas e estratégias; (iv) determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas.

Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão conseguir evitar ou retardar determinadas transações ou estratégias de negócio que os demais acionistas podem, de outra forma, considerar favoráveis, o que poderá resultar em uma tomada de decisão contrária aos anseios de acionistas minoritários.

### c. suas controladas e coligadas

***Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.***

A Companhia detém participação em outras sociedades operacionais, de modo que parte de sua receita pode ser proveniente da distribuição de lucros de suas controladas. Diante disso, a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas pode estar, em parte, relacionada ao resultado, ao fluxo de caixa e lucros de suas controladas, as quais estão sujeitas a riscos semelhantes aos da Companhia. Não há garantia de que o resultado, fluxo de caixa e os lucros das controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e das sociedades controladas, o que pode afetar adversamente o resultado e o valor das ações emitidas pela Companhia.

### d. seus administradores

***A perda de membros de nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.***

A capacidade da Companhia de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados pela administração e da cultura corporativa que ela promove. A perda de membros da administração pode afetar de modo adverso e relevante as operações e ter um efeito adverso nos negócios.

Em caso de renúncia de membros da administração, é possível que a Companhia não consiga manter a cultura organizacional ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação. A perda de colaboradores-chave pode dificultar a implementação de planos estratégicos e ocasionar um efeito adverso relevante para os negócios e operações. Além disso, o sucesso da Companhia também depende de sua capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e pode haver dificuldade de atrair, contratar, treinar, reter,

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, o que pode afetar adversamente os negócios.

**A Companhia celebrou contratos de indenidade com determinados administradores, conforme previsão em seu Estatuto Social, os quais podem resultar em conflito de interesses e impacto patrimonial relevante.**

Conforme previsto no artigo 56 do Estatuto Social, a Companhia poderá indenizar e manter indenes seus Administradores e membros externos do Comitê de Auditoria e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, conforme acordos de indenidade que venham a ser celebrados entre a Companhia e os respectivos Beneficiários, o que poderá afeta-la adversamente.

Cabe ao Conselho de Administração deliberar que um determinado evento é passível de indenização, o que pode resultar em um potencial conflito de interesses, porque os Beneficiários podem ser membros do Conselho de Administração. Além disso, tais aprovações podem não estar alinhadas ao melhor interesse da Companhia. Caso seja aprovado o pagamento de alguma indenização em favor de um Beneficiário, a Companhia poderá sofrer impactos patrimoniais relevantes no caso de execução de seus termos.

Os Acordos de Indenidade firmados pela Companhia com certos Beneficiários (“Acordos de Indenidade”), representam compromisso de indenidade em caráter suplementar à apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (“Apólice D&O”) contratada pela Companhia. Os Acordos de Indenidade atualmente vigente não possuem limite de valor indenizável. Tais fatos podem afetar adversamente a Companhia. Para mais informações vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

##### e. seus fornecedores

**Os nossos resultados podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição dos produtos que revendemos.**

Os produtos comercializados pela Companhia são renovados periodicamente em razão da atualização de softwares, novos modelos e tendências ou desgaste, entre outros. Dessa forma, os resultados estão em grande medida atrelados às condições para aquisição dos produtos negociados junto aos fornecedores e pela larga escala de tais aquisições.

Alguns fatores macroeconômicos, ou ainda por razões particulares dos fornecedores, podem fazer com que esses aumentem seus preços para compensar custos, não sendo possível prever se a Companhia conseguirá repassar tais aumentos para seus clientes. Um aumento nos custos dos pode refletir negativamente os negócios e afetar a margem dos resultados operacionais da Companhia.

**Nosso modelo de atuação depende de contratos de parceria, fornecimento e distribuição com grandes marcas. Nossos fornecedores, varejistas para os quais**

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***distribuímos os produtos e marcas parceiras podem decidir deixar de contratar conosco.***

O mercado de eletrônicos é altamente concentrado em poucos fornecedores. Em 2023, cerca de 90% das vendas decorreram da comercialização de produtos provenientes das marcas Samsung, Apple, Motorola, Acer, Microsoft e LeNovo, os quais são os principais fornecedores da Companhia. Ademais, a Companhia não possui contratos de longo prazo com os varejistas para os quais revende os produtos, ou com fornecedores ou marcas com as quais mantém parceria. Desta forma, grandes marcas com as quais a Companhia mantém relações de fornecimento, distribuição e parceria, incluindo as mencionadas acima, podem a qualquer momento, decidir deixar de contratar com a Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o canal de vendas de distribuição da Companhia apresentou uma receita líquida de aproximadamente 4.564,2 milhões, enquanto a operação de varejo (digital e físico) apresentou uma receita líquida de 1.290,7 milhões. A operação de varejo, assim como a de distribuição, é suportada em contratos com os principais fornecedores de eletrônicos com presença no Brasil. Dessa forma, a interrupção da distribuição de produtos, o fim de parcerias e de contratos de fornecimento, incluindo o término da parceria com a Samsung para a operação de varejo, podem impactar negativamente os negócios, o resultado operacional e a situação financeira. E, caso algum desses fornecedores mude sua política de relacionamento, atrasse a entrega dos produtos ou deixe de fornecer suas mercadorias por qualquer motivo, a receita de vendas poderá ser adversamente afetada.

***Os negócios da Companhia dependem de um fornecimento estável e adequado de produtos, que podem estar sujeitos a escassez no fornecimento ou atrasos na entrega.***

Em razão da elevada concentração do mercado de eletrônicos, a perda dos fornecedores da Companhia, a interrupção ou a disruptão das cadeias produtivas e de logística podem ter um efeito adverso significativo nas atividades e nos resultados da Companhia. Ações regulatórias, como restrições à importação, novas crises sanitárias, conflitos internacionais e as sanções econômicas impostas em decorrência de tais conflitos podem atrapalhar ou interromper a cadeia de fornecimento da Companhia.

### f. seus clientes

***Falta ou atraso em responder ou prever de maneira eficiente mudanças na demanda e hábito de consumo podem resultar na perda de nossos clientes e, consequentemente, na queda de nossas vendas.***

O setor de varejo está sujeito a rápidas alterações nas preferências dos clientes. O negócio da Companhia depende de inovações nos produtos e adaptações aos anseios dos clientes em tempo adequado. O sucesso das vendas depende da habilidade de responder rapidamente às mudanças e tendências, às inovações tecnológicas, bem como às preferências dos clientes. A Companhia não pode garantir que estará sempre apta a oferecer aos clientes os produtos e serviços que procuram. Assim, pode não ser capaz de antecipar ou responder de forma adequada às mudanças de hábito dos clientes, de modo que as vendas poderão ser afetadas negativamente, afetando adversamente e de forma relevante a situação financeira.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, não podemos garantir que não haverá alteração do hábito dos nossos consumidores em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas, como o provocado em razão da pandemia do COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, não podemos garantir que seremos eficientes e ágeis na adaptação ao atendimento desses hábitos.

***As nossas vendas em lojas físicas dependem principalmente do fluxo de pessoas nos shoppings onde nossas lojas físicas estão localizadas. A queda no fluxo de pessoas nos shoppings poderá provocar uma redução do fluxo de pessoas em nossas lojas físicas, afetando adversamente e de forma relevante as nossas vendas.***

As vendas em lojas físicas dependem, principalmente, do fluxo de pessoas nas lojas físicas da Companhia. Considerando que todas as lojas da Companhia estão localizadas em shoppings centers, o fluxo de pessoas no canal físico depende, principalmente, do fluxo de pessoas nos shoppings. Assim, caso os shoppings não sejam capazes de prever gostos e preferências dos clientes e não façam campanhas de propaganda e marketing significativas que atraiam fluxo para esses empreendimentos em que as lojas estão localizadas, o fluxo de pessoas nesses estabelecimentos poderá cair, impactando de forma negativa o fluxo de pessoas em lojas da Companhia e, consequentemente, afetando as vendas do varejo físico da Companhia.

***Dependemos da disponibilidade de crédito para os nossos clientes. Qualquer mudança nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartão de crédito pode nos afetar, prejudicando o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.***

Grande parte das vendas se dá mediante plano de pagamento parcelado em prestações mensais com uso de cartões de crédito, o que ocasiona uma dependência da Companhia em relação aos emissores de cartões de crédito para continuar a oferecer esses planos de pagamentos. Mudanças nas políticas, limites de crédito e/ou valores cobrados pelos emissores de cartão de crédito, incluindo a variação positiva das taxas de juros cobradas aos clientes, poderá afetar adversamente as receitas, o resultado operacional e consequentemente a situação financeira da Companhia.

Além disso, a maioria das vendas realizadas pela Companhia foi paga por clientes mediante o uso de cartão de crédito. Para viabilizar pagamentos com cartão de crédito, a Companhia é obrigada a aderir às políticas dos emissores de cartão de crédito, inclusive às taxas por eles cobradas. Qualquer mudança nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartões de crédito, como a taxa de administração direcionada a comerciantes, pode impactar a Companhia, prejudicando seu resultado operacional e sua situação financeira.

##### **g. setores da economia nos quais a Companhia atue**

***O varejo é sensível à diminuição do poder de compra do cliente e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá nos afetar adversamente e de forma relevante.***

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos clientes, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e renda. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo vem sendo afetado negativamente e de forma relevante em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo. Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas poderão afetar o resultado operacional e a situação financeira de forma negativa e relevante.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo, visando controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas: (i) a alteração de requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos clientes de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos clientes a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

Além disso, o sucesso das atividades da Companhia depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as vendas, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

***A rentabilidade dos negócios da Companhia poderá ser prejudicada pelo agravamento das condições econômicas domésticas ou globais e pela percepção de riscos e incertezas relativas ao Brasil.***

A Companhia também poderá ser afetada pelo agravamento das condições econômicas nacionais e internacionais. Assim, fatores como, crescimento econômico, mercado de trabalho, desemprego, inflação, taxas de juros, liquidez dos mercados, preços de ativos, políticas econômicas, percepção de riscos, redução da renda das famílias, entre outros, têm potencial para afetar negativamente os resultados da Companhia.

Em adição às condições macroeconômicas globais, a percepção dos riscos e incertezas relativas ao Brasil podem também afetar adversamente os negócios da Companhia. Adicionalmente, uma contração da atividade econômica tende a afetar de forma adversa os resultados da Companhia. Uma piora do mercado de trabalho e uma deterioração das condições econômico-financeiras de empresas brasileiras, inclusive de outros setores, também podem afetar negativamente os negócios da Companhia, tendo em vista que, em um eventual cenário adverso, as empresas brasileiras poderão se ver obrigadas a realizar desligamentos, aumentando o número de desempregados e, consequentemente,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

diminuindo o poder de compra médio do consumidor e delas próprias, que também são consumidoras de produtos da Companhia.

Nesse sentido, a elevação da taxa de desemprego e uma queda no rendimento real das famílias, assim como uma queda real na receita das empresas, tendem a impactar as vendas dos produtos por nós ofertados, causando um efeito material adverso para a Companhia.

### **h. regulação dos setores em que a Companhia atue**

***Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.***

A Companhia realiza o tratamento de dados pessoais de seus clientes e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. Dessa forma, nos termos da Lei nº 13.709/2018 ("LGPD"), a Companhia está obrigada a garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais ou sensíveis, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, é necessário observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado pelas empresas no tratamento de dados pessoais (coleta, classificação, utilização, processamento, armazenamento, transferência, eliminação, entre outras operações realizadas com dados pessoais) e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente, e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

A Companhia e suas controladas poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de publicização de infração após apuração e confirmação da ocorrência, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, bem como multa diária, observado o limite total mencionado.

#### **4.1 Descrição dos fatores de risco**

Além disso, poderá eventualmente ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos (além de outras penalidades administrativas) causados por infração e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelas subsidiárias, no caso de descumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Dessa forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação da infração ao mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação, os resultados e, consequentemente, o valor das ações ordinárias da Companhia.

##### ***Podemos sofrer multas e restrições sob o Código de Defesa do Consumidor.***

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores na medida em que imputa uma presunção de vulnerabilidade aos consumidores e atribui aos fornecedores o ônus da prova nas demandas judiciais envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos dos consumidores, ou por organizações de proteção aos direitos dos consumidores.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a imagem da Companhia e de suas marcas, afetando, consequentemente as vendas e a reputação, o que poderá impactar de forma adversa e relevante o resultado operacional e a situação financeira.

##### ***Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e CDs.***

A atividade da Companhia está sujeita à obtenção de registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização dos CDs e lojas físicas, que devem ser periodicamente renovados. A não regularização dessa documentação, em tempo hábil, pode resultar em sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou a interdição de lojas e CDs. Além disso, a não obtenção ou a não renovação das referidas licenças de forma tempestiva em algumas das lojas poderá expor a Companhia a riscos adicionais em caso de acidente ou evento similar que possa afetar tal loja ou CD enquanto a licença estiver pendente. A estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada caso a Companhia não consiga abrir e operar novas lojas e CDs ou se tiver que suspender-las ou fechá-las em consequência da não obtenção ou não renovação da referida documentação, bem como no caso de um acidente afetar uma loja ou CD enquanto tais documentos estiverem pendentes de renovação. Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que poderá implicar em gastos adicionais de modo a adequar as atividades a essas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público poderá ter um efeito adverso nas atividades da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### i. países estrangeiros onde a Companhia atue

#### **A Companhia pode ser afetada em decorrência de suas operações no exterior.**

Por meio de sua controlada Allied Miami LLC, a Companhia distribui produtos eletrônicos para países da América Latina. A Companhia enfrenta diversos riscos e desafios inerentes à realização de negócios em outros países, inclusive àqueles relacionados às condições econômicas, políticas e sociais nos países nos quais atua ou venha a atuar. Dentre os fatores relacionados à atuação da Companhia em outros países podem ser destacados:

- concorrência de outros distribuidores;
- alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza cível, tributária e trabalhista ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua;
- desconhecimento sobre a legislação e regulamentação aplicável aos mercados em que venha a atuar ou sobre requisitos para obtenção de autorizações e licenças necessárias para realizar suas atividades;
- interferência dos governos locais nas políticas econômicas, especialmente em regimes fiscais e tributários incidentes sobre o setor de atuação da Companhia nesses países;
- deterioração de condições econômicas; e
- instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos países nos quais a Companhia atua ou que venha a atuar poderá afetar adversamente a estratégia de crescimento internacional da Companhia, bem como seus negócios, operações e resultados financeiros.

### j. questões sociais

#### **A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais**

A exposição a riscos sociais varia de acordo com as características específicas de cada companhia, do seu setor de atuação e de sua localização geográfica, de forma que cada empresa deverá considerar tais peculiaridade para definir os riscos sociais considerados materiais, segundo sua estratégia e modelo de negócios. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

Caso as providências adotadas pela Companhia para prevenir e administrar os riscos sociais não sejam suficientes para mitigá-los, ela consequentemente estará exposta a riscos legais, regulatórios, operacionais e reputacionais, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigoso, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho e impulsionar a inovação.

No mesmo sentido, se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais, o que, consequentemente, poderá vir a prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

### k. questões ambientais

#### ***Estamos sujeitos a leis e regulamentações ambientais.***

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente, que, entre outras obrigações, estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental, padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, além de exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis poderá ensejar sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros, impactando os negócios e a reputação da Companhia.

Caso essas leis e regulamentações se tornem mais rigorosas, poderá ser necessário um aumento significativo dos gastos para o seu cumprimento. Investimentos ambientais não previstos poderão, ainda, reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e poderão afetar a Companhia negativamente.

### I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

#### ***Os negócios da Companhia poderão ser afetados por eventos climáticos extremos.***

Em decorrência dos efeitos das mudanças do clima, há e é esperado, um aumento de eventos climáticos extremos que podem afetar significativamente as instalações físicas da Companhia, fazendo com que a Companhia precise incorrer em custos para restauração e/ou adaptação de suas instalações.

### m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e países da União Europeia, os conflitos existentes entre Estados Unidos e China e a Federação Russa e a Ucrânia, bem como a desaceleração econômica global podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.**

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes, bem como por tensões globais oriundas de pandemias, guerras e/ou recessões econômicas. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Adicionalmente, a globalização dos mercados de valores mobiliários aumentou a vulnerabilidade dos países a eventos adversos, tais quais oscilações econômicas e recessões.

Crises em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos dessa natureza poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar o seu acesso no futuro aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações em termos favoráveis.

Adicionalmente, a instabilidade política nos Estados Unidos, a guerra comercial entre Estados Unidos e China, a redução nas taxas de crescimento da China, crises na Europa e em outros países, bem como as consequências do Brexit, afetaram a economia global, causando inúmeros efeitos que direta ou indiretamente afetam adversamente o mercado de capitais e a economia brasileira. Tais fatos incluem oscilações no preço de valores mobiliários de companhias listadas, disponibilidade reduzida de crédito, deterioração da economia global, oscilações nas taxas de juros e inflação, entre outros efeitos, que podem afetar a percepção e interesse de investidores e direta ou indiretamente nos afetar adversamente.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, acarretou uma série de censuras econômicas contra a Federação Russa, provocando aumentos significativos de preços na pauta de exportações de produtos em que tanto a Federação Russa quanto a Ucrânia são provedores relevantes, como petróleo, gás, fertilizantes, entre outros, o que, somado as políticas expansionistas adotadas ao redor do mundo durante a pandemia da COVID-19, resultou numa pressão inflacionária global, trazendo desafios relevantes para as autoridades monetárias e dificultando a retomada econômica brasileira.

Como consequência dos fatores supramencionados, além dos efeitos resultantes da pandemia mundial da Covid-19, que afetou todo o mundo e se prolongarão ainda por

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

alguns anos, observa-se um impacto no crescimento global, sendo que qualquer novo acontecimento desfavorável, como inflação acima do esperado, aumentos abruptos nas taxas de juros na tentativa de conter a pressão inflacionária, o surgimento de novas pandemias, ou mesmo o aumento das tensões geopolíticas, poderia levar a economia global à recessão, o que pode afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento previsto, podem afetar negativamente o valor de mercado das ações da Companhia.

***A inflação e eventuais medidas adotadas pelo Governo Federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, podendo gerar um efeito adverso relevante a todo o mercado, inclusive acarretando eventuais consequências em relação à condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações da Companhia.***

A inflação, as medidas para combater à inflação e a especulação pública sobre atos para combatê-la também contribuíram, de forma importante, para a incerteza econômica no Brasil no passado e aumentaram a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. O Brasil, dependendo das circunstâncias econômicas futuras, poderá experimentar altos níveis de inflação, o que poderá desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira, gerando uma queda na demanda pelos produtos da Companhia. Além disso, uma inflação alta eleva a taxa de juros, e, consequentemente, os custos da Companhia poderão também aumentar, resultando em um lucro líquido menor. A inflação e seus efeitos sobre a taxa de juros interna podem, ainda, acarretar a redução da liquidez nos mercados internos de capitais e de crédito, o que poderá afetar negativamente o negócio, resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

A cada mudança de governo no Brasil, e a consequente alteração na composição de diversos cargos e políticas públicas, aumenta-se a incerteza política e a instabilidade no País. Qualquer dificuldade do novo Governo Federal em conseguir maioria no Congresso nacional poderá resultar em um impasse, agitação política e manifestações e/ou greves que podem afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelos novos governos, de mudanças relativas às políticas monetárias, fiscais e previdenciárias, bem como à legislação pertinente, também podem contribuir para a instabilidade econômica.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas os novos Presidentes irão adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso nos negócios da Companhia.

A incerteza econômica e quaisquer mudanças na política econômica podem ter um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Condições econômicas e políticas no Brasil, bem como a percepção dessas condições no mercado internacional, poderão afetar negativamente os resultados das operações da Companhia e sua condição financeira.***

A situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados pelas condições econômicas no Brasil. Futuras reduções nas suas taxas de crescimento podem afetar o consumo dos produtos da Companhia e, consequentemente, poderão afetar negativamente sua estratégia de negócio, seus resultados operacionais bem como sua própria condição financeira.

O governo brasileiro intervém na sua economia e, ocasionalmente, faz alterações nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo detidos indiretamente pela Companhia (por meio de aplicações em fundos de investimento em renda fixa de baixo risco).

Os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais que envolvam ou afetem fatores como:

- eleições políticas;
- políticas monetária e tributária;
- taxas de juros;
- taxas de inflação;
- liquidez nos mercados internos de capital, crédito e financeiro;
- controles de exportação e importação;
- taxas de câmbio, controle de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior;
- escassez de energia;
- instabilidade econômica e social; e
- outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando, conforme o caso, na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

***Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os nossos resultados.***

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Em 15 de dezembro de 2023, o Congresso Nacional aprovou, definitivamente, a Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019 (PEC 45/2019), como Emenda à Constituição nº 132/2023 (EC 132/2023), a qual promove uma ampla reforma na tributação sobre o consumo no Brasil. Dentre as modificações legislativas, está a extinção de tributos federais – IPI, PIS, COFINS, COFINS-Importação e PIS-Importação, de tributos estaduais -ICMS – e de tributos municipais – ISS -, e a criação de 2 (dois) novos tributos sobre valor agregado, que serão cobrados "por fora", ou seja, não serão incluídos em sua própria base de cálculo, sobre operações com bens materiais ou

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

imateriais, inclusive direitos, ou com serviços: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União Federal; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cujas alíquotas deverão ser fixadas por Resolução do Senado Federal. Em 25 de abril de 2024, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68/2024), para regulamentar a EC 132/2023. Conforme art. 14 do PLP 68/2024, as alíquotas deverão ser fixadas por lei específica.

Por outro lado, tramita ainda no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.337/2021, intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata de alterações na tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pela Câmara dos Deputados, como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiros, dentre outros. Além disso, "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira propõe a positivação da tributação, no Brasil, de ganhos de capital auferidos indiretamente (i.e., alienação de investimentos no exterior que invistam em ativos brasileiros). Caso sejam implementadas tais medidas e nos termos atualmente propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção, permitindo ao beneficiário, a apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia e, no caso dos juros sobre capital próprio, a sua dedutibilidade será vedada, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados, tendo um efeito adverso. Embora essa legislação não tenha sido promulgada e não seja possível determinar as mudanças exatas que serão implementadas neste momento, ou de forma alguma, qualquer mudança pode ter um efeito adverso nos resultados e operações da Companhia.

### ***Instabilidade nas taxas de câmbio pode afetar adversamente a companhia.***

A moeda brasileira tem sido objeto de frequente desvalorização nas últimas décadas. Durante esse período, o governo brasileiro implementou uma série de planos econômicos e políticas de controle cambial, incluindo desvalorizações repentinhas, mini-desvalorizações periódicas, mercado de taxas de câmbio duplas e um sistema de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adotou a taxa de câmbio flutuante do real com intervenções do Banco Central na compra e venda de moedas estrangeiras. A Companhia não pode assegurar que medidas semelhantes não serão adotadas pelo governo brasileiro no futuro, ou que a Companhia não será adversamente afetada pela depreciação ou apreciação do real contra o dólar americano ou outras moedas estrangeiras.

A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão adotadas pelo governo brasileiro no futuro.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo nos seus resultados operacionais e na sua condição financeira. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e podemos ser adversamente afetados por essas políticas.

***Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios e os resultados das operações da Companhia, bem como poderá afetar também o preço de negociação de suas ações.***

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

O resultado de investigações passadas e a instauração de novas investigações (que podem inclusive envolver a colaboração de indivíduos ou sociedades envolvidos nas condutas investigadas fatos, por meio da celebração de acordos de colaboração premiada e/ou leniência) é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro, tampouco pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Quaisquer dos fatores acima pode criar uma instabilidade política que pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, afetar adversamente o nosso negócio e o preço das nossas ações ordinárias.

***O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente os nossos canais de venda. A extensão desses surtos, respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal surto impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.***

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, pelo vírus ebola, a gripe provocada pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, a gripe provocada pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

As restrições públicas impostas pelos governos federal, estaduais e municipais e a alteração do comportamento das pessoas em função da COVID-19 já afetaram diretamente os nossos negócios. Três anos após os decretos oficiais de quarentena no Brasil, a economia e o mercado de capitais nacional continua a refletir o impacto negativo causado pelas medidas adotadas pelos governos, sendo que a maioria das ações no Ibovespa ainda acumula perdas significativas. O mercado de capitais tem reagido de forma sensível a quaisquer mudanças que afetem essas questões, de modo que esses fatores podem diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, o que pode afetar adversamente a cotação dos ativos, incluindo as nossas ações.

Portanto, qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que os funcionários se dirijam às instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos negócios.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando nossos negócios. Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19 caso haja novos surtos regionais e/ou globais, ou mesmo caso novas ondas da COVID-19 se confirmem em larga escala.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os 5 (cinco) principais fatores de risco da Companhia, conforme descritos no item 4.1 acima, apresentados abaixo em ordem decrescente (*i.e.* do maior ao menor), são:

1. *Os nossos resultados podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição dos produtos que revendemos.*
2. *O varejo é sensível à diminuição do poder de compra do cliente e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá nos afetar adversamente e de forma relevante.*
3. *Nosso modelo de atuação depende de contratos de parceria, fornecimento e distribuição com grandes marcas. Nossos fornecedores, varejistas para os quais distribuímos os produtos e marcas parceiras podem decidir deixar de contratar conosco.*
4. *Os negócios da Companhia dependem de um fornecimento estável e adequado de produtos, que podem estar sujeitos a escassez no fornecimento ou atrasos na entrega.*
5. *A rentabilidade dos negócios da Companhia poderá ser prejudicada pelo agravamento das condições econômicas domésticas ou globais e pela percepção de riscos e incertezas relativas ao Brasil.*

Para informações e detalhamento dos principais fatores de risco apontados neste item 4.2, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### **Principais riscos de mercado, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

Além dos riscos indicados na seção 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das suas atividades e dos seus negócios, quais sejam Risco de taxa de juros e Risco de taxas de câmbio.

#### Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

#### Risco de taxas de câmbio

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado. A Companhia está exposta ao risco da variação cambial em moeda estrangeira (maioria Dólar "USD") frente ao Real (BRL). Essa exposição está relacionada a importação direta de produtos junto aos seus fornecedores estrangeiros, cuja o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 é imaterial. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação (BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as datas de apresentação dos balanços patrimoniais são reconhecidos como receitas ou despesas.

As demonstrações contábeis das controladas Kaaru e Allied Miami, incluída na consolidação da Companhia, utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial na controladora, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade, que é o Dólar Americano, e convertidas para a moeda de apresentação BRL da seguinte forma:

- Ativos e passivos: Convertidos pela taxa vigente na data de apresentação
- Patrimônio Líquido: Convertidos pela data da transação
- Resultado: Convertidos pela data da transação ou pela taxa média do período.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio dessas conversões são apresentados na rubrica ajuste de avaliação patrimonial, nas demonstrações dos resultados abrangentes.

#### Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários possível e remoto).

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foram obtidas as projeções do CDI para avaliação dos impactos monetários no cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% para a exposição aos ativos e passivos financeiros

#### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

indexados à variação cambial do dólar norte-americano e do CDI, conforme a seguir:

Operação	Indexador	Risco	Controladora			
			Saldo em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	100% do CDI	Queda do CDI	451.788	492.449	482.283	472.118
<b>Total</b>				<b>492.449</b>	<b>482.283</b>	<b>472.118</b>
<b>Ganho</b>				<b>40.661</b>	<b>30.496</b>	<b>20.330</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	100% do CDI	Aumento do CDI	463.535	505.253	515.683	526.112
Fornecedores estrangeiros	USD	Apreciação do USD	3.898	3.501	4.376	5.251
<b>Total</b>			<b>467.433</b>	<b>508.754</b>	<b>520.059</b>	<b>531.363</b>
<b>(Perda)</b>				<b>(41.321)</b>	<b>(52.626)</b>	<b>(63.931)</b>
Operação	Indexador	Risco	Consolidado			
			Saldo em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	100% do CDI	Queda do CDI	467.699	509.792	499.269	488.745
<b>Total</b>				<b>509.792</b>	<b>499.269</b>	<b>488.745</b>
<b>Ganho</b>				<b>42.093</b>	<b>31.570</b>	<b>21.046</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	100% do CDI	Aumento do CDI	543.713	592.647	604.881	617.115
Empréstimo no exterior	USD	Apreciação do USD	-	-	-	-
Fornecedores estrangeiros	USD	Apreciação do USD	3.898	3.501	4.376	5.251
<b>Total</b>			<b>547.611</b>	<b>596.148</b>	<b>609.257</b>	<b>622.366</b>
<b>(Perda)</b>				<b>(48.537)</b>	<b>(61.646)</b>	<b>(74.755)</b>

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no site do Banco Central do Brasil - BCB, no boletim Focus, no fechamento de 19 de janeiro de 2024.

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

**Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas**

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) envolvam uma chance de perda em valor superior a R\$ 5 milhões e/ou que possam vir a impactar de forma significativa e negativamente o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes nos quais a Companhia figurou como parte em 31 de dezembro de 2023.

### (i) Trabalhista

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista dentro dos critérios indicados acima.

### (ii) Tributários

<b>Execução Fiscal nº 8009530-73.2020.8.05.0001</b>	
<b>a. Juízo</b>	Tribunal de Justiça da Bahia
<b>b. Instância</b>	1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	28/01/2020
<b>d. Partes no processo</b>	Exequente: Estado da Bahia Executado: Allied Tecnologia S.A.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 17.614.658,41 (Valor de causa) R\$ 19.844.967,33 (Valor Atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado da Bahia para exigência de débitos de supostos débitos de ICMS, consubstanciados na Certidão de Dívida Ativa nº 03169-13-1700-20 e vinculados ao Processo Administrativo nº 269616.0011/17-9, relativos a falta de recolhimento de ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes às vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia. Em 08/05/2020 foi protocolada petição apresentada a Apólice de Seguro nº 015712020000107757000092 como garantia aos débitos executados e solicitando afastamento de qualquer ato de constrição, notadamente o cancelamento de eventual ordem de penhora ou recolhimento de mandado já expedido. O Estado da Bahia informou que foi feita a suspensão da exigibilidade do crédito.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não houve decisão de mérito até a data deste Formulário de Referência
<b>h. Estágio do processo</b>	Fase de conhecimento – aguardando decisão
<b>i. Chance de perda</b>	Possível

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Execução Fiscal nº 8009530-73.2020.8.05.0001</b>	
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher o valor da franquia do seguro

<b>Processo Administrativo nº 13839.900.418/2021-41</b>	
<b>a. Juízo</b>	Delegacia da Receita Federal do Brasil
<b>b. Instância</b>	1ª instância administrativa
<b>c. Data de instauração</b>	03/03/2021
<b>d. Partes no processo</b>	Autuante: União Autuado: Allied Tecnologia S.A.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 7.556.694,86 (Valor de causa) R\$ 9.942.783,29 (Valor Atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	<p>Trata-se de Declarações de Compensação, transmitidas via PER/DCOMP no ano-calendário de 2018, de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ (Período de Apuração do Crédito – Exercício 2017 – 01/04/2016 a 31/12/2016), formado em razão de montantes a título de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), com vistas à extinção de débitos, que não foram homologadas.</p> <p>A Companhia apresentou em 05/04/2021 a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que negou a homologação das PER/DCOMPs.</p> <p>Em 03/05/2021, a Manifestação foi considerada tempestiva e encaminhada para julgamento. Exigibilidade do crédito tributário suspensa.</p>
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não houve decisão de mérito até a data deste Formulário de Referência.
<b>h. Estágio do processo</b>	Fase de conhecimento - aguardando decisão
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia enquanto não for efetuado o pagamento.

<b>Processo Administrativo nº 15746.720918/2021-65</b>	
<b>a. Juízo</b>	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Bauru
<b>b. Instância</b>	2ª instância administrativa
<b>c. Data de instauração</b>	31/05/2021
<b>d. Partes no processo</b>	Autuante: União Autuado: Allied Tecnologia S.A.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 17.351.406,11 (Valor de causa) R\$ 22.682.293,50 (Valor Atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de procedimento fiscal em que foram lavrados Autos de Infração ref. ao IRPJ e à CSLL, ref. ao ano de 2016. Os autos de infração foram lavrados sob o fundamento de que a Impugnante teria deduzido indevidamente da sua receita bruta, o montante de R\$ 28.688.739,47 a título de descontos comerciais (também identificados nos documentos

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo Administrativo nº 15746.720918/2021-65</b>	
	como "verbas repassadas a clientes") concedidos a seus clientes. Segundo o Sr. Auditor Fiscal, isso teria ocasionado uma redução indevida da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ensejando pagamento a menor do IRPJ e da CSLL. Foram, ainda, lançados valores a título de multa isolada de 50% sobre estimativas mensais de IRPJ/CSLL.  A Companhia apresentou impugnação em 30/06/2021. Exigibilidade do crédito tributário suspensa, aguardando julgamento.  Em 07.01.2022, o Recurso foi distribuído para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF).
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Na sessão de 18/11/2021, foi proferido o Acórdão que julgou improcedente a impugnação e manteve o crédito tributário. Em 02.01.2022, foi protocolado o Recurso Voluntário em face do referido Acórdão
<b>h. Estágio do processo</b>	Fase recursal – aguardando decisão do CARF
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

<b>Processo Administrativo nº 9.004.875-0</b>	
<b>a. Juízo</b>	Secretaria da Fazenda Estadual do Espírito Santo
<b>b. Instância</b>	1ª instância administrativa
<b>c. Data de instauração</b>	01/07/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Autuante: Secretaria da Fazenda Estadual do Espírito Santo Autuado: Allied Tecnologia S.A.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 7.249.168,58 (Valor de causa) R\$ 8.745.794,51 (Valor Atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	A Companhia recebeu auto de infração alegando o recolhimento, no período de 2018 a 2021, do imposto de venda ao consumidor de alguns itens eletrônicos com alíquota a menor. A Companhia alega em sua defesa que a alíquota recolhida respeita a previsão legal à época do recolhimento.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 04/09/2023 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a acusação fiscal e parcialmente subsistente o auto de infração. Em 02/10/2023 a empresa interpôs Recurso Voluntário, pleiteando a reforma da decisão. Em 10/10/2023 o Recurso foi recebido pelo CERF.
<b>h. Estágio do processo</b>	Fase recursal – aguardando decisão do CARF
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia enquanto não for efetuado o pagamento.

<b>Mandado de Segurança nº 1011355-93.2021.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	8ª Vara de Fazenda Pública

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Mandado de Segurança nº 1011355-93.2021.8.26.0053</b>	
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	25/02/2021

<b>Mandado de Segurança nº 1008141-26.2023.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	5ª Vara de Fazenda Pública
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	15/02/2023
<b>d. Partes no processo</b>	Impetrante: Allied Tecnologia S/A Impetrado: Coordenador da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 50.000,00 (valor da causa) R\$ 15.112.616,64 (Valor atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	Mandado de Segurança preventivo com pedido liminar com base na tese de que o DIFAL e FECP não podem ser exigidos em do portal do DIFAL não estar em pleno funcionamento
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 10/05/2023, foi proferida sentença denegando a segurança. Em 15/05/2023, a Companhia opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em decisão interlocutória proferida em 26/05/2023. Em 15/06/2023, a Companhia interpôs apelação contra a sentença proferida.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguardando remessa dos autos para 2ª instância
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Relevante por conta do valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Reversão dos valores de depósitos judiciais realizados a favor do Estado.

<b>Mandado de Segurança nº 1019258-48.2022.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	1ª Câmara de Direito Público
<b>b. Instância</b>	2ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	08/04/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Impetrante: Allied Tecnologia S/A Impetrado: Coordenador da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 50.000,00 (valor da causa) R\$ 14.200.735,67 (Valor atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	Mandado de Segurança preventivo com pedido liminar com base na tese de que o DIFAL e FECP não podem ser exigidos em virtude anterioridade de exercício.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 26/05/2022, foi proferida sentença denegando a segurança. Em 03/08/2023, foi negado provimento à apelação interposta pela Companhia. Em 01/09/2022, os embargos de declaração opostos pela Companhia foram rejeitados.
<b>h. Estágio do processo</b>	Fase Recursal
<b>i. Chance de perda</b>	Remota
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Relevante por conta do valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Reversão dos valores de depósitos judiciais realizados a favor do Estado.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Mandado de Segurança nº 5066332-80.2022.8.13.0024</b>	
<b>a. Juízo</b>	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - 5ª CÂMARA CÍVEL
<b>b. Instância</b>	2ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	11/04/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Impetrante: Allied Tecnologia SA Impetrado: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, Delegado Auditor Fiscal da Receita Estadual do Estado de Minas Gerais e SUPERINTENDENTE DE ARRECADAÇÃO E INFORMAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 50.000 (valor da causa) R\$ 10.704.426,09 (Valor atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	Mandado de Segurança preventivo com pedido liminar com base na tese de que o DIFAL e FECP não podem ser exigidos em virtude anterioridade de exercício.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 23/03/2023, foi proferida sentença denegando a segurança.
<b>h. Estágio do processo</b>	Em fase recursal – Aguardando decisão de 2º grau
<b>i. Chance de perda</b>	Remota
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Relevante por conta do valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Reversão dos valores de depósitos judiciais realizados a favor do Estado.

<b>Mandado de Segurança nº 0088711-07.2022.8.19.0001</b>	
<b>a. Juízo</b>	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
<b>b. Instância</b>	2ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	08/04/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Impetrante: Allied Tecnologia SA Impetrado: SUBSECRETÁRIO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e outro(s)
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 50.000 (valor da causa) R\$ 8.234.641,22 (Valor atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	Mandado de Segurança preventivo com pedido liminar com base na tese de que o DIFAL e FECP não podem ser exigidos em virtude anterioridade de exercício.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 12/09/2022, foi proferida sentença denegando a segurança. Em 09/08/2023, foi negado provimento ao recurso de apelação interposto pela Companhia. Em 20/09/2023, os embargos de declaração opostos pela Companhia foram rejeitados.
<b>h. Estágio do processo</b>	Em fase recursal
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Relevante por conta do valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Reversão dos valores de depósitos judiciais realizados a favor do Estado.

<b>Mandado de Segurança nº 0001090-04.2022.8.16.0179</b>	
<b>a. Juízo</b>	Secretaria Unificada das Varas da Fazenda Pública - 5ª Vara
<b>b. Instância</b>	1ª Instância

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Mandado de Segurança nº 0001090-04.2022.8.16.0179</b>	
<b>c. Data de instauração</b>	11/04/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Impetrante: ALLIED TECNOLOGIA S.A Impetrado: DIRETOR DA COORDENAÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO DO PARANÁ
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 50.000 (valor da causa) R\$ 5.012.050,22 (Valor atualizado em 31/12/2023)
<b>f. Principais fatos</b>	Mandado de Segurança preventivo com pedido liminar com base na tese de que o DIFAL e FECP não podem ser exigidos em virtude anterioridade de exercício.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não houve decisão de mérito até a data deste Formulário de Referência
<b>h. Estágio do processo</b>	Fase de conhecimento – Aguardando sentença
<b>i. Chance de perda</b>	Remota
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Relevante por conta do valor envolvido
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Reversão dos valores de depósitos judiciais realizados a favor do Estado.

### (iii) Cíveis

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía processos judiciais e administrativos de natureza cível dentro dos critérios indicados acima.

### (iv) Ambientais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía processos judiciais e administrativos de natureza ambiental.

### (v) Outros

Todos os processos que possam ser considerados individualmente relevantes em que a Companhia e/ou suas subsidiárias figuravam como parte em 31 de dezembro de 2023 foram descritos nos subitens acima. Para informações sobre os processos, dos quais a Companhia e/ou suas subsidiárias eram parte em tal data, e que possam ser considerados relevantes em conjunto, vide item 4.7 abaixo.

#### **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

A Administração da Companhia, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CVM nº 72/2022, mantém o registro de provisão para cobrir riscos apenas quando considerados "Prováveis", sendo esta, no seu entender, a melhor estimativa para desembolso de caixa futuro. Assim, não há valor provisionado, pois não há processos descritos no item 4.4 cuja chance de perda seja classificada como "Provável".

#### 4.6 Processos sigilosos relevantes

**Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, informar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

#### 4.7 Outras contingências relevantes

Em 22 de outubro de 2020, a Polícia Federal executou mandado de busca e apreensão na sede da Companhia em São Paulo/SP com base em decisão judicial da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP, no âmbito da chamada “Operação Triuno” (Autos n.º 5005039-51.2020.4.03.6181), desdobramento da “Operação Descarte”. A busca teve como objetivo obter documentos sobre contratos e pagamentos relacionados a dois prestadores de serviços contratados pela Companhia entre 2011 e 2015, Claro Advogados Associados (“Claro Advogados”) e LPB Empresarial Participações Ltda. (“LPB”). A decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP atendeu a representação da Polícia Federal e manifestação do Ministério Público Federal (“MPF”) e se baseou, especialmente, em certas Representações Fiscais para Fins Penais da RFB, em declarações prestadas por representantes do Claro Advogados e da LPB em acordos de colaboração premiada contendo alegações relacionadas à Companhia, e em documentos apreendidos em fases anteriores da Operação Descarte.

De acordo com a decisão judicial, a ordem de busca e apreensão contra a Companhia se baseou na existência de indícios da prática dos delitos de: (i) lavagem de dinheiro, referente à alegação de que o Claro Advogados e a LPB teriam efetuado a devolução à Companhia, em espécie, de valores pagos no âmbito de sua relação contratual; (ii) corrupção, referente à alegação de que parte desses valores teria sido repassada a um agente público da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; e (iii) falsidade ideológica, referente à alegação de que certos documentos entregues pela Companhia à RFB – em resposta a intimação de 7 de agosto de 2018, que visava esclarecer os pagamentos feitos a tais prestadores de serviços – seriam ideologicamente falsos. A decisão judicial também autorizou a realização de busca e apreensão em residências de ex-administradores da Companhia, que atualmente não ocupam cargos na Companhia. Um dos ex-administradores é acionista da Companhia.

A decisão judicial mencionada relaciona-se a intimações da RFB recebidas pela Companhia em 3 de julho de 2018 e 7 de agosto de 2018 para esclarecer os pagamentos realizados ao Claro Advogados e à LPB entre 2013 e 2015, no valor total de R\$ 3.352.378,24. De acordo com informações identificadas pela Companhia à época, os pagamentos estariam relacionados à prestação de serviços de consultoria tributária referente à recuperação de créditos de ICMS perante o Estado de São Paulo e à inscrição em regime especial no Estado de São Paulo de ICMS, relativo à compra e venda de produtos eletrônicos pela Companhia. Além do montante questionado pela RFB, a Companhia identificou que realizou pagamentos adicionais ao Claro Advogados e à LPB, entre 2011 e 2012, no valor de R\$ 2.616.502,70, por serviços similares, que não foram objeto de questionamento pela RFB em razão do recurso do prazo prescricional aplicável.

Como resultado das referidas solicitações de esclarecimentos e das nossas respostas à RFB, a Companhia recebeu duas autuações fiscais em 21 de dezembro de 2018 e 29 de outubro de 2019, que já tratavam em parte das alegações que embasaram a busca e apreensão mencionada acima. Tais autuações fiscais tiveram como demais sujeitos passivos um acionista ex-administrador da Companhia, um acionista administrador da Companhia e outro ex-administrador da Companhia (sendo que um deles foi indicado como sujeito passivo apenas na autuação fiscal de 2018). Na oportunidade, a RFB entendeu que a Companhia não comprovou que os pagamentos feitos ao Claro Advogados e à LPB estavam relacionados aos serviços indicados e, sob a justificativa de que tais pagamentos não teriam causa, exigiu da Companhia o recolhimento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e glosou a dedução de ditos valores da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Após analisar o tema com seus assessores, a Companhia procedeu ao pagamento do valor total estipulado por meio desses autos de infração, os quais incluíam impostos vencidos,

#### 4.7 Outras contingências relevantes

juros e multas, no total de R\$ 6.517.345,74, relativo ao período de 2013 a 2015 (já considerando o desconto aplicável em razão do pagamento sem contestação).

Além disso, em meados de 2019, a Companhia contratou escritório de advocacia brasileiro especializado e uma empresa de tecnologia forense para conduzir uma investigação interna sobre o relacionamento da Companhia com o Claro Advogados e a LPB, a fim de determinar as circunstâncias e a veracidade dos fatos alegados nas autuações fiscais e nas representações fiscais para fins penais. Referida investigação interna foi concluída e, dentro de seu escopo, não foram identificadas informações adicionais sobre a atuação do Claro Advogados e da LPB relacionadas às alegações incluídas nas autuações fiscais.

Durante a investigação interna, de forma proativa, a Companhia contatou, por meio de seus assessores legais, o MPF e, desde então, se colocou à disposição de referido órgão para prestar informações e colaborar na elucidação dos assuntos descritos acima. Nos termos do Fato Relevante divulgado em 03 de maio de 2022, a Companhia assinou na mesma data acordo de leniência com o MPF e acordo de não persecução civil com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP") (em conjunto, os "Acordos"), que têm relação com os fatos investigados na "Operação Triuno". Os Acordos foram objeto de homologações pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e pelo Conselho Superior do MPSP, e resultaram no desembolso, pela Companhia, de um valor global líquido de aproximadamente R\$ 23,8 milhões, já pagos à União Federal e à Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Do valor de R\$ 23,8 milhões mencionado, resta pendente de levantamento pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo o montante de R\$ 8,7 milhões, o qual foi depositado judicialmente em seu favor, e contabilizado nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme Nota Explicativa nº 16, item "b". Os Acordos preveem também a obrigação de aprimoramento contínuo do programa de integridade da Companhia, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados de suas homologações, com o envio de relatórios anuais ao MPSP a respeito das medidas adotadas. Em 03 de fevereiro de 2024, a decisão que homologou referido acordo de leniência transitou em julgado.

Ademais, em 05 de julho de 2021, a RFB iniciou novo procedimento de fiscalização em face da Companhia e de ex-administrador que é atual acionista questionando a natureza de pagamentos realizados pela Companhia a outros dois prestadores de serviços no ano de 2016, no valor total de R\$ 1.147.590,00. Em 15 de outubro de 2021, após as respostas da Companhia, a RFB lavrou autuação fiscal contra a Companhia pelos pagamentos realizados pela Companhia aos dois prestadores de serviços em 2016, alegando que não houve prestação de serviços e que os pagamentos foram convertidos em espécie para devolução a ex-administradores da Companhia. Em 13 de agosto de 2021, a Companhia iniciou procedimentos adicionais de investigação interna com o objetivo de apurar se os fatos descritos na fiscalização iniciada em 05 de julho de 2021 configuraram atividades ilegais ou impróprias. Referida investigação interna foi concluída e, dentro de seu escopo, não foram identificadas informações adicionais sobre a atuação dos prestadores de serviços. Nesse contexto, a Companhia contatou, por meio de seus assessores legais, o MPF para informar a respeito do novo procedimento de fiscalização. Após analisar o tema com seus assessores, em 08 de novembro de 2021, a Companhia procedeu ao pagamento do valor total estipulado por meio dos novos autos de infração, os quais incluíam impostos vencidos, juros e multas, no total de R\$ 2.079.388,54, relativo ao período de 2016 (já considerando o desconto aplicável em razão do pagamento sem contestação).

Neste momento, não é possível prever futuros desdobramentos ou consequências decorrentes de investigações relacionadas conduzidas pelas autoridades públicas. Além disso, investigações internas são naturalmente sujeitas a limitações, em especial a ausência de poderes para acessar documentos de terceiros. Dessa forma, não podemos

#### 4.7 Outras contingências relevantes

descartar o risco de que outros fatos não tenham sido identificados em nossas investigações internas.

De acordo com o contrato de compra e venda de ações da Companhia, datado de 15 de dezembro de 2014 ("[Contrato de Compra e Venda de Ações](#)"), os acionistas controladores da época são obrigados a indenizar a Companhia por quaisquer descumprimentos ou imprecisões nas declarações relacionadas a leis referentes a matérias anticorrupção, dentre outras, que tenham ocorrido antes de 26 de fevereiro de 2015, data de fechamento do investimento feito por entidade indiretamente gerida pela Advent International ("[Data de Fechamento](#)"). Dessa forma, fomos integralmente indenizados por nossos antigos acionistas controladores pelos pagamentos feitos à RFB em resposta às autuações fiscais referentes aos prestadores de serviços Claro Advogados e LPB, e, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações, a Companhia tem direito de reivindicar indenização por eventuais perdas decorrentes de práticas que se comprovem irregulares relacionadas a leis referentes a matérias anticorrupção e sejam anteriores à Data de Fechamento, incluindo pelos desembolsos decorrentes dos Acordos. Tais reivindicações de indenização por práticas anteriores à Data de Fechamento relacionadas a leis anticorrupção não estão sujeitas contratualmente a nenhum limite financeiro ou temporal.

Ainda, em complemento ao disposto no item 4.4 deste Formulário de Referência, em relação a ações consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes, a Companhia configura como parte em diversas ações de natureza tributária (Mandados de Segurança), em todas as unidades da União Federal, referente ao requerimento, em juízo, do reconhecimento do direito de não pagamento do ICMS DIFAL em operações interestaduais destinadas a consumidor final em razão da ausência de Lei Complementar regulamentando a matéria. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado das ações correspondentes aos períodos de 2021, 2022 e 2023 era de R\$ 66.371 mil, R\$ 77.558 mil e R\$ 20.927 mil respectivamente.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**a. se o Emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o Emissor não adotou uma política**

A Companhia adota uma Política de Gerenciamentos de Riscos, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de julho de 2020.

Ela tem como fundamentos as recomendações de normas de gerenciamento de risco empresarial reconhecidas no mercado, especialmente a ISO 31000:2009, e o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Política de Gerenciamento de Riscos, que se aplica a todos os processos e operações de Negócio da Companhia e deve ser observada por todos os seus colaboradores, prevê que as atividades de controle e de gerenciamento dos riscos devem ser desempenhadas em todos os níveis da Companhia e em vários estágios dentro dos processos corporativos.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

Conforme a Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia está comprometida com o contínuo desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas de gerenciamento de riscos em todo o negócio, a fim de monitorar o progresso, permitindo que todos os envolvidos desempenhem suas funções no processo.

Em linha com esse processo, essa Política tem como objetivo (i) formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades para fins de identificação, controle e mitigação dos riscos e dos possíveis cenários aos quais a Companhia está exposta, e (ii) garantir o gerenciamento eficaz, com a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de todos os riscos envolvidos em todos os seus negócios, que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O gerenciamento de riscos é projetado para fornecer uma estrutura formal para a Companhia, composto pelas seguintes etapas:

- A. Identificação dos riscos: identificação, de forma proativa, dos fatores (causas) de riscos e cenários de riscos potenciais e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- B. Avaliação: cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos; e
- C. Planos de Ação: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

**i. os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia monitora os riscos aos quais está exposta e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos em seu plano estratégico. Os riscos tratados na Política de Gerenciamento de Riscos, para os quais se busca proteção, são classificados da seguinte forma:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Riscos Estratégicos:** São aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, reputação e imagem, disponibilidade de recursos e alterações nas regras aplicáveis ao mercado.
- **Riscos Operacionais:** São aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e de pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio (como marketing, vendas, comercial), quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio (como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, gestão de capital humano, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e tecnologia da informação).
- **Riscos Financeiros:**
  - **Riscos de Mercado:** É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços, possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros;
  - **Risco de Crédito:** A possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e
  - **Risco de Liquidez:** Possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.
- **Riscos Legais e de Conformidade:** São os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, normas e regulamentos, bem como de suas próprias políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos no âmbito de processos trabalhistas e de questões tributárias, de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção, entre outros.

Considerando a subdivisão dos riscos, conforme previsto na Política de Riscos e exposto acima, dentro dos Riscos Financeiros encontram-se os riscos de mercado, que são aqueles que podem acarretar alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio, taxas de juros e preços, que possam afetar os ganhos da companhia ou o valor dos instrumentos financeiros. A Companhia trabalha para monitorar, prevenir e mitigar estes riscos e entende que a principal exposição a cada um deles é:

- **Taxas de câmbio:** refere-se à instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.
- **Taxas de juros e preços:** podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

A Tesouraria e a Diretoria Financeira da Companhia são responsáveis pelo monitoramento da exposição aos riscos de mercado e financeiros e trabalham proativamente para prevenir, mitigar e tratar eventuais riscos dessa natureza aos quais a companhia esteja exposta.

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto pelas seguintes etapas: (i) estabelecimento do contexto e identificação do risco; (ii) análise do risco; (iii) definição e implantação das ações de resposta; (iv) monitoramento e comunicação.

Com relação à primeira etapa, o contexto de risco significa o ambiente e o escopo no qual o risco deve ser gerenciado. A identificação do risco pode ocorrer dentro das seguintes abordagens:

- **Auditorias de processos:** Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, matrizes de riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças/fraquezas;
- **Ciclos de entrevistas:** Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- **Questionários de risco:** A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta;
- **Observação:** Os cenários de risco são observados e catalogados.

Esta primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento do mapa de riscos, que é avaliado anualmente pela área de gestão de riscos, com base no mapa do ano anterior. O mapa pode ser atualizado devido: (a) novos cenários, interno, político, econômico, entre outros; (b) projetos estratégicos da Companhia; (c) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; e (d) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

A partir disso, é realizada a segunda etapa, que é a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: **impacto/consequência** do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais, etc; bem como a **probabilidade/vulnerabilidade** de ocorrência de risco com base em quanto robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco.

A partir de 2020 a Companhia implementou sua política de Gestão de riscos, passando a realizar o processo de gerenciamento de riscos a partir desta diretriz. Também foi instituída uma área de Gestão de Riscos que, com a supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, definiu a priorização dos processos a serem mapeados. O Cronograma de mapeamento de riscos é anualmente discutido e aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração. Após a análise, os riscos e controles são discutidos com as áreas envolvidas e a partir desse ponto, definidas e implementadas ações de respostas. A área de Gestão de Riscos e o Comitê de Auditoria Estatutário monitoram as ações de respostas das áreas.

A terceira etapa ocorre quando a Companhia toma a decisão sobre como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) **terminar**, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) **reduzir**, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) **aceitar**, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar monitorando; ou (iv) **passar adiante**, ou seja, segurar ou transferir.

Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A partir dos riscos identificados e respectivas recomendações informadas pelas áreas de Gestão de Riscos e de Auditoria Interna, as áreas de negócio da Companhia devem

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades e prazos são acompanhados pela Área de Gestão de Riscos, e reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria.

A Área de Gestão de Riscos realiza, regularmente, o monitoramento dos riscos para reavaliar o nível de gerenciamento aplicado a cada cenário de risco e acordar outras ações de resposta. Os cenários de risco são revisados, no mínimo, anualmente, e relatados para:

- Verificar se o perfil de risco foi alterado;
- Identificar quando é necessário tratamento adicional; e
- Obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.

A fim de garantir uma cultura de transparência, responsabilização e conscientização de riscos, a última etapa consiste na comunicação por parte da Área de Gestão de Riscos, que deve repassar informações apropriadas às partes interessadas de maneira oportuna e proativa.

Os relatórios e comunicações de riscos buscam garantir que:

- As partes interessadas conheçam a natureza e o status dos principais riscos, para que possam operar com uma maior consciência dos riscos e seus possíveis impactos à Companhia;
- Haja uma cultura de transparência de risco; e
- Haja uma cultura de responsabilização e conscientização de riscos.

Em relação aos riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio em movimentações estrangeiras efetuadas pela Companhia, é utilizado um instrumento derivativo chamado "*non deliverable forward*" (contrato a termo de moeda sem entrega física). Já para o risco de taxa de juros, as dívidas da Companhia são realizadas com taxa de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI que é um indexador de baixo risco. Além disso, para controlar os riscos da oscilação do CDI, as sobras de caixa da Companhia são aplicadas em instrumentos atrelados à variação do CDI, fazendo, portanto, uma mitigação através de hedge natural.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

#### Riscos gerais

A estrutura organizacional para fins de gerenciamento de risco considera as estruturas estatutárias, representadas pelo Conselho de Administração, Diretoria e Comitê de Auditoria, e as estruturas não estatutárias, que são as áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance, Auditoria Interna e Áreas de Negócio, conforme abaixo:

- **Conselho de Administração:** responsável pela governança do processo de gerenciamento de riscos, tem como atribuições:
  - (i) Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e eventuais alterações;
  - (ii) Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
  - (iii) Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.
- **Diretoria Financeira:** A Diretoria Financeira da Companhia supervisiona a estrutura de gerenciamento de riscos, ficando responsável pela aprovação na contratação dos instrumentos financeiros.
- **Comitê de Auditoria:**

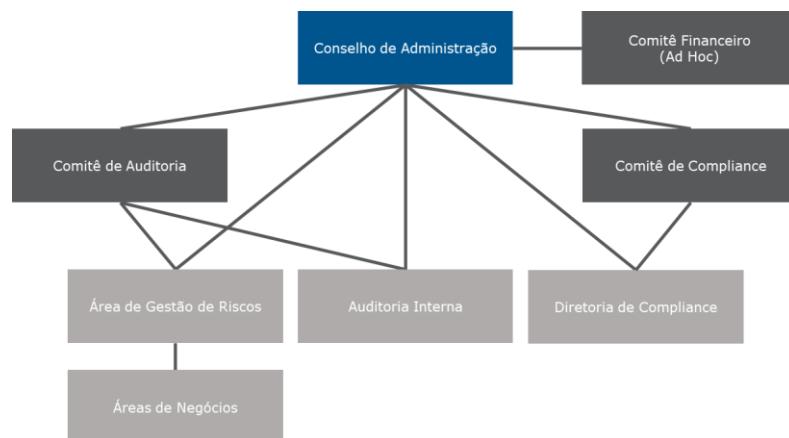
## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (i) Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
  - (ii) Supervisionar as atividades das áreas de gestão de riscos e de auditoria interna;
  - (iii) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração;
  - (iv) Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;
  - (v) Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e
  - (vi) Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções/aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.
- **Tesouraria da Companhia:** responsável pelo monitoramento da exposição aos riscos de mercado e trabalha proativamente em conjunto com as demais áreas, para prevenir, mitigar e tratar os riscos de mercado aos quais a Companhia esteja exposta.
  - **Comitê Financeiro:** comitê *Ad Hoc*, constituído para discutir, sempre que necessário, sobre os potenciais reflexos da conjuntura econômica na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e na discussão sobre estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política financeira.
  - **Área de Gestão de Riscos e Controles:** responsável por:
    - (i) Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos ao Comitê de Auditoria, quando necessário;
    - (ii) Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como manter uma margem prática e relevante de segurança;
    - (iii) Incentivar que a liderança da Companhia adote uma cultura de gestão de riscos;
    - (iv) Reportar as atividades de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria;
    - (v) Tomar decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos;
    - (vi) Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e
    - (vii) Supervisionar quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.
  - **Auditoria Interna:**
    - (i) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
    - (ii) Fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e
    - (iii) Consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.
  - **Áreas de Negócios:** responsáveis por aplicar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.
  - **Área de Compliance:** responsável por:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (i) Disseminar a cultura de integridade na Companhia;
- (ii) Monitorar a aplicação do Código de Conduta e Políticas de Compliance;
- (iii) Identificar, avaliar e gerir os riscos relacionados à Compliance e reportar eventuais não conformidades para o Comitê de Compliance;
- (iv) Realizar o *background check* dos Parceiros de Negócios;
- (v) Apurar os relatos recebidos pelo Canal de Denúncias; e
- (vi) Elaborar plano de treinamentos periódicos e comunicação para todos os parceiros de negócios sobre aspectos práticos e políticas de Compliance.

Para referência, os órgãos da Companhia que compõem sua estrutura de gerenciamento de riscos estão organizados de acordo com o organograma abaixo:



A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia prevê, ainda, que o gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos os colaboradores, que devem reportar prontamente eventuais riscos identificados.

### c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia, incluindo seu Comitê de Auditoria e a Área de Gestão de Riscos e Controles da Companhia realiza, regularmente, o monitoramento dos riscos para reavaliar o nível de gerenciamento aplicado a cada cenário de risco e a adequação das operações efetuadas pela Companhia com as políticas adotadas, a fim de verificar se tal exposição a riscos comprometem o atendimento dos objetivos da Companhia, bem como para acordar outras ações de resposta. Os cenários de risco são revisados, no mínimo, anualmente, e relatados para: (i) verificar se o perfil de risco foi alterado; (ii) identificar quando é necessário tratamento adicional e (iii) obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz. Tal monitoramento é reportado ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, as áreas de Auditoria Interna e de Gestão de Riscos e Controles Internos de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração, em conjunto com o Comitê de Auditoria.

Além disso, a Área de Auditoria Interna fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, visando prover um controle eficaz sobre a efetividade da política, cujos apontamentos são revertidos em planos de ação para mitigação de riscos e correção de falhas.

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia segue as práticas contábeis do Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, as quais a Companhia considera suficientes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Sendo assim, as demonstrações financeiras são elaboradoras pelo departamento de contabilidade da Companhia, revisadas pelos chefes dos departamentos, submetidas ao Conselho de Administração e aprovadas pelo Comitê de Auditoria e empresa de auditoria independente.

A fim de atender e gerenciar suas operações, a Companhia utiliza sistemas operacionais diferentes que integram com: (i) o ERP Jund Soft, que conta com módulos de compras, estoques, fiscal, faturamento, financeiro e contábil; e (ii) o sistema Autbank, que conta com módulos financeiro, fiscal e contábil, e seu uso é exclusivo para a operação de serviços financeiros. Os sistemas operacionais são utilizados nas seguintes operações:

- (i) "Distribuição" utiliza a solução completa do ERP Jund Soft no Brasil, e em Miami utiliza o sistema QuickBooks para a contabilidade, e a solução Magaya para Gestão de estoque, ambos não integram com ERP Jund Soft;
- (ii) "Varejo Samsung" utiliza o sistema Microvix da Linx nos PDVs que integra com todos os módulos do ERP Jund Soft;
- (iii) "Digital" utiliza os sistemas Vtex que integra com todos os módulos do ERP Jund Soft, e os sistemas Magentus, Anymarket e Sky Hub que integram com o módulo de faturamento, fiscal, financeiro e contábil do ERP Jund Soft;
- (iv) "Serviços Financeiros" utiliza a ferramenta "Conductor" que integra com os módulos financeiro, fiscal e contábil do sistema Autbank.

Além de todas as interfaces sistêmicas, com a finalidade de garantir a confiabilidade das informações e mitigar os riscos aos quais está exposta, a Companhia desenvolve atividades e implementa controles internos conforme descrito abaixo:

- Acompanhamento diário das vendas nos módulos operacionais e análise de Logs de integração no Sincronizador;
- Análise de consistência de informações através de conciliações entre sistemas operacionais e módulos do ERP;
- Análises e provisões de contingências, de acordo com a legislação aplicável;
- Conciliação mensal de todas as contas do balanço patrimonial;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras com validação final do Comitê de Auditoria;
- Apuração, análise e gestão dos resultados "realizados versus orçados" de todos os centros de custos e unidades de negócios;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Inventários em seus centros de distribuição e lojas no mínimo 1 (uma) vez ao ano e para garantir que a informação sistêmica/contábil esteja de acordo com o inventário físico;
- Pagamentos com aprovação de no mínimo 2 (duas) pessoas, sendo que uma delas é responsável pela natureza da despesa e outra é responsável pelo centro de custos. Além disso, as aprovações por centros de custos possuem até 3 (três) alçadas de valores;
- Controle de dívidas e aplicações em planilhas onde os saldos são comparados entre a planilha, conta contábil e controles dos bancos.

A Companhia definiu, ainda, um processo de acompanhamento dos planos de ação definidos conforme avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles-chaves, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como identificar possíveis novos riscos.

A Companhia confia na eficiência de seus procedimentos e controles internos, que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras. Não obstante, controles internos têm limitações inerentes, e as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam não prevenir ou detectar certos erros ou se tornar inadequados de acordo com mudanças de condições ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

### b. as estruturas organizacionais envolvidas

As demonstrações financeiras são elaboradas pelo departamento de Contabilidade da Companhia, com revisão dos líderes do mesmo departamento, submetidas ao Conselho de Administração e aprovadas pelo Comitê de Auditoria e empresa de auditoria independente, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (desde 2022). A Contabilidade coordena os trabalhos, prepara as demonstrações financeiras, e se reporta ao Diretor Financeiro da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria que age de forma autônoma, independente e revisa as demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, todos independentes.

Além disso, conta com a Auditoria Externa que, assim como o Comitê de Auditoria, trabalha de forma independente para ter autonomia necessária para identificar, divulgar e propor tratamento a qualquer irregularidade encontrada. A auditoria externa emite trimestralmente um relatório com as informações que entende que necessitam de algum tipo de tratamento, as quais são atendidas pela Companhia na medida de sua relevância. A auditoria externa apresenta os trabalhos e resultados aos representantes da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

### c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A estrutura de controles internos apoia-se em diversos princípios de gestão, procedimentos operacionais e atribuição de responsabilidades, dentre os quais destacamos:

- A primeira linha dos controles é formada pelos gestores dos inúmeros processos operacionais, que são os principais responsáveis pela adesão às regras internas da Companhia, pautadas pelo Código de Conduta;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- O orçamento operacional é um instrumento importante que permite à Diretoria e Gerências Executivas detectar desvios indicativos da necessidade de questionamento e interferência para correção de rumos;
- A revisão detalhada das contas mensais e respectivas reconciliações permitem também detectar inconsistências e erros e determinar correções imediatas. Esse exercício regular compõe a segunda linha dos controles;
- No instante em que é identificada alguma possível ineficiência nos controles internos da Companhia, os colaboradores da área de Contabilidade devem acionar a Diretoria Financeira, o responsável da área relacionada à ineficiência identificada, bem como a área de Gestão de Riscos e Controles Internos, a fim de entender o ocorrido e preparar as ações corretivas;
- As revisões in loco de determinadas transações e procedimentos, em especial do controle de estoques, efetuadas pela Auditoria Interna nas lojas e centros de distribuição são um controle-chave importante de acompanhamento de margens operacionais e desvios de procedimentos;
- Em junho de 2020 foi criada a Diretoria de Assuntos Corporativos, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, agregando nova capacitação de gestão de riscos e controles, e independência de ação. A Diretoria de Assuntos Corporativos é responsável pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance, Jurídico, Auditoria Interna, Governança Corporativa, e LGPD, reportando-se funcionalmente sobre os temas de Compliance ao Comitê de Compliance, e sobre os temas de gestão de riscos e controles e auditoria ao Comitê de Auditoria; e
- A supervisão das operações pelo Conselho de Administração em reuniões mensais com a Diretoria e a revisão trimestral das contas pelo Comitê de Auditoria, em reuniões com o time financeiro, Diretoria de Assuntos Corporativos e a Auditoria Independente propicia um nível adicional de controle e os meios para determinar correções de rumos e procedimentos.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

As deficiências identificadas pelo auditor independente são classificadas com base no seu potencial de impactar as demonstrações financeiras da Companhia, considerando a consequente materialidade envolvida. A deficiência de controles internos consiste no erro de desenho, falha de execução ou operação do controle e existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir ou detectar e corrigir tempestivamente distorções nas demonstrações financeiras, ou (ii) faltam controles necessários para prevenir ou detectar e corrigir tempestivamente distorções nas demonstrações financeiras.

Para fins da regulamentação aplicável à Companhia, as deficiências, conforme sua criticidade, podem ser classificadas em Deficiências Significativas ou Deficiências de Controle, conforme seu grau de materialidade.

A avaliação da eficácia dos controles internos da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, foi objeto de relatório circunstanciado preparado pela Delloite Touche Tohamtsu Auditores Independentes Ltda, que não apontou nenhuma deficiência classificada como "Significativa".

A administração da Companhia, em atenção à regulamentação aplicável, considerou para fins deste Formulário de Referência, a classificação aplicada pelos auditores independentes na Carta de Controles Internos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Nesse sentido, as deficiências de controles internos apontadas nos testes de conformidade, que não são significativas, não foram consideradas pela administração, como relevantes para fins de divulgação e comentários pela Diretoria, sendo certo que não necessariamente representam a materialização de erros nas demonstrações financeiras da Companhia.

Vale ressaltar que a Companhia segue dedicando toda atenção e empreendendo todos as medidas e recursos necessários ao aprimoramento de seus controles internos, conforme as recomendações recebidas e em cumprimento de suas políticas internas implementadas com esse objetivo.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável conforme descrito no item 5.2(d) acima.

## 5.3 Programa de integridade

**a. se o Emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo Emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar com clareza as suas ações e decisões aplicáveis a todas as empresas de seu grupo, de acordo com o que considera correto e justo. O Código de Conduta representa o compromisso de todos os colaboradores da Companhia em praticar um comportamento responsável, ético, transparente, de respeito mútuo entre os profissionais, devendo ser utilizado como referência de conduta profissional.

O Código de Conduta traz disposições sobre: Compromisso com a integridade; Diversidade e respeito; Assédio moral e violência; Assédio sexual ou importunação sexual; Saúde e segurança; Direitos humanos; Conflito de interesses; Declarações à imprensa; Mídias sociais; Proteção de ativos; Relacionamento com a sociedade; Relacionamento com o mercado; Fusões e aquisições; Relacionamento com a administração pública; Práticas contra a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; regras para aceitação de brindes, presentes, entretenimento e hospitalidades; Doações e patrocínios; Registros financeiros e contábeis; Auditoria interna; Segurança da informação, Proteção de Dados e Privacidade; Gestão do programa de compliance; Canal de compliance; Medidas disciplinares; Treinamentos; Termo de adesão e compromisso.

A Companhia repudia e não tolera atos de corrupção, pública ou privada, por parte de seus colaboradores ou, ainda, por terceiros fornecedores ou prestadores de serviços (parceiros de negócios). Neste sentido, os colaboradores da Companhia e os parceiros de negócios deverão se atentar para que nenhum de seus atos possa gerar responsabilização da Companhia com base na Lei Anticorrupção.

Nessa esteira, a Companhia também adota uma Política Anticorrupção, que tem o objetivo de garantir que todas as decisões relativas à Companhia serão tomadas de forma íntegra e transparente, respeitando o disposto na legislação brasileira em vigor, em especial a Lei Anticorrupção e o Decreto Anticorrupção (Decreto nº 8.420/15) e proíbe o oferecimento ou recebimento de qualquer vantagem indevida a Agentes Públicos por parte de quaisquer dos seus administradores, colaboradores, ou parceiros de negócios. A Companhia também adotou uma Política de Compliance, que formaliza e divulga os princípios, pilares, controles internos e responsabilidades do programa de compliance da Companhia. Os responsáveis pela estruturação do programa de compliance da Companhia são: (i) Diretoria de Assuntos Corporativos (ii) Comitê de Compliance e (iii) Conselho de Administração.

No tocante ao relacionamento com parceiros de negócios, o Código de Conduta dispõe que a Companhia e seus colaboradores devem prezar por um relacionamento pautado na ética, garantindo um tratamento igualitário e evitando situações de conflito de interesses. Em contrapartida, parceiros de negócios da Companhia devem sempre atuar em conformidade com a legislação vigente, incluídas as leis fiscais, trabalhistas, ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis, sendo que tais obrigações devem estar previstas em seus respectivos contratos com a Companhia.

## 5.3 Programa de integridade

Conforme disposto em sua Política de Gestão de Riscos de Parceiros de Negócios, a Companhia compromete-se a garantir que a contratação desses terceiros seja feita de forma imparcial, prevalecendo sempre a escolha com base em especificações técnicas e que melhor atenda às suas necessidades, realizando, por exemplo, procedimentos de *due diligence/background check* avaliando o nível de risco de acordo com os critérios analisados. A Companhia deve apenas se relacionar com fornecedores e prestadores de serviços que atendam aos padrões técnicos e éticos exigidos em suas políticas e que aceitem a inclusão de disposições anticorrupção nos contratos.

Além disso, a Companhia realiza, de acordo com os critérios definidos na sua Política de Gestão de Riscos de Parceiros de Negócios, a aplicação de questionários aos novos parceiros de negócios, de modo a identificar possíveis riscos de compliance relacionados à execução do contrato, bem como se existe exposição a relacionamento com agentes públicos. Além disso, os parceiros de negócios ou qualquer pessoa interessada, pode utilizar canal de denúncias para realizar reportes de quaisquer irregularidades.

Além das políticas e procedimentos mencionados acima, a Companhia adota uma Política de Investigação Interna e Canal de Denúncias, na qual a compromete-se a apurar todos os desvios de condutas que violem a legislação, o seu Código de Conduta ou as suas políticas internas. Esta política tem como objetivo formalizar o processo de investigação dos relatos feitos no canal de denúncias da Companhia.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do Emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Diretoria de Assuntos Corporativos é composta por profissionais contratados pela Companhia, com autonomia de atuação e reporte direto para o Comitê de Compliance e para o Conselho de Administração. A Diretoria é responsável por: (i) elaborar e aprovar o planejamento anual das atividades do programa de compliance; (ii) executar as atividades previstas no planejamento anual e demais atividades relacionadas ao programa de compliance; e (iii) monitorar a execução do planejamento anual, apresentando ao final do ano o relatório de monitoramento. Além disso, também é responsável por receber, registrar e apurar relatos do canal de denúncias, e reportar ao Comitê de Compliance da Companhia.

O Conselho de Administração é composto por membros eleitos, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia e é responsável por: (i) aprovar a Política de Compliance e as demais políticas relacionadas, incluindo o Código de Conduta; (ii) decidir sobre temas reportados pelo Comitê de Compliance; e (iii) analisar criticamente o relatório de monitoramento, em conjunto com o Comitê de Compliance.

**iii. se o Emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os membros do Conselho de Administração, diretores, empregados e a todos e quaisquer colaboradores e parceiros de negócios da Companhia, em regime de trabalho permanente ou temporário, incluindo estagiários.

### 5.3 Programa de integridade

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Em caso de violação a qualquer termo ou disposição do Código de Conduta o infrator estará sujeito a medidas disciplinares, incluindo a possibilidade de advertência, suspensão e até a rescisão do contrato de trabalho. Tais medidas disciplinares estão descritas na política de Medidas Disciplinares, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de abril de 2022, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, através do link <https://ri.alliedbrasil.com.br/>

No caso de violação por parte de terceiros, poderá ser determinado encerramento da relação comercial com a Companhia.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Allied em reunião de 28 de abril de 2022.

#### **b. se o Emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia conta com canal de denúncias para recebimento de relatos sobre qualquer violação ou suspeita de violação das disposições do Código de Conduta ou de qualquer lei brasileira vigente, que possa envolver a Companhia e causar danos ao seu patrimônio, bem como a sua imagem e reputação perante a sociedade. Está disponível no endereço <https://contatoseguro.com.br/allied>

##### **i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é operacionalizado por terceiro.

##### **ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias pode ser utilizado por colaboradores e quaisquer terceiros.

##### **iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O canal de denúncias da Companhia permite recebimento de relatos anônimos. O Código de Conduta da Companhia prevê que não é permitido qualquer tipo de retaliação contra denunciantes ou testemunhas de boa-fé. Quaisquer atitudes que caracterizem retaliação são terminantemente proibidas e passíveis de aplicação das sanções cabíveis.

##### **iv. órgão do Emissor responsável pela apuração de denúncias**

Os relatos do canal de denúncias são recebidos, registrados e apurados pela área de Compliance, e reportado para o Comitê de Compliance da Companhia.

Caso o relato envolva algum membro do Comitê de Compliance ou do Conselho de Administração, a pessoa envolvida não poderá participar do processo de investigação ou de qualquer decisão relacionada a ele.

### 5.3 Programa de integridade

**c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não detectou casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

**d. caso o Emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o Emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta em relação ao último exercício social.

## 5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante com relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
					Composição capital social

### Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

21.204.122/0001-70	Brasil	Não	Sim	29/03/2022	
Não	Rodrigo Martins Cavalcante		Física		169.132.578-30
44.173.806	47,213	0	0,000	44.173.806	47,213
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000			

### Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

21.204.079/0001-42	Brasil	Não	Sim	29/03/2022	
Não	Rodrigo Martins Cavalcante		Física		169.132.578-30
16.773.038	17,927	0	0,000	16.773.038	17,927
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000			

### Ricardo Radomysler

134.343.948-50	Brasil	Não	Não	20/04/2023	
Não					
9.952.704	10,637	0	0,000	9.952.704	10,637
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie		Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000			

### AÇÕES EM TESOURARIA

--	--	--	--	--	--

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
0	0,000	0	0,000	0	0,000
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
22.664.094	24,223	0	0,000	22.664.094	24,223
TOTAL					
93.563.642	100,000	0	0,000	93.563.642	100,000

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					21.204.122/0001-70
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
44.173.806	100,000	0	0,000	44.173.806	100,000
TOTAL					
44.173.806	100,000	0	0,000	44.173.806	100,000

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					21.204.079/0001-42
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
16.773.038	100,000	0	0,000	16.773.038	100,000
TOTAL					
16.773.038	100,000	0	0,000	16.773.038	100,000

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	7.220
Quantidade acionistas pessoa jurídica	133
Quantidade investidores institucionais	36

#### Ações em Circulação

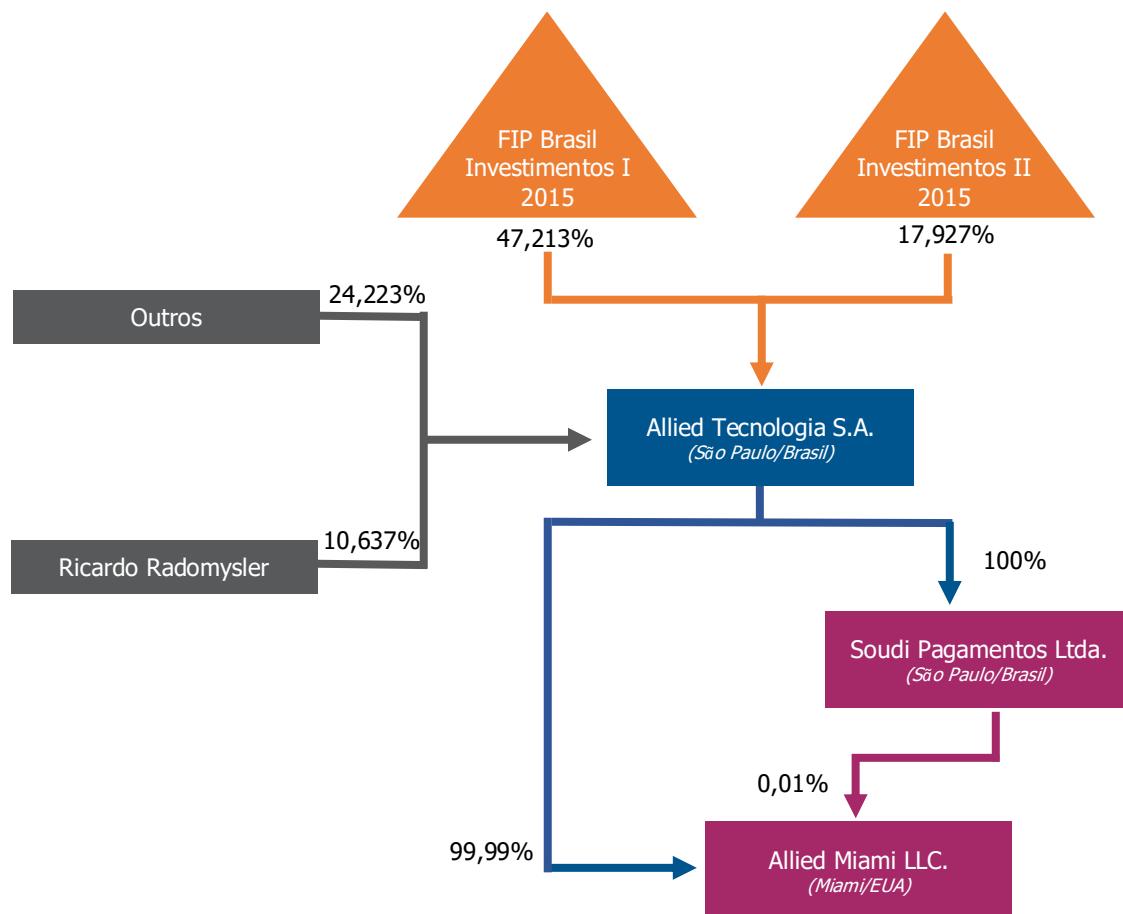
*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

Quantidade ordinárias	27.454.678	29,343%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	27.454.678	29,343%

## 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ALLIED MIAMI LLC.	00.000.000/0000-00	99,997

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 6.6 Outras informações relevantes

### ***Ausência de controle no FIP Brasil I e II***

Em complementação às informações prestadas nas seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o FIPs Brasil I e II não possuem um cotista que os controle, considerando, para estes fins, o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

As principais decisões envolvendo os Fundos são tomadas pelos respectivos Comitês de Investimentos do FIP Brasil I e II, ambos compostos pelo Sr. Neil Crawford. Por fim, a Companhia informa que a BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., gestora dos Fundos, é sociedade devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, contratada pela Advent International Corporation.

Além das informações expostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 6 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária” (“Política”), que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de fevereiro de 2020. A Política está disponível para consulta no website da Companhia: <https://ri.alliedbrasil.com.br/>.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser “Conselheiros Independentes”, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (a) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (b) reputação ilibada;
- (c) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (d) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (e) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, deverão ser seguidas as disposições presentes nos termos do artigo 3º do Anexo K à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”). Assim, tendo sido correspondido aos preceitos legais e da Política, será verificado pela Diretoria da Companhia e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em assembleia geral de acionistas da Companhia. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

A Companhia não possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos para o Conselho Fiscal formalmente aprovada.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

#### i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

##### Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza, no mínimo, a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão e de cada um de seus membros, individualmente. Vale ressaltar que a referida avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato de cada Conselheiro. Adicionalmente, os Diretores também são avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na respectiva função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do conselho de administração, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do conselho de administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

##### Comitê de Auditoria e demais comitês

Os Comitês realizam, no mínimo, a cada 1 (um) ano a avaliação dos órgãos como colegiados e de cada um de seus membros, individualmente. Vale ressaltar que a referida avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do membro do Comitê em questão. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do comitê, conforme aplicável. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do Comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

##### Conselho Fiscal

A Companhia não possui processo de avaliação formal para o Conselho Fiscal.

#### ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, dos membros da Diretoria e dos comitês de assessoramento enquanto órgãos colegiados. Além disso, os membros do Comitê de Auditoria realizam sua autoavaliação e avaliação do próprio comitê.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês de assessoramento são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Já para os membros da Diretoria, são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

### **iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração, bem como de seus membros, e dos membros da Diretoria é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração e a avaliação de desempenho dos Comitê de Auditoria e do Comitê de Recursos Humanos, bem como de seus membros, é de responsabilidade do respectivo coordenador de cada comitê, sendo que poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com o processo. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

### **c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Companhia possui uma “Política de Conflito de Interesses”, que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de abril de 2022 (“Política de Conflito de Interesses”). A Política está disponível para consulta no website da Companhia: <https://ri.alliedbrasil.com.br/>.

A Política de Conflito de Interesses tem como objetivo garantir que todas as decisões da Companhia sejam tomadas de forma íntegra e transparente, estabelecendo diretrizes de prevenção, identificação e gestão de situações de conflito para resguardar o melhor interesse da Companhia, bem como garantir o respeito à legislação em vigor, lealdade aos valores organizacionais, ao Código de Conduta e às demais políticas da Companhia.

A Política de Conflito de Interesses também se aplica a todos os Parceiros de Negócios que possuem relação com a Companhia, especialmente aqueles atuem em nome ou interesse da Companhia perante Agentes Públícos.

Para fins da Política de Conflito de Interesses, será considerado Conflito de Interesses qualquer situação ou conduta que:

- (a) tenha como objetivo a obtenção indevida de benefícios pessoais próprios e/ou para terceiros;
- (b) afete ou possa afetar a capacidade de tomada de ações ou decisões dos Colaboradores em benefício da Companhia;
- (c) afete ou possa afetar desempenho profissional dos Colaboradores, no exercício de suas funções na Companhia;
- (d) que afete ou possa afetar a capacidade de tomada de ações ou decisões de terceiros, inclusive por Agentes Públícos.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Adicionalmente, os itens abaixo descrevem exemplos de situações ou condutas que, caso configurem ou sejam acompanhadas de um ou mais itens mencionados acima serão consideradas como Conflito de Interesses.

Os itens abaixo não esgotam as possibilidades de situações e condutas que poderão ser consideradas como Conflito de Interesses.

- i. Atividade externa: Qualquer atividade externa exercida pelo Colaborador, remunerada ou não, tais como, mas não limitadas à docência, sociedade em outras empresas, participação em órgão de administração de terceiros e emprego externo.
- ii. Relacionamento pessoal: Qualquer relacionamento pessoal próximo ou familiar que um Colaborador tenha com outro Colaborador ou com funcionário de um Parceiros de Negócios ou Agente Público.
- iii. Influência indevida: Qualquer forma de utilização por um Colaborador da imagem ou posição de mercado da Allied, assim como do seu cargo ou função ou das informações confidenciais da Companhia.
- iv. Relacionamento com o setor: Qualquer relação direta ou indireta de um Colaborador com empresas nos setores de atuação da Allied, incluindo, mas não se limitando a concorrentes, fabricantes e/ou distribuidores nos mesmos segmentos de atuação da Companhia.

Sempre que o Conflito de Interesses envolver Administradores, membros de Comitês ou Conselho de Administração, o caso deve ser avaliado de acordo com as disposições do Estatuto Social e Políticas da Companhia relacionadas a estes grupos.

### d. por órgão:

#### i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração - Efetivos</b>	<b>Conselho de Administração - Suplentes</b>	<b>Conselho Fiscal - Efetivos</b>	<b>Conselho Fiscal - Suplentes</b>	<b>Total</b>
Feminino	2	1	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	3
Masculino	2	4	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	6
Não-Binário	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Outros	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Prefere não responder	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Não se aplica	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0

#### ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração - Efetivos</b>	<b>Conselho de Administração - Suplentes</b>	<b>Conselho Fiscal - Efetivos</b>	<b>Conselho Fiscal - Suplentes</b>	<b>Total</b>
Amarelo	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Branco	4	5	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	9
Preto	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Pardo	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Indígena	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Outros	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Prefere não responder	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0
Não se aplica	0	0	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0

### **iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outro grupo de atributos de diversidade relevante.

### **e. se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração.

### **f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

Os órgãos de administração da Companhia participam ativamente na avaliação, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados ao meio ambiente, dentre eles, aqueles climáticos. A Companhia adota iniciativas relacionadas ao uso de embalagens de papel e plástico reciclado. Além disso, em que pese a Companhia atue com logística terceirizada, possui iniciativas junto com seus parceiros relacionadas às metas de emissão de gases poluentes.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
<b>TOTAL = 9</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
<b>TOTAL = 9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária e, além dos órgãos que a administram, a Companhia possui a previsão para instalação de um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que, caso seja instalado, atuará de forma independente em relação ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária. Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não estava instalado.

Além disso, a Companhia possui 3 (três) comitês de assessoramento ao Conselho de Administração permanentes: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Compliance e Comitê de Recursos Humanos. Além disso, a Companhia possui o Comitê Financeiro, *ad hoc*, constituído sempre que necessário.

### b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política para contratação de serviços de extra-auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de abril de 2022, com objetivo de estabelecer os procedimentos, diretrizes e critérios a serem observados pela administração da Companhia na contratação de seu Auditor Independente para a prestação de serviços extra-auditoria, com vistas a afastar situações de potencial conflito de interesse e preservar a independência e objetividade do Auditor Independente.

As contratações de serviços extra-auditoria são levadas ao Comitê de Auditoria pela Administração da Companhia para avaliar os riscos de conflitos de interesse na contratação dos auditores independentes para prestar tais serviços extras. Se o Comitê de Auditoria decidir que não há riscos de conflito de interesse na prestação de serviços, a Companhia poderá incluir a empresa de auditoria independente no processo de cotação e contratação.

### c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia conta com canal de denúncias para recebimento de relatos sobre qualquer violação ou suspeita de violação das disposições do Código de Conduta ou de qualquer lei brasileira vigente, que possa envolver a Companhia, incluindo questões críticas relacionadas a ASG, sendo que o Comitê de Compliance da Companhia reporta periodicamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração sobre o assunto.

## 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

<b>Nome</b>	Carla Alessandra Trematore	<b>CPF:</b>	248.855.668-86	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profissões:</b>	Contador	<b>Data de Nascimento:</b>	30/10/1975
-------------	----------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	----------	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:** A Sra. Carla Trematore atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010, e foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias. Foi presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e Conselheira de Administração do BRB – Banco de Brasília. Atualmente é membro dos Conselhos de Administração da BR Partners Participações e CI&T, e de conselhos fiscais e comitês de auditoria. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	08/09/2023	AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		08/09/2023	Sim	08/09/2023

<b>Nome</b>	CLAUDIO ROBERTO ELY	<b>CPF:</b>	137.688.320-15	<b>Passaporte:</b>	<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profissão:</b>	Engenheiro	<b>Data de Nascimento:</b>	04/01/1949
-------------	---------------------	-------------	----------------	--------------------	-----------------------	--------	-------------------	------------	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:** O Sr. Claudio é engenheiro Civil graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1972). Foi Presidente da Raiadrogasil S.A. (2011 a 2013) e Presidente da Drogasil S.A. (1998 a 2011). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da DIMED Distribuidora de Medicamentos S.A., Pet Center Comércio e Participações S.A., Althaia S.A. Industria Farmacêutica e Lojas União 1A99 S.A., e membro do Conselho Consultivo da Eurofarma Laboratórios S.A. e da Warburg Pincus do Brasil (desde 2013). De 1988 a 1997, foi Diretor Executivo, Diretor de Operações e Presidente do Banco Geral do Comércio S.A. No período de 1987 a 1988, exerceu atividades de Diretor Superintendente (CEO) da Camargo Correa Metais S.A. O Sr. Claudio foi eleito conselheiro independente atendendo aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	08/09/2023	AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		08/09/2023	Sim	02/01/2020

<b>Nome</b>	Davi Saraiva Oliveira	<b>CPF:</b>	125.971.548-58	<b>Passaporte:</b>	<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profissão:</b>	Administrador	<b>Data de Nascimento:</b>	16/11/1970
-------------	-----------------------	-------------	----------------	--------------------	-----------------------	--------	-------------------	---------------	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:** O Sr. Davi Saraiva Oliveira é formado em marketing pela UNIP, Universidade Paulista em 1994, Pós-graduado em Administração de Empresas pela FAAP, Fundação Armando Alvares Penteado, MBA Executivo na BSP, Business School of São Paulo e Executive Leader Course em HARVARD Business School. Tem 33 anos de experiência profissional nas áreas de Vendas, Marketing, Trade Marketing, Gerenciamento de Categorias, Revenue Growth Management, com liderança em outras áreas como Logística, Finanças, Produção e Gerenciamento de Projetos em empresas multinacionais como NESTLE BRASIL e SUIÇA, NIVEA BRASIL, SONY ERICSSON BRASIL, SAMSUNG BRASIL, PARAMOUNT PICTURES, DPA Brazil – Fonterra/Nestlé JV e ALLIED TECNOLOGIA. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/01/2024	1ª RCA após AGO/2025	Outros Diretores	Diretor Comercial.	07/02/2024	Sim	14/05/2019

<b>Nome</b>	FABIANA LAWANT	<b>CPF:</b>	226.602.548-18	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profis são:</b>	Economista	<b>Data de Nascimento:</b>	22/08/1982
-------------	----------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	------------------------	------------	--------------------------------	------------

**Experiência Profissional:** A Sra. Fabiana ingressou na Companhia em 2020, como Gerente de Relações com Investidores, para liderar seu processo de abertura de capital (IPO). Formada em Economia pela Universidade de São Paulo, atualmente faz gestão das áreas de relações com investidores, projetos, novos negócios e M&A. Anteriormente, atuou como gerente de Relações com Investidores na empresa São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. por 02 (dois) anos e, entre 2010 e 2017, trabalhou na EB Capital na área de M&A. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/01/2024	1ª RCA após AGO/25	Diretor de Relações com Investidores		07/02/2024	Sim	07/02/2024

<b>Nome</b>	Flávio Benício Jansen Ferreira	<b>CPF:</b>	921.962.337-49	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profis são:</b>	Empresário	<b>Data de Nascimento:</b>	28/07/1966
-------------	--------------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	------------------------	------------	--------------------------------	------------

**Experiência Profissional:** O Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira é formado em engenharia elétrica. Foi CEO e é conselheiro da empresa Locaweb Internet S.A., onde atuou em diferentes posições desde 2008. É conselheiro da empresa Digipix S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, presidente do conselho das Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país e conselheiro da Yduqs Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. Foi responsável pelo início do site Submarino.com, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do Submarino.com durante a IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a Americanas.com que resultou na companhia B2W. Foi conselheiro independente da empresa Fleury S.A, laboratório de análises clínicas, e de CETIP-SA – Mercados Organizados, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros. Foi presidente do conselho da empresa International Meal Company Alimentação S.A., operadora de restaurantes em 4 países nos segmentos de shopping, rodovias e aeroportos. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional S.A. O Sr. Flávio é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2019. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	08/09/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		08/09/2023	Sim	01/09/2019

<b>Nome</b>	Marcelo Radomysler	<b>CPF:</b>	085.949.598-18	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profissão:</b>	Empresário	<b>Data de Nascimento:</b>	26/10/1966
-------------	--------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	-------------------	------------	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:** Formado em Administração de Empresas, o Sr. Marcelo iniciou sua carreira profissional em 1986 como trainee no Banco Francês e Brasileiro S.A., de 1987 a 2001 atuou como corretor de seguros, e, de 2003 a 2011 foi CEO da Wise S/A (companhia incorporada pela Allied S.A.). Por fim, entre 2011 e 2020, o Sr. Marcelo exerceu cargos executivos e no Conselho de Administração da Companhia. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	08/09/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		08/09/2023	Sim	29/04/2022

<b>Nome</b>	Rafael Patury Carneiro Leão	<b>CPF:</b>	010.144.304-88	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profissão:</b>	Empresário	<b>Data de Nascimento:</b>	30/10/1982
-------------	-----------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	-------------------	------------	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:** O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão é graduado com honras em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e MBA na Harvard Business School. É atualmente Managing Director na Advent do Brasil Consultoria Ltda., onde participou de vários investimentos relacionados aos setores de varejo, consumo e saúde, como Allied, Grupo CRM (Copenhagen e Brasil Cacau), Merama, Grupo Big (antigo Walmart Brazil), Fleury, Grupo Cataratas, entre outros. É membro do Conselho de Administração do Grupo Cataratas. Trabalhou também como consultor na Bain & Company e também como engenheiro na Kuka Roboters, Alemanha. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	08/09/2023	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		08/09/2023	Sim	04/04/2018

**Nome:** Silvio Stagni      **CPF:** 056.088.978-03      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 05/02/1961

**Experiência Profissional:** O Sr. Silvio Stagni é formado em engenharia pela Escola de Engenharia Mauá e pós-graduado pela FGV e pela Northwestern University. Com mais de 28 anos de experiência profissional, ocupou os cargos de Presidente da Lenovo do Brasil, VP da Samsung do Brazil, Presidente da Sony Ericsson do Brazil e Country Manager da Motorola. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/01/2024	1ª RCA após AGO/2025	Diretor Presidente / Superintendente		07/02/2024	Sim	15/02/2017

**Nome:** THALITA BASSO      **CPF:** 327.643.828-39      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Engenheira Elétrica      **Data de Nascimento:** 01/12/1983

**Experiência Profissional:** A Sra. Thalita Basso é formada em Engenharia Elétrica na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), com MBA em Finanças na FIA (Fundação Instituto de Administração). Profissional com mais de 15 (quinze) anos de experiência nas áreas de planejamento e análise financeira, controladoria e contabilidade, possui em sua trajetória profissional passagem por consultorias e empresas internacionais como Roland Berger Strategy Consultant, Procter & Gamble, Danone, Philips, juntando-se à Allied em 2018. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/01/2024	1ª RCA após AGO/2025	Outros Diretores	Diretora Financeira	07/02/2024	Sim	07/02/2024

## 7.4 Composição dos comitês

---

**Nome:** Carla Alessandra Trematore    **CPF:** 248.855.668-86    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Contador    **Data de Nascimento:** 30/10/1975

**Experiência Profissional:**

A Sra. Carla Trematore atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010, e foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias. Foi presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e Conselheira de Administração do BRB – Banco de Brasília. Atualmente é membro dos Conselhos de Administração da BR Partners Participações e CI&T, e de conselhos fiscais e comitês de auditoria. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	01/06/2021	Até a 1ª RCA pós AGO/2025			01/06/2021	Sim	01/06/2021

**Nome:** Carlos Elder Maciel de Aquino    **CPF:** 226.993.094-00    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Contador    **Data de Nascimento:** 09/04/1961

**Experiência Profissional:**

Carlos Elder Maciel de Aquino é bacharel em contabilidade pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Possui MBA em Finanças pelo IBMEC-SP e MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP-SP), além de especialização em Economia Engenharia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE). Foi executivo de empresas como Unibanco, Itaú Unibanco, KPMG, Diagnósticos da América S.A.. Possui mais de 40 anos de experiência profissional, tendo exercido cargos executivos nas áreas de contabilidade, financeira, auditoria, saúde, segmentos de previdência privada e terceiro setor, além de atuar como membro de conselhos de administração, conselhos fiscais e comitês de auditoria, comitês de gerenciamento de riscos, de controles internos, de ética e conduta, de prevenção à lavagem de dinheiro e de transações com partes relacionadas. Atualmente, é membro do conselho de administração da Locaweb Serviços de Tecnologia S.A e, também, dos comitês de auditoria da Locaweb Serviços de Tecnologia S.A., Allied Tecnologia S/A, Lojas Quero-Quero S/A, Nibs Participações S/A (Copenhagen), Fortbras S/A, Tokio Marine Seguradora S/A e da Tigre S/A Participações. É conselheiro fiscal na Folha Participações S.A. e na Natura &CO Holding S.A.. É certificado para conselheiro de administração, para conselheiro fiscal e para membro de comitê de auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Também, é membro do American Accounting Association. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	24/03/2021	Até a 1ª RCA pós AGO/2025			24/03/2021	Sim	24/03/2021

**Nome:** Flávio Benício Jansen Ferreira    **CPF:** 921.962.337-49    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Empresário    **Data de Nascimento:** 28/07/1966

**Experiência Profissional:**

O Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira é formado em engenharia elétrica. Foi CEO e é conselheiro da empresa Locaweb Internet S.A., onde atuou em diferentes posições desde 2008. É conselheiro da empresa Digipix S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, presidente do conselho das Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país e conselheiro da Yduqs Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. Foi responsável pelo início do site Submarino.com, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do Submarino.com durante a IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a Americanas.com que resultou na companhia B2W. Foi conselheiro independente da empresa Fleury S.A, laboratório de análises clínicas, e de CETIP-SA – Mercados Organizados, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros. Foi presidente do conselho da empresa International Meal Company Alimentação S.A., operadora de restaurantes em 4 países nos segmentos de shopping, rodovias e aeroportos. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional S.A. O Sr. Flávio é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2019. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Até a 1ª RCA pós AGO/2025	Comitê de Recursos Humanos		06/02/2024	Sim	24/03/2021

**Nome:** Geyson Bruno Giglio Silva **CPF:** 288.959.058-57 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 22/06/1979

**Experiência Profissional:**

O Sr. Geyson Bruno Giglio Silva é formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e com MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou entre 2000 e 2020 nas áreas jurídico e compliance nas empresas Whirlpool, Sky TV, Sony, Google, SAP, Samsung, Apple e Hospital Sírio Libanês. Entre 01/06/2020 e 14/07/2023 atuou como Diretor de Assuntos Corporativos (Jurídico, Compliance, Auditoria Interna, Riscos e Privacidade) da Companhia (Não Estatutário). Também coordena o Curso de Compliance na área da Saúde do Instituto de Ensino e Pesquisa Sírio Libanês e atua como professor, coach, mentor e consultor nas áreas compliance, jurídico, privacidade e gestão de riscos. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	17/07/2023	Até a 1ª RCA pós AGO/2027			17/07/2023	Não	17/07/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Até a 1ª RCA pós AGO/2026	Comitê de Compliance		06/02/2024	Sim	04/09/2020

**Nome:** Marcelo Radomysler    **CPF:** 085.949.598-18    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Empresário    **Data de Nascimento:** 26/10/1966

**Experiência Profissional:** Formado em Administração de Empresas, o Sr. Marcelo iniciou sua carreira profissional em 1986 como trainee no Banco Francês e Brasileiro S.A., de 1987 a 2001 atuou como corretor de seguros, e, de 2003 a 2011 foi CEO da Wise S/A (companhia incorporada pela Allied S.A.). Por fim, entre 2011 e 2020, o Sr. Marcelo exerceu cargos executivos e no Conselho de Administração da Companhia. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Indeterminado			06/02/2024	Sim	06/02/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Até a 1ª RCA pós AGO/2025	Comitê de Recursos Humanos		06/02/2024	Sim	02/05/2022

**Nome:** Rafael Patury Carneiro Leão    **CPF:** 010.144.304-88    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Empresário    **Data de Nascimento:** 30/10/1982

**Experiência Profissional:** O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão é graduado com honras em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e MBA na Harvard Business School. É atualmente Managing Director na Advent do Brasil Consultoria Ltda., onde participou de vários investimentos relacionados aos setores de varejo, consumo e saúde, como Allied, Grupo CRM (Kopenhagen e Brasil Cacau), Merama, Grupo Big (antigo Walmart Brazil), Fleury, Grupo Cataratas, entre outros. É membro do Conselho de Administração do Grupo Cataratas. Trabalhou também como consultor na Bain & Company e também como engenheiro na Kuka Roboters, Alemanha. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Indeterminado			06/02/2024	Sim	03/05/2021

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Até a 1ª RCA pós AGO/2025	Comitê de Recursos Humanos	06/02/2024	Sim	24/03/2021
----------------	-------------------------------	------------	------------------------------	-------------------------------	------------	-----	------------

**Nome:** Silvio Stagni      **CPF:** 056.088.978-03      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 05/02/1961

**Experiência Profissional:**

O Sr. Silvio Stagni é formado em engenharia pela Escola de Engenharia Mauá e pós-graduado pela FGV e pela Northwestern University. Com mais de 28 anos de experiência profissional, ocupou os cargos de Presidente da Lenovo do Brasil, VP da Samsung do Brazil, Presidente da Sony Ericsson do Brazil e Country Manager da Motorola. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Indeterminado			06/02/2024	Sim	03/05/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Até a 1ª RCA pós AGO/2026	Comitê de Compliance		06/02/2024	Sim	04/09/2020

**Nome:** THALITA BASSO      **CPF:** 327.643.828-39      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Engenheira Elétrica      **Data de Nascimento:** 01/12/1983

**Experiência Profissional:**

A Sra. Thalita Basso é formada em Engenharia Elétrica na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), com MBA em Finanças na FIA (Fundação Instituto de Administração). Profissional com mais de 15 (quinze) anos de experiência nas áreas de planejamento e análise financeira, controladoria e contabilidade, possui em sua trajetória profissional passagem por consultorias e empresas internacionais como Roland Berger Strategy Consultant, Procter & Gamble, Danone, Philips, juntando-se à Allied em 2018. Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, BACEN e/ou SUSEP, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	Indeterminado			06/02/2024	Sim	06/02/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/02/2024	1ª RCA após AGO/2026	Comitê de Compliance		06/02/2024	Sim	06/02/2024

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os membros da administração da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

## 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

### Exercício Social 31/12/2023

#### Administrador do Emissor

Davi Saraiva Oliveira  
Diretor.  
125.971.548-58  
N/A  
Subordinação  
Brasileiro(a) - Brasil  
Controlada Direta

#### Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.  
Diretor.  
34.639.888/0001-29  
N/A  
Brasileiro(a) - Brasil

#### Observação

O Sr. Davi Saraiva Oliveira é diretor da Soudi desde 30/11/2020.

#### Administrador do Emissor

Silvio Stagni  
Diretor Presidente.  
056.088.978-03  
N/A  
Subordinação  
Brasileiro(a) - Brasil  
Controlada Direta

#### Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.  
Diretor.  
34.639.888/0001-29  
N/A  
Brasileiro(a) - Brasil

#### Observação

O Sr. Silvio Stagni é diretor da Soudi desde 22/07/2019.

## 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

### Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Silvio Stagni é diretor da Soudi desde 22/07/2019.

Administrador do Emissor

Davi Saraiva Oliveira	125.971.548-58	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Davi Saraiva Oliveira é diretor da Soudi desde 30/11/2020.

## 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

### Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Silvio Stagni é diretor da Soudi desde 22/07/2019.

Administrador do Emissor

Davi Saraiva Oliveira	125.971.548-58	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Davi Saraiva Oliveira é diretor da Soudi desde 30/11/2020.

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia contratou apólice de seguro de responsabilidade civil para seus diretores e administradores e para os de suas subsidiárias, incluindo a Companhia ("D&O").

O D&O oferece cobertura para reclamações referentes a sinistros cobertos, ocorridos durante sua vigência, relacionados a atos praticados pelos administradores da Allied Tecnologia S.A. e de suas subsidiárias, mediante o pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros tais como indenizações devidas por conta de decisão final irrecorrível em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, bem como acordos em processos judiciais ou extrajudiciais realizados com o consentimento prévio, expresso e por escrito da seguradora, ou os custos, custas, encargos, honorários (advocatícios, de assistentes técnicos e periciais), depósitos recursais (incluindo os custos de recursos e garantias necessários à defesa do segurado, considerados, também, os custos para a eventual contratação de seguro garantia) e todas as demais despesas necessárias e razoáveis incorridas, nos termos do D&O, na defesa ou investigação de uma reclamação coberta. Não estão cobertos pelo D&O atos ou fatos danosos que sejam do conhecimento dos segurados anteriormente à vigência da apólice, assim como multas impostas aos administradores, ainda que possa haver cobertura para os custos de defesa incorridos nos processos que determinem multas relacionadas a atos de gestão de tais administradores, desde que respeitados os termos da respectiva apólice.

O D&O possui vigência, i.e., cobre danos que ocorrerem até às 24 horas do dia 02 de fevereiro de 2025 e tem um limite máximo de garantia de R\$40.000.000,00. Além disso, há cobertura para reclamações feitas após o período de vigência por um prazo complementar de 36 meses sem cobrança adicional de prêmio, após o qual há cobertura para reclamações feitas por um prazo suplementar de até 12 meses, dependendo de cobrança adicional de prêmio. O prêmio correspondente devido é de R\$45.055,45. Há franquia de R\$ 50.000,00 para reembolsos relacionados a reclamações no mercado de capitais.

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de custos de defesa e indenizações em decorrência de acordos celebrados na esfera administrativa no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que – diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições – espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da companhia.

Conforme previsto no artigo 56 do Estatuto Social, a Companhia poderá indenizar e manter indenes seus Administradores e membros independentes do Comitê de Auditoria e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, conforme acordos de indenidade que venham a ser celebrados entre a Companhia e os respectivos Beneficiários.

Nesse sentido, a Companhia celebrou acordo de indenidade com o propósito de garantir a certos Beneficiários a estabilidade necessária para exercer suas funções de forma segura e previsível, fornecendo proteção contra riscos inerentes ao desempenho de suas atribuições e dos negócios da Companhia ("Acordo de Indenidade"), a Companhia assumiu compromisso de indenidade em caráter suplementar à apólice de seguro de

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

responsabilidade civil de diretores e administradores ("Apólice D&O") contratada pela Companhia. Os termos e condições do Acordo de Indenidade foram aprovados pelos acionistas da Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de setembro de 2020.

O Acordo não prevê limite de valor à indenização oferecida e prevê que o Beneficiário será reembolsado e/ou indenizado despesas, perdas e danos a seu patrimônio pessoal, presentes e/ou futuros, bem como custos de defesa, gastos com a contratação de garantias necessárias à defesa processual, pagamento de renda em virtude de bloqueio de bens ou indisponibilidade de conta bancária, incluindo multas, honorários advocatícios relacionados a processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos instaurados contra o Beneficiário em função do cargo que ocupa na Companhia. O prazo da obrigação de indenizar é de 5 (cinco) anos contados do término do mandato de cada Beneficiário, ou enquanto estiverem pendentes de decisão judicial definitiva os processos em andamento ou o decurso do prazo prescricional, prevalecendo o que ocorrer por último.

A indenização oferecida pelo Acordo de Indenidade abrange situações não cobertas pela Apólice D&O acima descrita, excetuados os seguintes casos:

- (a) violação intencional de lei, de deveres fiduciários do Beneficiário, ou do Estatuto Social da Companhia;
- (b) qualquer conduta ativa ou passiva do Beneficiário de má-fé, culpa grave equiparável ao dolo ou mediante fraude;
- (c) desvio de finalidade;
- (d) divulgação de informação estratégica e confidencial contra os interesses da Companhia, ou fora da esfera de competência do cargo para o qual foi eleito;
- (e) qualquer ato doloso ou ato tipificado como crime doloso;
- (f) qualquer ato em interesse próprio e em detrimento da Companhia;
- (g) qualquer ato fora do exercício das atribuições do Beneficiário;
- (h) prática de abandono do cargo; e
- (i) indenização, despesas ou valores pagos ao Beneficiário no âmbito das coberturas cabíveis de qualquer apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros - D&O.

Além disso, o Acordo de Indenidade cobre eventuais multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelo Beneficiário, exceto caso tal multa ou condenação se enquadre em uma das exceções descritas acima.

Os efeitos do Acordo de Indenidade estendem-se a todos os atos já praticados pelo Beneficiário desde a sua nomeação para exercício do cargo.

Assim, a Companhia esclarece que tanto a cobertura de multas decorrentes de condenação em ação penal, desde que não enquadrada em uma das exceções, e os efeitos do Acordo de Indenidade estão no melhor interesse da Companhia pois se trata de cobertura suplementar à Apólice de D&O. Assim, os Beneficiários têm mais estabilidade e segurança no processo decisório e condutor dos negócios. Ainda, a Companhia reitera que a

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

indenização não se aplica às hipóteses em que o Beneficiário tenha agido com dolo, fora do exercício de funções, tenha violado qualquer lei aplicável, bem como tenha agido de má-fé, culpa grave equiparável ao dolo ou mediante fraude.

Para executar o Acordo de Indenidade, o Beneficiário que se torne parte de qualquer processo relacionado ao desempenho de suas funções na Companhia, nos termos do Acordo de Indenidade, deverá notificar extrajudicialmente a Companhia. A Companhia poderá solicitar esclarecimentos e poderá patrocinar a defesa do Beneficiário e tomar as medidas cabíveis.

Caso o Beneficiário omita ou retarde injustificadamente a prestação de esclarecimento solicitados de forma a prejudicar sua adequada defesa, a Companhia ficará desobrigada de suas obrigações de indenizar o Beneficiário sob o Acordo de Indenidade.

Após todos os esclarecimentos prestados, o Conselho de Administração deverá deliberar se o evento é passível de indenização, sendo que caso o Beneficiário seja membro do Conselho de Administração ele estará impedido de votar.

A Companhia informa ainda que adotou a prestação de compromisso de indenidade, não em substituição, mas como suplemento à Apólice D&O, haja vista que sua cobertura extrapola o que é usualmente coberto por seguros de responsabilidade civil, de modo que não há prêmios de cobertura similar.

Dante das informações acima, a Companhia entende que o compromisso de indenidade está no melhor interesse da Companhia porque nos casos em que se aplica o acionamento do Acordo de Indenidade, o compromisso de indenidade atua de forma suplementar à Apólice D&O, sendo imprescindível para que a administração da Companhia possa contar com um esteio de segurança jurídica que traga estabilidade ao processo decisório e condutor dos negócios, inclusive no que tange à adoção das medidas legalmente cabíveis que sirvam à defesa dos interesses da Companhia.

## 7.8 Outras informações relevantes

### **Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGOE	30/04/2024	77,72%	NÃO
AGD	21/12/2023	100%	NÃO
AGE	08/09/2023	85,05%	NÃO
AGOE	28/04/2023	89,50%	NÃO
AGOE	29/04/2022	88,50%	NÃO
AGE	08/04/2021	100%	NÃO
AGE	24/03/2021	100%	NÃO
AGE	04/03/2021	100%	NÃO
AGE	05/03/2021	100%	NÃO
AGE	05/03/2021	100%	NÃO
AGE	17/02/2021	100%	NÃO

### **Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia**

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

### **MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC**

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

### **SEGMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO**

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo

## 7.8 Outras informações relevantes

de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 7.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

**(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A política de remuneração da Companhia, aprovada em 28 de abril de 2022 pelo Conselho de Administração, possui por premissa uma metodologia indicada pela Mercer (empresa de consultoria global), que é atualizada com frequência. A política de remuneração está disponível para consulta no website da Companhia:

<https://ri.alliedbrasil.com.br/listgroup.aspx?idCanal=FPKg4NUAx4WiJrh8j9YKfw==>

A referida política possui como princípios, objetivos e diretrizes principais:

- (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os diretores estatutários, os diretores executivos, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês instituídos pela Companhia ("Executivos") na condução dos negócios da Companhia de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

**(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da remuneração individual dos membros da Administração da Companhia, após a fixação do valor globalmente aprovado pela Assembleia de Acionistas. Nesse processo, o Conselho de Administração conta com os trabalhos realizados no âmbito do Comitê de Recursos Humanos, que constantemente avalia as práticas de mercado de modo a garantir que a remuneração dos administradores esteja sempre alinhada com a política interna supramencionada e com o padrão praticado por outras companhias de tamanho e setores similares, contribuindo para a atração e retenção de talentos, bem como com o crescimento sustentável dos negócios da Companhia.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e**

Para definir a remuneração individual dos membros da Administração, o Conselho de Administração, com o auxílio dos trabalhos realizados pelo Comitê de Recursos Humanos, realiza uma análise da posição ocupada (ou a ser ocupada), enquadrando-a na tabela salarial da Companhia de acordo com o peso da posição que o Executivo

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

exercerá. Referida tabela salarial foi desenvolvida com o apoio da empresa de Consultoria MERCER, utilizando dados de mercados do mesmo porte e segmento ou similares, constituindo instrumento extremamente útil à fixação de uma remuneração competitiva aos administradores, alinhada com os interesses de longo prazo da Companhia.

A utilização de pesquisas de mercado, possibilita à Companhia avaliar seu enquadramento aos benefícios mais atualizados oferecidos pelo mercado e competitivos com as práticas adotadas.

**(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

O Conselho de Administração avalia, no mínimo anualmente, a adequação da Política de Remuneração. Adicionalmente, cabe ao Comitê de Recursos Humanos realizar recomendações sobre possíveis alterações e adequações da Política de Remuneração ao Conselho de Administração, à luz de novas práticas de mercado.

**(c) composição da remuneração**

**(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste; e**
- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

**Conselho de Administração**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por uma remuneração fixa mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições, a qual é alinhada com práticas de mercado e às demandas exigidas pelo conselheiro em questão. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração poderão ser reembolsados pelas despesas de locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, necessárias ao desempenho de sua função.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ter direito à participação no plano de opção de compra de ações, observados os regramentos definidos no plano mencionados nesta Seção 8 deste Formulário de Referência. A Companhia esclarece que incluiu os planos de opção de compra de ações como forma de remuneração, neste Formulário de Referência, exclusivamente por ser uma determinação da CVM, uma vez que, na opinião da Companhia, os planos de opção de compra de ações possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil e não se enquadram como "remuneração" para quaisquer fins legais.

Cumpre esclarecer que 01 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia que é representante dos FIPs Brasil I e II não é remunerado pela Companhia para estas atividades. Exceto por este fato, não há critérios específicos

## 8.1 Política ou prática de remuneração

para determinar se um membro do Conselho de Administração é, ou não, remunerado, sendo que todos os demais membros do Conselho de Administração são remunerados.

Para mais informações sobre os membros do Conselho de Administração não remunerados pela Companhia vide item 8.15 desse Formulário de Referência.

### **Diretoria Estatutária**

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa mensal, definida de acordo com a negociação individual com cada um dos Diretores Estatutários, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais de mercado, principalmente advindas de empresas similares de atuação da Companhia, suportada por pesquisa do Instituto Mercer; (ii) valores a título de participação nos lucros e resultados da Companhia ("PLR"), nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR; (iii) remuneração variável na forma de bônus, a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia, como forma de retenção e/ou premiação pelo alcance e a superação de metas individuais e da Companhia; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica e odontológica aos diretores e dependentes cobertos, bem como seguro de vida, estacionamento, vale-refeição e Gympass.

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia poderão ter direito à participação no plano de opção de compra de ações, observados os regramentos definidos no plano mencionados nesta Seção 8 deste Formulário de Referência. A Companhia esclarece que incluiu os planos de opção de compra de ações como forma de remuneração, no Formulário de Referência, exclusivamente por ser uma determinação da CVM, uma vez que, na opinião da Companhia, os planos de opção possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil e não se enquadram como "remuneração" para quaisquer fins legais.

### **Diretoria Executiva Não-Estatutária**

Os membros da Diretoria Executiva Não-Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa mensal, definida de acordo com a negociação individual com cada um dos Diretores Não-Estatutários, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais de mercado, principalmente advindas de empresas similares de atuação da Companhia, suportada por pesquisa do Instituto Mercer; (ii) valores a título de PLR, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR; (iii) remuneração variável na forma de bônus, a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia, como forma de retenção e/ou premiação pelo alcance e a superação de metas individuais e da Companhia; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica e odontológica, incluindo seus dependentes legais, seguro de vida, estacionamento, vale-refeição e Gympass.

Os membros da Diretoria Executiva Não-Estatutária da Companhia poderão ter direito à participação no plano de opção de compra de ações, observados os regramentos definidos no plano mencionados nesta Seção 8 deste Formulário de Referência. A Companhia esclarece que incluiu os planos de opção de compra de ações como forma de remuneração, neste Formulário de Referência, exclusivamente por ser uma determinação da CVM, uma vez que, na opinião da Companhia, os planos

## 8.1 Política ou prática de remuneração

de opção possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil e não se enquadram como “remuneração” para quaisquer fins legais.

### **Conselho Fiscal**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, segue o previsto no art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

### **Comitê de Auditoria**

Apenas os membros do Comitê de Auditoria que não exercem cargos em outros conselhos podem ser remunerados por seu cargo no Comitê de Auditoria. A remuneração desses membros é composta por uma remuneração fixa mensal, a qual é alinhada com práticas de mercado e às demandas exigidas pelo membro do comitê em questão.

### **Comitê de Recursos Humanos**

O Comitê de Recursos Humanos é composto por membros do Conselho de Administração da Companhia, que não recebem remuneração adicional pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Recursos Humanos.

### **Comitê Financeiro**

O Comitê Financeiro é composto por executivos da Companhia, que não recebem remuneração adicional pelo exercício do cargo de membro do Comitê Financeiro.

- **proporção de cada elemento na remuneração total**

As tabelas abaixo apresentam a proporção apurada de cada elemento na composição da remuneração total considerada 12 meses nos 3 últimos exercícios sociais:

2023	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	47,88%	44,60%	4,09%	3,44%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	48,75%	38,21%	11,78%	1,27%	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Recursos Humanos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê Financeiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	50,39%	46,22%	3,38%	0,00%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	81,28%	12,18%	6,54%	0,00%	100,00%

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

<b>2022</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Recursos Humanos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê Financeiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

<b>2021</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	91,52%	8,48%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	33,81%	57,09%	2,19%	6,90%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	61,55%	30,88%	3,77%	3,80%	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Recursos Humanos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê Financeiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

- metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A remuneração total individual dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários e Não-estatutários e dos integrantes do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com a abrangência da posição, exposição e responsabilidade da atividade a ser exercida. Assim, é utilizada uma tabela salarial definida, baseada em pesquisas de mercado, realizadas por empresa especializada, com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, comparando o mesmo tipo de segmento de negócio e porte da Companhia. Os benefícios assegurados são os mesmos por grupo de cargos (IPE), considerando as melhores práticas de mercado. Eles são elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho, por meritocracia e/ou discricionário.

A decisão de outorga de opções de compra de ações aos elegíveis (diretores executivos) é tomada pelo Conselho de Administração, em reunião formal, com ata registrada, e leva em conta a complexidade da função, desejo de retenção do profissional pela Companhia, bem como impacto nos negócios.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

O PPR dos Diretores Estatutários e Não-Estatutários está atrelado a metas anuais, que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia, e considera os resultados corporativos globais e os resultados individuais. A remuneração variável (PPR) é composta por duas frentes: 60% são representados pela meta global, indicado pelo lucro líquido da Companhia, e os outros 40% representados por metas

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

individuais que tenham impacto direto ao negócio da Companhia, tais como: capital de giro, SG&A da área, estoque, receita de vendas, entre outros. As metas definidas aos executivos são desdobradas para os demais níveis da organização, garantindo alinhamento perfeito às estratégias corporativas. A remuneração baseada em ações não é impactada por indicadores de desempenho.

### **(ii) razões que justificam a composição da remuneração**

A composição total da remuneração praticada pela Companhia tem como objetivos: a atração e retenção dos melhores talentos para o negócio, além de reconhecer o bom desempenho individual.

O pacote de remuneração da Companhia está alinhado com as expectativas praticadas pelo mercado, sendo que o salário fixo mensal baseado em pesquisa de mercado de acordo com a posição definida, e os benefícios estão alinhados às práticas similares de empresas do mesmo segmento. O PPR oferecido para todos os colaboradores oferece um diferencial para esse público, gerando alinhamento aos desafios de negócio em todos os níveis. Para posições estratégicas, o programa de opção de compra de ações garante retenção e perenidade dos negócios, especialmente em médio e longo prazo.

### **(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Um membro do Conselho representante dos FIPs Brasil I e II abdicou da remuneração pelo exercício do cargo no Conselho de Administração. Para mais informações vide item 8.15 deste Formulário de Referência.

### **(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

### **(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

## 8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,92		8,92
Nº de membros remunerados	4,00	3,92		7,92
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	960.000,00	3.898.910,34		4.858.910,34
Benefícios direto e indireto	0,00	375.579,32		375.579,32
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.188.500,00		2.188.500,00
Participação de resultados	0,00	4.904.986,66		4.904.986,66
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	300.000,00	700.000,00		1.000.000,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	1.260.000,00	12.067.976,32		13.327.976,32

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,08	3,00		9,08
Nº de membros remunerados	4,50	3,00		7,50
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.076.799,99	3.527.531,92		4.604.331,91
Benefícios direto e indireto	0,00	301.216,14		301.216,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.285.765,62		3.285.765,62
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	253.186,69		253.186,69
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	1.076.799,99	7.367.700,37		8.444.500,36

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	3,00		9,50
Nº de membros remunerados	4,50	3,00		7,50
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.040.000,00	3.457.962,91		4.497.962,91
Benefícios direto e indireto	0,00	232.250,89		232.250,89
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.171.526,07		3.171.526,07
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	1.040.000,00	6.861.739,87		7.901.739,87

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,08		8,08
Nº de membros remunerados	3,00	3,08		6,08
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	720.000,00	2.811.711,13		3.531.711,13
Benefícios direto e indireto	0,00	182.128,65		182.128,65
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	66.706,00	1.529.954,48		1.596.660,48
Participação de resultados	0,00	3.217.603,07		3.217.603,07
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	574.077,91		574.077,91
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	786.706,00	8.315.475,24		9.102.181,24

### 8.3 Remuneração Variável

**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,92		<b>8,92</b>
Nº de membros remunerados	0,00	3,92		<b>3,92</b>
Esclarecimento	Os membros do conselho de administração não possuem remuneração variável prevista para o referido exercício social.			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2188500,00		<b>2.188.500,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2188500,00		<b>2.188.500,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	544998,52		<b>544.998,52</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4904986,66		<b>4.904.986,66</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4904986,66		<b>4.904.986,66</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,08	3,00		<b>9,08</b>
Nº de membros remunerados	0,00	3,00		<b>3,00</b>
Esclarecimento	Não houve pagamento de remuneração variável para membros do Conselho de Administração.			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2500000,00		<b>2.500.000,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2500000,00		<b>2.500.000,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	475728,92		<b>475.728,92</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4312006,90		<b>4.312.006,90</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3920006,27		<b>3.920.006,27</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3285765,62		<b>3.285.765,62</b>

**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	3,00		<b>9,50</b>
Nº de membros remunerados	0,00	3,00		<b>3,00</b>
Esclarecimento	Não houve pagamento de remuneração variável para membros do Conselho de Administração.			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3000000,00	<b>3.000.000,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3000000,00	<b>3.000.000,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	508889,13	<b>508.889,13</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6344151,16	<b>6.344.151,16</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6344151,16	<b>6.344.151,16</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3171526,07	<b>3.171.526,07</b>

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,08		<b>8,08</b>
Nº de membros remunerados	1,00	3,08		<b>4,08</b>
Esclarecimento				
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	100000,00	1529954,48		<b>1.629.954,48</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	100000,00	1529954,48		<b>1.629.954,48</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	66706,00	1529954,48		<b>1.596.660,48</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	606596,95		<b>606.596,95</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4878161,94		<b>4.878.161,94</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4590974,49		<b>4.590.974,49</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3217603,07		<b>3.217.603,07</b>

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- a. Termos e condições gerais; e
- b. data de aprovação e órgão responsável

### SOP 2014

Em Assembleia Geral Extraordinária da Allied S.A. realizada em 29 de dezembro de 2014, foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações, posteriormente rerratificado em razão da incorporação da Allied S.A pela Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2016, com efeito retroativo desde 29 de dezembro de 2014 e auditado conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de março de 2017 ("SOP 2014").

O SOP 2014 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que pode, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do SOP 2014.

São elegíveis para participar do SOP 2014 os administradores, executivos, empregados, consultores e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle.

Os participantes do SOP 2014 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2014 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número total de opções a serem concedidas; (b) os prazos e condições para que a opção se torne exercível; (c) os critérios para a outorga da opção; (d) o preço de subscrição ou aquisição de ações e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício da opção (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (e) o prazo máximo para o exercício da opção ou os critérios para sua determinação; (f) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício da opção; e (g) eventuais penalidades.

A outorga de opções nos termos do SOP 2014 e dos programas é realizada mediante a celebração de contratos de opção entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração pode subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de transferência em caso de transferência pelo participante dessas mesmas ações.

O prazo máximo de vigência das opções é definido pelo Conselho de Administração.

### SOP 2018

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de setembro de 2018, foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, posteriormente retificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2019 ("SOP 2018").

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O SOP 2018 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

São elegíveis para participar do SOP 2018 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

O Conselho de Administração tem amplos poderes para implementar o SOP 2018 e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas ao SOP 2018.

Os participantes do SOP 2018 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2018 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número de opções e o respectivo preço de aquisição de tais opções; (b) os prazos e condições para que as opções se tornem exercíveis; (c) o preço de exercício das opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das opções (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (iv) o prazo máximo para o exercício das opções ou os critérios para a sua determinação; (v) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das opções; e (vi) eventuais penalidades.

Cada participante deve aderir expressamente ao SOP 2018 e ao respectivo programa, mediante assinatura de contrato de opção. Os contratos de opção devem especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade e o preço de aquisição das opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício das opções e condições de pagamento.

O Conselho de Administração pode subordinar o exercício das opções a determinadas condições, além da verificação da ocorrência de um evento de liquidez, bem como impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de transferência das ações pelo participante.

As opções deverão ser exercidas pelos participantes no prazo definido em cada um dos programas. As opções que não forem exercidas pelos respectivos participantes no prazo de exercício serão automaticamente extintas.

### **SOP 2021**

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 5 de março de 2021, foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP 2021").

O SOP 2021 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

São elegíveis para participar do SOP 2021 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração tem amplos poderes para implementar o SOP 2021 e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas com ao SOP 2021.

Os participantes do SOP 2021 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2021 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número de opções; (b) os prazos e condições para que as opções se tornem exercíveis; (c) o preço de exercício das opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das opções (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (d) o prazo máximo para o exercício das opções ou os critérios para a sua determinação; e (e) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das opções.

Cada participante deve aderir expressamente ao SOP 2021 e ao respectivo programa, mediante assinatura de contrato de opção. Os contratos de opção devem especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade das opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício das opções e condições de pagamento.

O contrato de opção poderá subordinar o exercício das opções a determinadas condições, bem como impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de transferência das ações pelo participante.

As opções deverão ser exercidas pelos participantes no prazo definido em cada um dos programas.

### **Cancelamento**

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 02 de dezembro de 2022, os seguintes Programas de Opção de Compra de Ações foram totalmente cancelados (e consequentemente as opções outorgadas no âmbito desses Programas também foram canceladas): (i) 1º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021; (ii) 3º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021; e (iii) 4º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021. Nessa mesma oportunidade, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o cancelamento de 585.213 opções outorgadas no âmbito 2º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021. As opções canceladas poderão ser novamente outorgadas por meio de novos programas, observados os termos e os limites previstos nos respectivos Planos.

Conforme deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 03 de outubro de 2023, foram canceladas 216.270 opções então vigentes, concedidas a determinados participantes no âmbito do 3º Programa de Opções de Compras de Ações do Plano 2018, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2019.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

### c. Número máximo de ações abrangidas

#### SOP 2014

Poderão ser entregues aos participantes do SOP 2014 um número de ações que não exceda 4% (quatro por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (excluídas as ações emitidas em decorrência do exercício de opções com base no SOP 2014). Se qualquer opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de opções.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do SOP 2014 venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do SOP 2014<sup>1</sup>.

#### SOP 2018

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2019<sup>2</sup>, poderão ser entregues aos participantes do SOP 2018 um número de ações que não excede, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta) ações de emissão da Companhia, ou seja, 5,10% (cinco e um décimo por cento) das ações de emissão da Companhia na data de aprovação do SOP 2018<sup>3</sup>.

Se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída, incluindo em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções que foram exercidas e com as que não tenham sido exercidas, exceto se a alteração do número de ações que compõem o capital da Companhia for em decorrência de emissão de novas ações em virtude de aumentos de capital, ocasião em que não serão realizados ajustes no número das ações a serem emitidas de acordo com as Opções.

#### SOP 2021

---

<sup>1</sup> Em 03 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão à razão de 8 ações ordinárias para 1 ação ordinária, cujas frações foram canceladas. Por sua vez, em 25 de agosto de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em Reunião do Conselho de Administração, a redução do número de opções de cada participante no âmbito do SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2020.

<sup>2</sup> Em referida Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento da quantidade de ações disponíveis para outorga no SOP 2018 de 25.478.923 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, noventas e vinte e três) para 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta). Em razão de referida deliberação, o SOP 2018 foi retificado para constar o novo limite de ações disponível no SOP 2018.

<sup>3</sup> Em 03 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão à razão de 8 ações ordinárias para 1 ação ordinária, cujas frações foram canceladas. Por sua vez, em 25 de agosto de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em Reunião do Conselho de Administração, a redução do número de opções de cada participante no âmbito do SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2020. Dessa forma, a quantidade global de opções entregues aos participantes do SOP 2018 foi reduzida de um número de ações que não excede 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta) ações de emissão da Companhia para um número de ações 4.057.310 (quatro milhões, cinquenta e sete mil, trezentas e dez) ações de emissão da Companhia.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2022, poderão ser entregues aos participantes do SOP 2021 um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia imediatamente após a oferta pública inicial (IPO) da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, numa base totalmente diluída e levando em consideração as novas ações a serem emitidas no exercício das opções nos termos do SOP 2021. As ações vinculadas às opções rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas serão novamente liberadas para a outorga futura de opções.

Se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções que foram exercidas e com as que não tenham sido exercidas. Se a alteração do número de ações que compõem o capital da Companhia for em decorrência de emissão de novas ações em virtude de aumentos de capital, não serão realizados ajustes no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções.

### d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção dá ao participante do SOP 2014 e/ou do SOP 2018 e/ou do SOP 2021 o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas/adquiridas no âmbito do SOP 2014 e/ou do SOP 2018 e/ou do SOP 2021 está sujeita ao limite descrito no item "c" acima.

### e. Condições de aquisição de ações

#### SOP 2014

As opções se tornam exercíveis na medida em que o participante permaneça continuamente vinculado como administrador, empregado, consultor ou prestador de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, a partir da data da outorga até as datas especificadas abaixo, conforme segue:

(i) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 18 (dezoito) meses contados da data de outorga ou (b) 12 (doze) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;

(ii) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 30 (trinta) meses contados da data de outorga ou (b) 24 (vinte e quatro) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;

(iii) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 42 (quarenta e dois) meses contados da data de outorga ou (b) 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;

(iv) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 54 (cinquenta e quatro) meses contados da data de outorga ou (b) 48 (quarenta e oito) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa; e

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(v) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 66 (sessenta e seis) meses contados da Data de Outorga ou (b) 60 (sessenta) meses contados da Data de Outorga, conforme definido no respectivo programa.

Não obstante o disposto acima, o exercício das opções vestidas está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

Na hipótese de um evento de liquidez em decorrência de uma transferência do controle da Companhia, os prazos de carência estabelecidos acima são antecipados e os participantes podem exercer suas opções (vestidas ou não-vestidas) dentro dos prazos a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que as opções não exercidas dentro dos referidos prazos restarão automaticamente extintas.

### SOP 2018

O Conselho de Administração define, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício, bem como a antecipação do prazo de carência na hipótese de um evento de liquidez.

O exercício das opções vestidas está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

As opções tornam-se antecipadamente exercíveis - tornando-se, portanto, opções vestidas - se verificada a ocorrência de uma Alienação<sup>4</sup>, hipótese na qual a Companhia deve notificar os participantes em até 15 (quinze) dias antes da consumação da Alienação ("Fechamento") para que os Participantes notifiquem a Companhia, em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da referida notificação, manifestando seu desejo de exercer ou não as opções vestidas. Na hipótese de Alienação, caso o participante informe à Companhia que não deseja exercer suas opções vestidas - ou deixar de notificá-la dentro do prazo referido acima -, restarão automaticamente extintas suas respectivas opções.

### SOP 2021

O Conselho de Administração definirá, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício.

### f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

#### SOP 2014

Não há preço de aquisição das opções.

O preço de exercício é determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga e é baseado no valor justo das ações da Companhia.

#### SOP 2018

<sup>4</sup> "Alienação" significa: "Transferência da totalidade das ações detidas, diretamente ou indiretamente, por fundo de investimentos geridos pela Advent International Corporation na Companhia ("Advent") a um terceiro, que não uma afiliada da Advent, ou, transferência de, pelo menos, mais que 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Companhia a um terceiro, que não afiliada da advent, desde que a advent esteja transferindo nesta operação mais do que 66% (sessenta e seis por cento) das ações que a Advent detém no capital social da Companhia".

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

O preço de aquisição das opções é fixado pelo Conselho de Administração quando da aprovação do respectivo programa e determinado a exclusivo critério do Conselho de Administração, com base em modelos e/ou metodologias de precificação de opções de ações.

O preço de exercício é fixado pelo Conselho de Administração quando da aprovação do respectivo programa e é baseado no valor justo das ações da Companhia.

### **SOP 2021**

Não há preço de aquisição das opções.

O preço de exercício corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício será fixado com base na média ponderada de cotação das ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração definir em cada programa e/ou contrato de opção se o preço de exercício será corrigido por índice de correção e/ou ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas.

### **g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

O prazo de exercício no âmbito do SOP 2014, SOP 2018 e SOP 2021 são estabelecidos pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos participantes aos dos acionistas.

### **h. Forma de liquidação**

#### **SOP 2014**

O preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante.

#### **SOP 2018**

O preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante.

#### **SOP 2021**

A forma de liquidação do preço de exercício será definida pelo Conselho de Administração em cada programa.

### **i. Restrições à transferência das ações**

#### **SOP 2014**

O Conselho de Administração pode impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de um evento de liquidez em decorrência de uma Abertura Qualificada de Capital<sup>5</sup>, os participantes somente podem transferir suas ações depois de transcorrido 2 (dois) meses ou 6 (seis) meses contados da liquidação da oferta da Abertura Qualificada de Capital, sem prejuízo de outras restrições previstas na regulamentação aplicável e/ou restrições relacionadas ou contidas no prospecto de Abertura de Capital da Companhia.

### SOP 2018

O Conselho de Administração pode impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá eventualmente estabelecer, se assim determinar quando da aprovação de cada programa, que o participante poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da companhia adquiridas no âmbito do SOP 2018 em decorrência da verificação de um Evento de Liquidez<sup>6</sup> (incluindo em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de Ações), podendo o Conselho de Administração inclusive estabelecer um período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada programa, para cada lote de ações, o qual não será superior a 12 (doze) meses a contar da data de exercício das opções.

### SOP 2021

O Conselho de Administração pode impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá eventualmente estabelecer, se assim determinar quando da aprovação de cada programa, que o participante apenas poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do plano (incluindo em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações), podendo o Conselho de Administração inclusive estabelecer um período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada programa, para cada lote de ações, o qual não será superior a 12 (doze) meses a contar da data de exercício das opções.

### j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

#### SOP 2014

O SOP 2014 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária. O término de vigência do SOP 2014 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

---

<sup>5</sup> "Abertura Qualificada de Capital" significa uma oferta pública inicial (IPO) de ações de emissão da Companhia.

<sup>6</sup> "Evento de Liquidez" significa marcos de ocorrência de um Evento de Liquidez: (i) a liquidação financeira de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia nos termos da Cláusula 5.3(i) do Plano ("IPO"); e (ii) a assinatura de contrato definitivo que caracterize a ocorrência de uma Alienação, cabendo à Diretoria da Companhia a verificação de tal ocorrência, com consequente envio de seu entendimento final por escrito em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura de referido contrato definitivo ao Conselho de Administração.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no SOP 2014 ou em contrato de opção, as opções outorgadas nos termos do SOP 2014 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso do prazo de vigência da opção;
- (c) mediante o distrato do contrato de opção;
- (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;
- (e) nas hipóteses de desligamento descritas no item "k" abaixo; ou
- (f) ocorrência de venda da totalidade das ações detidas, diretamente ou indiretamente, pelo FIP Brasil I e II.

### **SOP 2018**

O SOP 2018 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou do Conselho de Administração. O término de vigência do SOP 2018 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no SOP 2018 ou nos programas, as opções outorgadas nos termos do SOP 2018 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso do prazo de exercício das opções;
- (c) se a Companhia for dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada ou tiver aprovado plano de recuperação judicial ou extrajudicial; e
- (d) nas hipóteses de desligamento descritas no item "k" abaixo.

### **SOP 2021**

O SOP 2021 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou do Conselho de Administração. O término de vigência do SOP 2021 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

### **k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos nos planos de remuneração baseado em ações**

#### **SOP 2014**

Se, a qualquer tempo, o outorgado

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego/ ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

administrador, todas as opções vestidas e opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas;

(c) for desligado da companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) o Conselho de Administração decidirá se as opções não-vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas proporcionalmente ao tempo em que o outorgado tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas; e

(e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) o Conselho de Administração decidirá se as opções não-vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do outorgado proporcionalmente ao tempo em que o outorgado tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do outorgado mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas.

Para fins do SOP 2014, desligamento significa o término da relação jurídica de administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviço entre o outorgado e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de Administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Eventual desligamento do outorgado do cargo de administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviços da Companhia ou sociedade por ela controlada seguido de eleição e investidura ou contratação de tal outorgado para outro cargo como administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviços da Companhia ou sociedade por ela controlada não caracteriza desligamento.

O Conselho de Administração pode, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras de desligamento descritas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado participante.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Se, a qualquer tempo, o participante

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão consideradas automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções vestidas ou opções não-vestidas que não tiverem sido exercidas pelo participante até a data do desligamento serão consideradas automaticamente extintas;
- (c) (A) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou (B) desligar-se da Companhia por aposentadoria acordada com a Companhia ou invalidez permanente: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo participante quando da aquisição das opções, corrigido pelo IGP-M desde a data de aquisição das opções pelo participante até a data da efetiva recompra pela Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas; e
- (d) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo participante quando da aquisição das opções corrigido pelo IGP-M desde a data de aquisição das opções pelo participante até a data da efetiva recompra pela Companhia, sendo certo que o Conselho de Administração poderá permitir que as opções não-vestidas na data do seu desligamento sejam exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante proporcionalmente ao tempo em que o participante tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas.

Para fins do SOP 2018, desligamento significa o término da relação jurídica de administrador, executivo, empregado ou prestador de serviço entre o participante e a Companhia ou suas controladas, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez permanente

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

ou falecimento. Eventual desligamento do participante do cargo de administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas Controladas seguido de eleição e investidura ou contratação de tal participante para outro cargo como administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas não caracteriza desligamento.

O Conselho de Administração pode, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras de desligamento descritas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado participante, desde que não o prejudique.

### **SOP 2021**

Nas hipóteses de desligamento do participante, os direitos a ele conferidos de acordo com o plano poderão ser extintos ou modificados, conforme for definido pelo Conselho de Administração em cada programa e/ou contrato de opção.

## 8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

### Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,92		8,92
Nº de membros remunerados	3,00	3,92		6,92
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,410000	1,840000		2,25
Esclarecimento				----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	9,91	7,52		17,43
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

### Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,08	3,00		9,08
Nº de membros remunerados	2,83	3,00		5,83
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,390000	1,210000		1,60
Esclarecimento				----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	18,54	17,83		36,37
Perdidas e expiradas durante o exercício social	13,74	22,92		36,66
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

### Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	3,00		9,50
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,500000	1,360000		1,86
Esclarecimento				----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	17,32	16,40		33,72
Perdidas e expiradas durante o exercício social	16,74	12,97		29,71
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

### Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,08		8,08
Nº de membros remunerados	3,00	3,08		6,08
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,580000	3,010000		3,59
Esclarecimento				----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	13,79	12,61		26,40
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	15,04		15,04
Exercidas durante o exercício social	10,64	0,00		10,64

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não houve outorgas de opções nos exercícios sociais de 2021 e 2022, tendo em vista o cancelamento total do 1º, 3º e 4º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021, bem como o cancelamento parcial do 2º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de dezembro de 2022.

<b>Outorgas realizadas e previstas no exercício social corrente (2024)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	<b>5,00</b>	<b>3,92</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>3,00</b>	<b>3,92</b>
<b>SOP 2021 – Programa 7 (Realizada)</b>		
Data de outorga	N/A	17/02/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	177.221
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2026: 33,33% 2027: 33,33% 2028: 33,33%
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,84
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 148.865,64
<b>SOP 2021 – Prevista para o Exercício Social Corrente</b>		
Data de outorga	N/A	A ser aprovado pelo Conselho de Administração
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Até 1.225.449
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

<b>Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31/12/2023</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
--	----------------------------------	------------------------------

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

<b>Nº total de membros</b>	<b>6,08</b>	<b>3,00</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>2,83</b>	<b>3,00</b>
<b>SOP 2021 – Programa 5</b>		
Data de outorga	N/A	17/02/2023
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.791.694
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2024: 33,33% 2025: 33,33% 2026: 33,33%
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,87
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.558.773,78
<b>SOP 2021 – Programa 6</b>		
Data de outorga	03/10/2023	N/A
Quantidade de opções outorgadas	420.000	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2024: 33,33% 2025: 33,33% 2026: 33,33%	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,84	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 352.800,00	N/A

## 8.7 Opções em aberto

<b>Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	<b>6,08</b>	<b>3,00</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>2,83</b>	<b>3,00</b>
<b>SOP 2018</b>		
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	0,00	144.200
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	A partir de dezembro de 2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 13,74
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 0,27
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	0,00	306.491
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Até 2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 13,74
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 0,27
<b>Valor justo do total das opções no último dia do exercício social</b>	N/A	R\$ 120.871,72
<b>SOP 2021</b>		
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	420.000	1.791.694
Data em que se tornarão exercíveis	A partir de setembro de 2023	A partir de fevereiro de 2024
Prazo máximo para exercício das opções	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,50	R\$ 6,50
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,84	R\$ 0,84
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	0,00	0,00
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A

## 8.7 Opções em aberto

Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,84	R\$ 0,84
<b>Valor justo do total das opções no último dia do exercício social</b>	R\$ 352.800,00	R\$ 1.505.022,96

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não houve exercício de opções nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

<b>Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	<b>5,00</b>	<b>3,08</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>3,00</b>	<b>3,08</b>
<b>SOP 2014</b>		
Número de ações	0	638.963
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 22,11
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 28,80
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	-R\$ 4.272.618,48
<b>SOP 2018</b>		
Número de ações	72.491	1.064.161
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,86	R\$ 11,17
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 25,27	R\$ 20,74
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-R\$ 1.044.877,27	-R\$ 10.177.913,19

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui planos de ações restritas (nos quais são outorgadas ações com restrições de negociação, sejam elas tradicionais ou fantasmas – phantom shares) vigente.

## 8.10 Outorga de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui planos de ações restritas (nos quais são outorgadas ações com restrições de negociação, sejam elas tradicionais ou fantasmas – phantom shares) vigente.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui planos de ações restritas (nos quais são outorgadas ações com restrições de negociação, sejam elas tradicionais ou fantasmas – phantom shares) vigente.

## 8.12 Precificação das ações/opções

### (a) Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

### (b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas, que levam ao valor justo de cada série de opções conforme apresentado abaixo:

Série de opções	Quantidade	Prazo de Carência	Preço de Exercício <sup>(1)</sup>	Volatilidade Esperada <sup>(2)</sup>	Dividendos Esperados <sup>(3)</sup>	Taxa Livre de Risco <sup>(4)</sup>	Preço de Aquisição
1-a	3.019.098	26/02/2023	15,04	36,20%	0,0%	13,96%	10,666416
1-b	653.241	26/02/2023	18,80	36,20%	0,0%	13,96%	9,877184
2-a	2.344.224	31/05/2023	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b	90.162	01/03/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b'	90.162	08/04/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b''	90.162	01/06/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b'''	180.325	01/07/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-c	360.650	01/11/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-c'	901.625	13/12/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192

(1) Definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

(2) Volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis de distribuição e varejo de produtos eletrônicos listadas no exterior.

(3) Não foi assumida distribuição de dividendos.

(4) Taxa "DI x pré" na data-base de 30/06/2016 para os planos 1-a e 1-b e data-base de 31/05/2018 para os planos 2-a, 2-b, 2-b', 2-b'', 2-b''', 2-c e 2-c' segundo o site da B3, variável conforme o prazo de carência de cada opção.

O preço de exercício é a variável dentro de uma opção de compra de ações que permite vincular os objetivos da Companhia de médio e longo prazo com o valor desta opção. Assim, o preço de exercício foi determinado pelo Conselho de Administração com o intuito de estabelecer diferentes objetivos de crescimento e, por isso, diferentes preços de exercício foram estipulados, com base no histórico de performance da Companhia e perspectivas futuras de desempenho, levando em consideração, principalmente (i) a melhor estimativa de valor justo de mercado da Companhia quando da outorga do plano e (ii) estimativas de performance da Companhia para os anos subsequentes, de modo a alinhar os interesses dos administradores da companhia à performance de longo prazo da empresa.

## 8.12 Precificação das ações/opções

A Companhia adotou como taxa livre de risco a taxa de juros real da economia (DI x IPCA), ou seja, a diferença entre a taxa de juros nominal e a projeção de IPCA, dado que o preço de exercício é constante. A taxa livre de risco adotada para cálculo do valor da opção de cada beneficiário levou em conta o prazo de *vesting* da referida opção – escolheu-se a taxa correspondente ao intervalo (em dias) entre a data de outorga e a data de vesting. Para isso foram utilizadas as taxas publicadas para o mercado de *swap* da B3 para um período semelhante à expectativa de exercício das opções.

A definição do preço de exercício foi realizada pelo Conselho de Administração com o intuito de estabelecer diferentes objetivos de crescimento e, por isso, diferentes preços de exercício foram estipulados, com base no histórico de performance da Companhia e perspectivas futuras de desempenho, levando em consideração, principalmente (i) com base no patrimônio líquido da Companhia à época e (ii) estimativas de performance da Companhia para os anos subsequentes, de modo a alinhar os interesses dos administradores da Companhia à performance de longo prazo da empresa. Ressaltamos que a Companhia realizou um grupamento na proporção de 1 ação para 8 em 3 de fevereiro de 2020, o que alterou o número de ações e opções, de modo a dividir esse montante por 8, e o preço das ações e opções, de modo a multiplicar esse montante por 8, sem alteração nos valores patrimoniais da Companhia e de cada beneficiário do plano de opções. Desse modo, os preços de exercício definidos foram (a) R\$15,04 para o plano 1-a, que equivale a 0,9x do valor patrimonial por ação na data-base de 30 de junho de 2016 (data em que foi feito o laudo contábil para os planos 1-a e 1-b), de 15,84 na data da outorga das opções; (b) R\$18,80 para o plano 1-b, que equivale a 1,2x do valor patrimonial por ação na data-base de 30 de junho de 2016; (c) R\$10,64 para os planos 2-a, 2-b, 2-b', 2-b'', 2-b''', 2-c e 2-c', que equivale a 2,6x do valor patrimonial por ação, na data-base de 31 de maio de 2018 (data em que foi outorgado o plano 2), estimado em R\$4,08 através do método de análise de múltiplos de empresas comparáveis de distribuição e varejo de produtos eletrônicos listadas no exterior.

### (c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Observado o disposto sobre a condição de exercício das Opcões Vestidas estar condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, as opções se tornarão antecipadamente exercíveis – tornando-se, portanto, Opções Vestidas – se verificada a ocorrência de uma Alienação, hipótese na qual a Companhia deverá notificar os Participantes em até 15 (quinze) dias antes da consumação da Alienação ("Fechamento") para que os Participantes notifiquem a Companhia, em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da referida notificação, manifestando seu desejo de exercer ou não as Opções Vestidas.

Na hipótese de o Participante em questão desejar exercer as Opções Vestidas, deverá tomar todas as medidas necessárias a tal exercício, incluindo, mas não se limitando a subscrição e integralização das ações da Companhia decorrentes das Opções, no período compreendido entre a data da sua manifestação e 5 (cinco) dias antes do fechamento.

Na hipótese de o Participante em questão informar à Companhia que não deseja exercer suas Opções Vestidas – ou deixar de notificá-la dentro do prazo referido acima, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, suas respectivas Opções, ocasião em que o Participante perderá o investimento realizado na aquisição das Opções Vestidas.

### (d) Forma de determinação da volatilidade esperada

## 8.12 Precificação das ações/opções

A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis de distribuição e varejo de produtos eletrônicos listadas no exterior.

**(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Nenhuma outra característica foi incorporada.

## 8.13 Participações detidas por órgão

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Em 31/12/2023</b>		
Allied Tecnologia S.A.	6.603.983	978.551
Soudi Pagamentos Ltda.	0	0

## **8.14 Planos de previdência**

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência privada a nenhum de seus colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários.

## 8.15 Remuneração mínima, média e máxima

### Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	3,00	3,00	3,08	6,08	6,50	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,08	4,50	4,50	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	3.960.045,08	3.657.453,49	5.388.314,84	240.000,00	240.000,00	306.706,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.590.653,51	1.457.010,17	1.452.989,97	240.000,00	240.000,00	240.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.455.900,12	2.287.246,62	2.696.910,89	239.288,89	231.111,11	262.235,33

### Observações e esclarecimentos

	<b>Diretoria Estatutária</b>	
	<b>Observação</b>	<b>Esclarecimento</b>
<b>31/12/2023</b>	<p>*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.</p> <p>**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 05 membros no Conselho de Administração.</p>	
<b>31/12/2022</b>	<p>*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.</p> <p>**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 05 membros no Conselho de Administração.</p>	
<b>31/12/2021</b>	<p>*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.</p> <p>**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 03 membros no Conselho de Administração.</p>	

	<b>Conselho de Administração</b>	
	<b>Observação</b>	<b>Esclarecimento</b>
<b>31/12/2023</b>	<p>*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.</p> <p>**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 05 membros no Conselho de Administração.</p> <p>*** A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 8.2 acima.</p>	
<b>31/12/2022</b>	<p>*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.</p> <p>**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 05 membros no Conselho de Administração.</p> <p>*** A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 8.2 acima</p>	
<b>31/12/2021</b>	<p>*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.</p> <p>**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 03 membros no Conselho de Administração.</p> <p>*** A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 8.2 acima.</p>	

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

Não existe qualquer tipo de arranjo contratual ou instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

## **8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não possuía administradores ou membros do Conselho Fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

## **8.18 Remuneração - Outras funções**

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, os administradores da Companhia não receberam ou possuem a previsão de receber qualquer remuneração da Companhia que não atribuía a eles em contraprestação aos serviços prestados em razão do cargo que ocupam na Administração da Companhia.

**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

Os administradores da Companhia não recebem e nem receberam nos últimos três últimos exercícios sociais qualquer remuneração de suas controladas ou de sociedades sob controle comum.

## 8.20 Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que incluiu a descrição dos planos de opção de compra de ações nesta Seção 8 exclusivamente por ser uma determinação da CVM. Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os planos de opção descritos abaixo não se enquadram como "remuneração", para quaisquer fins legais, uma vez que os planos de opção possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil.

### **Informações complementares ao item 8.2**

A Companhia informa que a remuneração prevista para 2024 e realizada em 2023 informada no item 8.2 é líquida de encargos sociais que são ônus do empregador (INSS). Nesse sentido, a Companhia informa que o total de encargos sociais previstos para 2024 são da ordem de R\$ 1.007.993,55 e realizados em 2023 foram na ordem de R\$ 563.617,52.

Ainda, a Companhia esclarece que a remuneração total informada no item 8.2 é menor do que a remuneração total constante da Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras, uma vez que na Nota Explicativa considera a remuneração do Comitê de Auditoria.

## 9.1/9.2 Identificação e Remuneração

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>003859</b>			
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>		
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDTORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11		
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>			
02/02/2022	01/01/2022			
<b>Descrição dos serviços prestados</b>				
A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como as revisões trimestrais referente aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.				
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>				
A remuneração dos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R \$985.774,70.				
<b>Justificativa da substituição</b>				
Não aplicável.				
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>				
Não aplicável.				

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 290 - Independência, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.311/2010.

A Companhia possui a Política de Contratação de Serviços Extra-Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2022, que prevê procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados junto aos seus auditores externos, visando a evitar conflito de interesse ou perda de objetividade de seus auditores independentes.

Exceto pelo informado acima, não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas na seção 9 deste Formulário de Referência.

#### **9.4 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens anteriores

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	110	134	0	0	0
Não-liderança	394	468	0	0	0
<b>TOTAL = 1.106</b>	<b>504</b>	<b>602</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	8	178	14	42	2	0	0
Não-liderança	13	476	95	266	12	0	0
<b>TOTAL = 1.106</b>	<b>21</b>	<b>654</b>	<b>109</b>	<b>308</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	14	212	18
Não-liderança	380	461	21
<b>TOTAL = 1.106</b>	<b>394</b>	<b>673</b>	<b>39</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	1	232	11	0
Não-liderança	0	0	5	796	61	0
<b>TOTAL = 1.106</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>1028</b>	<b>72</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	4	2	0	0	0
Sudeste	478	550	0	0	0
Sul	22	50	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 1.106</b>	<b>504</b>	<b>602</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	3	0	3	0	0	0
Sudeste	21	605	107	282	13	0	0
Sul	0	46	2	23	1	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL = 1.106	21	654	109	308	14	0	0
---------------	----	-----	-----	-----	----	---	---

**Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária**

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	2	4	0
Sudeste	346	643	39
Sul	46	26	0
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL = 1.106</b>	<b>394</b>	<b>673</b>	<b>39</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

**a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico da Companhia, abrangam:**

### i. identidade autodeclarada de gênero

<b>Quantidade de empregados por declaração de gênero</b>						
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	
Empregados em posições de liderança	110	134	0	0	0	
Empregados em posições de não-liderança	394	468	0	0	0	
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>504</b>	<b>602</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

### ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

<b>Quantidade de empregados por declaração de cor e raça</b>							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Empregados em posições de liderança	8	178	14	42	2	0	0
Empregados em posições de não-liderança	13	476	95	266	12	0	0
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>21</b>	<b>654</b>	<b>109</b>	<b>308</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### iii. posição e faixa etária

<b>Quantidade de empregados por posição e faixa etária</b>						
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos		Acima de 50 anos		
Empregados em posições de liderança	14	212		18		
Empregados em posições de não-liderança	380	461		21		
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>394</b>	<b>673</b>		<b>39</b>		

<b>Quantidade de empregados por posição e localização geográfica</b>						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Empregados em posições de liderança	0	0	1	232	11	0
Empregados em posições de não-liderança	0	0	5	796	61	0
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>1028</b>	<b>72</b>	<b>0</b>

<b>Quantidade de empregados por declaração de gênero</b>						
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	
Norte	0	0	0	0	0	
Nordeste	0	0	0	0	0	
Centro-Oeste	4	2	0	0	0	
Sudeste	478	550	0	0	0	
Sul	22	50	0	0	0	
Exterior	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>504</b>	<b>602</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

<b>Quantidade de empregados por localização geográfica declaração de cor e raça</b>							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	3	0	3	0	0	0
Sudeste	21	605	107	282	13	0	0
Sul	0	46	2	23	1	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>21</b>	<b>654</b>	<b>109</b>	<b>308</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>Quantidade de empregados por posição e faixa etária</b>			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	2	4	0
Sudeste	346	643	39
Sul	46	26	0
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>394</b>	<b>673</b>	<b>39</b>

### iv. outros indicadores de diversidade que a Companhia entenda relevantes

<b>Quantidade de empregados com deficiência por declaração de cor e raça</b>							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Empregados portadores de deficiência	1	27	7	12	0	0	0
Empregados não portadores de deficiência	20	627	102	296	14	0	0
<b>TOTAL DE EMPREGADOS</b>	<b>21</b>	<b>654</b>	<b>109</b>	<b>308</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

A tabela abaixo apresenta a quantidade de funcionários de empresas de serviços terceirizados alocados nas operações da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**Número total de terceirizados** **203**

#### Por grupos

Segurança	23
Paisagismo	1
Manutenção Preventiva - Escritório e CD's	2
Manutenção Preventiva - Lojas	5
Limpeza CD e Escritórios	9
Limpeza Lojas	91
Operacional (Centros de Distribuição)	72

#### Por localização geográfica

AC	0
AL	0
AM	0
BA	0
CE	0

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

DF	0
ES	78
GO	0
MA	0
MG	25
MS	1
MT	0
PA	0
PB	0
PE	0
PR	12
RJ	16
RN	0
RO	0
RS	0
SC	0
SE	0
SP	71
TO	0

### c. índice de rotatividade

A construção do índice de rotatividade é feita tomando-se (i) o número total de funcionários desligados (voluntaria ou involuntariamente) ao longo de um exercício social completo e (ii) dividindo este valor pela média mensal de funcionários ativos durante o mesmo período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	1.195	751	0,63

## 10.2 Alterações relevantes

Além da rotatividade no setor varejista ser alta, a Companhia passou por uma redução no seu quadro de colaboradores em razão do encerramento de suas operações de varejo no modelo Store-in-Store em 2022, encerramento este que justifica a redução do seu quadro de colaboradores ainda em 2023, especialmente daqueles atuantes nas áreas corporativas.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### a. política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Remuneração como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração atrativa, compatível com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; remuneração de maneira meritocrática e alinhada aos resultados. A definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais apoia a transparência e a retenção dos talentos.

Em 2019, a Companhia realizou uma importante reestruturação da Política de Remuneração. O principal eixo desta reestruturação foi a adequação de cargos e salários às melhores práticas de mercado. A Companhia se apoiou em estudos realizados por uma das principais consultorias de remuneração no mercado brasileiro. Estes estudos trouxeram subsídios para o alinhamento de cargos e salários da Companhia com outros cargos de mercado cujo escopo é similar e, adicionalmente, em empresas de segmentos correlatos aos que a Companhia atua.

Os salários dos funcionários são ajustados anualmente de acordo com os termos da Convenção Coletivas de Trabalho celebradas em cada região que a Companhia possui colaboradores. Além disso, existe um programa de meritocracia que ocorre duas vezes ao ano, nos meses de março e setembro, cujo objetivo é reconhecer o bom desempenho, o potencial e o comprometimento de colaboradores selecionados durante o período avaliado. Para decidir os colaboradores que serão agraciados com o programa de meritocracia, a Companhia utiliza ferramentas de avaliação por competências, de forma a tornar a decisão menos subjetiva e mais analítica.

Em adição aos salários, há na Companhia duas formas diferentes de remunerações variáveis. São elas:

- (a) Para equipes comerciais: remuneração variável baseada no atingimento de metas individuais mensais.
- (b) Para todos os funcionários: Programa de Participação em Resultados, que por sua vez possui dois tipos de enquadramento:
  - a. Baseado somente em metas globais da Companhia, usualmente Lucro Líquido, e aplicável, na maior parte dos casos, a cargos que não são de liderança ou de gestão de equipes.
  - b. Baseado em metas globais da Companhia, usualmente Lucro Líquido, e em metas individuais. Na maior parte dos casos, esta modalidade do Programa de Participação em Resultados é direcionada para cargos de liderança ou de gestão de equipes.

Em ambos os casos, o Programa de Participação em Resultados possui um mecanismo de remuneração baseado em múltiplos de salários do funcionário, variando de acordo com o cargo.

A Companhia acredita que estes programas de remuneração variável incentivam o alinhamento de todo o corpo de funcionários com os objetivos estratégicos da Companhia e criam um ambiente convergente aos desafios de negócio.

### b. política de benefícios

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso, e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

Os colaboradores são elegíveis aos benefícios concedidos de acordo com o cargo atual e convenções coletivas. São eles:

- i. **Assistência Médica e Odontológica:** A Companhia oferece aos colaboradores e seus dependentes legais a assistência médica e odontológica administrada por uma rede de serviços de saúde qualificada e credenciada pela Companhia, buscando atender todas as localidades onde os colaboradores estão alocados. Para o plano odontológico, o colaborador escolhe o tipo de plano que irá fazer adesão de forma opcional. Para o plano de assistência médica, existe definição de categoria do plano para cada cargo.
  - ii. **Vale Refeição ou Vale Alimentação:** Todos os colaboradores têm opção de escolher o que melhor se enquadra ao seu interesse. O valor é o mesmo para os dois casos. Porém, se o colaborador optar por cartão de vale alimentação, deve utilizar em redes de mercados, ou se for vale refeição, para utilização prioritária em restaurantes. O valor é determinado de acordo com cada região ou CNPJ e é baseado em resultados de pesquisa de mercado com empresa especializada.
  - iii. **Convênio farmácia:** a Companhia tem convênio na qual os colaboradores têm descontos na compra de medicamentos em farmácias conveniadas.
  - iv. **Seguro de Vida:** 100% dos colaboradores estão cobertos pelo seguro de saúde em grupo. Este benefício é totalmente subsidiado pela Companhia. Além do respaldo financeiro à família, é oferecido auxílio-funeral.
  - v. **Vale Transporte:** O vale transporte é garantido aos colaboradores que fizerem a opção deste benefício. A Companhia se reserva ao desconto de 6% do salário, de acordo com a legislação, limitado ao valor do vale transporte pago.
  - vi. **Cartão de Natal:** Em dezembro, cada colaborador recebe um valor simbólico através de créditos no vale refeição ou vale alimentação, ou, ainda, através de um cartão de crédito pré-pago.
  - vii. **Gympass:** A Companhia oferece aos seus colaboradores o acesso a academias, entre outros, através da plataforma Gympass. A adesão é opcional e o colaborador escolhe o tipo de plano.
  - viii. **Programa Bebê Allied:** as colaboradoras gestantes recebem uma cartilha com informações sobre gestação, parto e pós-parto. Após o nascimento, a Companhia envia um Kit Bebê Allied para a mamãe.
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os Planos de outorga de opções de ações divulgados no item 8.4 deste Formulário de Referência também são aplicáveis aos executivos e empregados da Companhia. Para mais informações, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

**d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social**

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023</b>		
<b>Maior remuneração individual reconhecida</b>	<b>Mediana da remuneração individual dos empregados</b>	<b>Razão entre a maior remuneração e a mediana</b>
3.960.045,08	55.619,09	71,2

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Os colaboradores da Companhia são representados, na sua maioria, pelo Sindicato dos Comerciários de cada município e região que a empresa atua, conforme tabela abaixo. A Companhia preza por um relacionamento com os sindicatos baseado na transparência e sempre cumpriu todas as solicitações, sem ter registrado casos de greves, manifestações ou quaisquer tipos de paralizações no trabalho, durante toda a sua história.

Nome do Sindicato	Data Base	Base Territorial	Categoria
SINDICATO EMPREG COMERCIO DE MACAE	Agosto	MACAE	Comércio
SINDICATO DO COMER DE UBERLANDIA	Dezembro	UBERLANDIA	Comércio
SIND EMPREG COMER MONTES CLAROS	Fevereiro	MONTES CLAROS	Comércio
SIND DOS EMP DO COM DE DUQUE DE CAXIAS	Janeiro	DUQUE DE CAXIAS	Comércio
SIND EMPREG COMER CONTAGEM	Julho	CONTAGEM	Comércio
SINDICATO DOS EMPREG NO COM VAR SHOP CENTERS DE LONDRINA	Julho	LONDRINA	Comércio
SIND DOS EMPR COMERC.DE NITEROI E SAO GONCALO	Julho	NITEROI	Comércio
SINDICATO DO COMERCIO DE MARINGA	Junho	MARINGA	Comércio
SINDIC EMPREG COMERCIO DISTRITO FEDERAL	Maio	BRASILIA	Comércio
SIND TRAB EMP SHOP CENTER DE CURITIBA	Maio	CURITIBA	Comércio
SIND. TRAB. COMERCIO NOVA IGUACU	Maio	NOVA IGUACU	Comércio
SIND DOS EMPREG NO COM DE PONTA GROSSA	Maio	PONTA GROSSA	Comércio
SIND DOS EMP NO COM DO RIO DE JANEIRO	Maio	RIO DE JANEIRO	Comércio
SINDICATO DO COMERCIO DE ANGRA DOS REIS	Março	ANGRA DOS REIS	Comércio
SIND EMPRE COMER BELO HORIZONTE E REGIAO	Março	BELO HORIZONTE	Comércio
SIND EMPREGADOS NO COMERCIO DE CURITIBA	Março	CURITIBA	Comércio
SINDICATO DOS EMPR COMERCIO DE NITEROI	Março	NITEROI	Comércio
SINDICAT COMERCIO VAREJISTA CAMPO GRANDE	Novembro	CAMPO GRANDE	Comércio
SIND DOS EMPR NO COM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	Novembro	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Comércio
SIND DOS EMP COM DE SAO JOAO DO MERITI	Novembro	DUQUE DE CAXIAS	Comércio
SIND COMER ATAC DISTR ESPÍRITO SANTO	Novembro	VITORIA	Comércio
SINDICATO EMPREG COMERCIO DE GUARULHOS	Outubro	GUARULHOS	Comércio
SIND EMPREG COMER IPATINGA	Outubro	IPATINGA	Comércio
SIND EMPREG COMER JUIZ DE FORA	Outubro	JUIZ DE FORA	Comércio
SIND DOS EMPR NO COM DE SANTO ANDRE	Outubro	SANTO ANDRE	Comércio
SIND EMPREG COMERCIO DE SANTOS	Outubro	SANTOS	Comércio
SIND EMPREG COMER ARACATUBA	Setembro	ARACATUBA	Comércio
SIND EMPREG COMER ARARAQUARA	Setembro	ARARAQUARA	Comércio
SIND EMPREGADOS NO COMERCIO DE BARRETOS	Setembro	BARRETOS	Comércio
SINDICATO DOS EMPR NO COM DE BAURU	Setembro	BAURU	Comércio
SIND DOS EMPR NO COMERCIO DE BRAGACA PTA	Setembro	BRAGANCA PAULISTA	Comércio
SINDICATO DOS EMPR NO COM DE CAMPINAS	Setembro	CAMPINAS	Comércio
SINDICATO DO COMERCIO DE COTIA	Setembro	COTIA	Comércio
SIND EMPREG COMER FRANCA	Setembro	FRANCA	Comércio
SIND DOS EMP NO COMER DE GUARATINGUETA	Setembro	GUARATINGUETA	Comércio
SIND EMPREG COMER ITU E REGIAO	Setembro	ITU	Comércio
SIND DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ITU (INDAIATUBA)	Setembro	ITU	Comércio
SIND DOS EMPREGAGOS NO COMERCIO DE JAU	Setembro	JAU	Comércio
SINDICATO DOS EMPREG DO COM DE JUNDIAI	Setembro	JUNDIAI	Comércio
SINDICATO DOS EMPREG DO COM DE JUNDIAI (VAREJISTA)	Setembro	JUNDIAI	Comércio
SIND EMPREG COMER LIMEIRA	Setembro	LIMEIRA	Comércio
SIND DOS EMPREG NO COMERCIO DE MARILIA	Setembro	MARILIA	Comércio
SIND EMP COMER MOGI DAS CRUZES E REGIAO	Setembro	MOGI DAS CRUZES	Comércio
SIND EMPREG NO COM DE OSASCO E REGIAO	Setembro	OSASCO	Comércio
SINDICATO DOS EMP NO COM DE PIRACICABA	Setembro	PIRACICABA	Comércio
SIND EMP NO COM DE PRESIDENTE PRUDENTE	Setembro	PRESIDENTE PRUDENTE	Comércio
SIND DOS EMPREG COMER DE RIBEIRAO PRETO	Setembro	RIBEIRAO PRETO	Comércio

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

SIND EMPREG COMER STA BARBARA D OESTE	Setembro	SANTA BARBARA D OESTE	Comércio
SIND EMPREG COMER SAO CARLOS E REGIAO	Setembro	SAO CARLOS	Comércio
SIND EMP DO COM DE SAO JOSE DO RIO PRETO	Setembro	SAO JOSE DO RIO PRETO	Comércio
SIND EMP DO COM DE SAO JOSE DOS CAMPOS	Setembro	SAO JOSE DOS CAMPOS	Comércio
SINDICATO DOS COMERCIARIOS DE SAO PAULO	Setembro	SAO PAULO	Federação
SINDICATO DOS COMERCIARIOS DE SAO PAULO (SINCOELETTRICO)	Setembro	SAO PAULO	Comércio
SINDICATO DOS EMP DO COM DE SOROCABA	Setembro	SOROCABA	Comércio
SINDICATO DOS EMP DO COM DE SOROCABA (VOTORANTIM)	Setembro	SOROCABA	Comércio
SIND EMPREGADOS COMER TAUBATE	Setembro	TAUBATE	Comércio

## 10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta Seção 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

A "Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo Conflito de Interesse" ("Política"), foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de julho de 2020, e visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de Condições de Mercado (conforme definido na Cláusula 2.3), prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Os acionistas da Companhia, os administradores e seus suplentes, e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges devem reportar ao Departamento Jurídico da Companhia quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, a despeito do montante e de ter sido realizada dentro do curso normal dos negócios, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social e da Política.

Na análise de transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável, deverá verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observância às condições de mercado. Em sua análise, deverão observar os seguintes pontos:

- (i) se há motivos claros que justifiquem a realização da transação com a parte relacionada;
- (ii) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes;
- (iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;
- (iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;
- (v) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e
- (vi) a observância aos princípios e regras da Política.

Ainda segundo a Política, são vedadas as seguintes transações com partes relacionadas:

- (i) realizadas em condições que não sejam as condições de mercado; e
- (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
  - (a) aos administradores e membros dos conselhos fiscal, se instalado, ou administrativo ou comitês, estatuários ou não, e seus

## 11.1 Regras, políticas e práticas

respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);

- (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e
- (c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

Adicionalmente, é vedada a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia. Não obstante, na hipótese de qualquer membro do Conselho de Administração ter conflito de interesses com a Companhia em discussões de contratação com partes relacionadas, este membro será impedido de participar das discussões relacionadas a tal contratação.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SILVIO STAGNI	01/09/2021	14.043.695,56	7.737.848,76	R\$ 14.043.695,56	Indeterminado	Não aplicável.
<b>Relação com o emissor</b>	Administrador					
<b>Objeto contrato</b>	N/					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Valores a receber relacionados a compras de opções de ações.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
<b>Especificação Posição Contratual</b>						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

### **n. Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Silvio Stagni

O saldo foi originado em razão do exercício de opções de compra nos termos em que aprovado pela Assembleia Geral da Companhia e devidamente referendado pelo Conselho de Administração.

### **o. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Silvio Stagni

Não se aplica o conceito de comutatividade tendo em vista que não possuem relação comercial com a Companhia. Sua qualificação como parte relacionada decorre dos cargos que ocupam.

### **11.3 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
27/05/2024	Não aplicável	1.023.690.322,55
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
93.563.642	0	93.563.642

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
27/05/2024	Não aplicável	1.023.690.322,55
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
93.563.642	0	93.563.642

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
27/05/2024	Não aplicável	1.023.690.322,55
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
93.563.642	0	93.563.642

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
01/12/2021		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
100.000.000	0	100.000.000

## 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

- a. direito a dividendos;**
- b. direito de voto;**
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:**
  - i. condições;**
  - ii. efeitos sobre o capital social;**
- d. direitos no reembolso de capital;**
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle;**
- f. restrições à circulação;**
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários;**
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:**
  - i. hipóteses de resgate;**
  - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate;**
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação;**
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável;**
- k. outras características relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	5ª Emissão
<b>Data de emissão</b>	26/05/2022
<b>Data de vencimento</b>	26/12/2028
<b>Quantidade Unidade</b>	296.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	296.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	247.409.537,49
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 26 de dezembro de 2025, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento das Debêntures. O valor do Resgate Antecipado Total Facultativo devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Total Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Total Facultativo e a Data de Vencimento das Debêntures
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Em virtude de restrições do sistema, as Características dos Valores Mobiliários se encontram disponíveis no item 12.9 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Somente com aprovação de no mínimo de 90% das debêntures em circulação.
<b>Outras características relevantes</b>	N/A
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	6ª Emissão
<b>Data de emissão</b>	15/12/2023
<b>Data de vencimento</b>	15/12/2028
<b>Quantidade Unidade</b>	225.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	225.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	216.124.723,33
<b>Restrição a circulação</b>	Sim

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Descrição da restrição</b>	Nos termos do artigo 26, V, da Resolução CVM 160, as Debêntures apenas poderão ser destinadas para Investidores Profissionais, observado que as Debêntures poderão ser revendidas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) livremente entre Investidores Profissionais (conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30); (ii) Investidores Qualificados (conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM 30) após decorridos 6 meses; e (iii) o público investidor em geral após decorrido 1 ano, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, condicionado, ainda, ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento das Debêntures, nos termos e condições previstos na escritura de emissão. O valor do Resgate Antecipado Total Facultativo devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Total Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Total Facultativo e a Data de Vencimento das Debêntures.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Em virtude de restrições do sistema, as Características dos Valores Mobiliários se encontram disponíveis no item 12.9 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Somente com aprovação de no mínimo de 90% das debêntures em circulação.
<b>Outras características relevantes</b>	N/A

**12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	3

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações de emissão da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código ALLD3, listadas no segmento do Novo Mercado.

## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

### **(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Os recursos líquidos captados por meio da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia foram destinados para: (i) investimentos em sistemas e plataformas de tecnologia; (ii) financiamento da carteira de serviços financeiros (expansão da Soudi); e (iii) aquisições oportunísticas de novos negócios; e novas lojas.

Os recursos líquidos captados por meio da 5ª emissão de debêntures foram integralmente destinados para gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Os recursos líquidos captados por meio da 6ª Emissão de debêntures, realizada no âmbito de otimização do perfil de endividamento Companhia de forma a alongar o prazo de amortização de seus passivos bancários, foram destinados (i) para liquidação da totalidade do saldo devedor das dívidas da Emissora representadas pelas debêntures emitidas no âmbito da 4ª (quarta) emissão da Companhia, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Allied Tecnologia S.A." ("Escritura da 4ª Emissão"), celebrado em 10 de dezembro de 2019.; e (ii) para a gestão do capital de giro da Companhia.

### **(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Até a data base deste Formulário de Referência, não houve qualquer desvio.

### **(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável pois não houve desvio.

## 12.9 Outras informações relevantes

### Informação adicional ao item 12.1

Considerando que a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80/22, conforme alterada, em seu item 12.1 "e" requer informações sobre o "*capital autorizado, informando o limite remanescente para novas emissões, em quantidade de ações ou valor do capital*", segue tabela abaixo contendo as informações requeridas acerca do capital autorizado:

<b>Tipo de Capital</b>	Capital Autorizado		<b>Data da autorização ou aprovação</b>	01/12/2021					
<b>Valor do capital (reais)</b>	-		<b>Prazo de integralização</b>	-					
<b>Unidades</b>									
<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	100.000.000	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	0	<b>Quantidade total de ações</b>	100.000.000				
<b>Capital Social por classe de ações</b>									
<b>Classe de ação preferencial</b>	0		<b>Quantidade de ações</b>	0					
<b>Outros títulos conversíveis em ações</b>									
<b>Título</b>	-		<b>Condições para conversão</b>	-					
<b>Limite remanescente para novas emissões, em quantidade de ações</b>									
86.057.993									

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía pendência de homologação de aumento ou redução de capital social por parte de órgão regulador.

Em 03 de fevereiro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 8 (oito) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social.

Em 19 de outubro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, os acionistas aprovaram a aquisição, pela Companhia, e o posterior cancelamento, sem redução do capital social de 1.285.416 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que foram subscritas e integralizadas pelos Participantes do Plano por meio do exercício das suas opções de compra de ações, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de setembro de 2020 ("RCA 08/09/2020"), pelo respectivo valor integralizado por cada um dos Participantes, mediante débito do mesmo valor em reserva de capital. A recompra e posterior cancelamento foram realizados em razão do cancelamento do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme aprovado pela RCA de 08/09/2020.

### Informação adicional ao item 12.3

## 12.9 Outras informações relevantes

Informações sobre a 5ª Emissão de Debêntures mencionada no item 12.3 deste Formulário de Referência.

### Características dos valores mobiliários

#### **(I) Vencimento Antecipado:**

(i.) Evento de Inadimplemento Automático: (a) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) e/ou prevista na escritura, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil (conforme definido na escritura de emissão) contado da data do respectivo inadimplemento; (b) utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão (conforme definido na escritura de emissão) em destinação diversa daquela prevista na escritura; (c) invalidade, nulidade ou inexequibilidade da escritura, do Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer das disposições de referidos instrumentos, mediante decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Companhia por meio das medidas legais aplicáveis no (c.1) prazo legal, quando houver, ou (c.2) na ausência de prazo legal, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) a contar da ciência da Companhia sobre tal invalidade, nulidade ou inexequibilidade; (d) questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) peia Companhia ("Controlada") da escritura, do Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer de suas disposições; (e) cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos da escritura, excetuada as hipóteses de sucessão legal no âmbito de uma Operação Societária Autorizada (conforme definido na escritura de emissão); (f) (f.1) cessação das atividades da Companhia ou adoção de quaisquer medidas voltadas à liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer Controladora (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão), exceto se decorrente de uma Operação Societária Autorizada (conforme definido na escritura de emissão); (f.2) decretação de falência da Companhia, de qualquer Controladora (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão); (f.3) pedido de autofalência formulado pela Companhia, de qualquer Controladora (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão); (d) pedido de falência da Companhia, de qualquer Controladora (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão), formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, de qualquer Controladora (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão), independentemente do deferimento do respectivo pedido; (g) transformação da forma societária da Companhia de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (h) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo a Companhia, qualquer Controladora (conforme definido na escritura de emissão) e/ou qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) ("Operações Societárias"), exceto se tal Operação Societária (h.1) for realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo econômico da Companhia, desde que não corresponda à cisão, fusão e/ou incorporação da própria Companhia; (h.2) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da própria Companhia, se for assegurado aos Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debênture (conforme definido na escritura de emissão)s de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definidos na escritura de emissão), conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão), calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na escritura de emissão) ou a data de pagamento da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate, e dos Encargos Moratórios (conforme definido na escritura de emissão), se houver, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (h.3) exclusivamente no caso de incorporação ou incorporação de ações de terceiros pela Companhia, desde que não haja descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido na escritura de emissão) (as operações previstas nos subitens "(h.1)", "(h.2)" e "(h.3)", em conjunto, "Operações Societárias Autorizadas"); ou (h.4) for previamente autorizada por Debenturistas (conforme definido

## 12.9 Outras informações relevantes

na escritura de emissão) representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão); (i) alteração do controle societário direto ou indireto da Companhia e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão), exceto (i.1) em caso de eventuais ofertas subsequentes de ações (follow-on) da Companhia; ou (i.2) se for previamente autorizada por Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão); (j) redução de capital social da Companhia sem o consentimento prévio dos Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão), na forma prevista na escritura, exceto se realizada para absorção de prejuízos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (k) declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) (ainda que na condição de garantidora), incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, perante qualquer outro credor ou grupo de credores, neste caso, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (l) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão); ou (m) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na escritura, no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou nos demais documentos da Emissão era falsa e/ou enganosa na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão) e/ou na data da respectiva formalização dos demais documentos da Emissão.

(ii.) Evento de Inadimplemento Não Automático: (a) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura ou no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão), não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) contado da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico; (b) caso a Garantia Real (conforme definido na escritura de emissão) (b.1) seja anulada por decisão judicial não revertida dentro do prazo legal ou na ausência de prazo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias, sem a sua substituição pela Companhia no prazo e forma previstos no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão), (b.2) de qualquer outra forma, deixe de existir ou seja rescindida, sem a sua substituição pela Companhia no prazo e forma previstos no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão), ou (b.3) não seja reforçada ou substituída quando solicitado pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão), nos termos e prazos previstos no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão); (c) questionamento judicial e/ou arbitral, por qualquer pessoa não mencionada no subitem "(d)" do item "(i.)" acima, da escritura ou do Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de quaisquer de suas disposições, cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Companhia por meio das medidas legais aplicáveis no (c.1) prazo legal, quando houver, ou (c.2) na ausência de prazo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ciência da Companhia; (d) alteração relevante do objeto social da Companhia e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão), conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme aplicável, vigente na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão), exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Companhia e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão); (e) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças necessárias para o regular exercício das atividades da Companhia, exceto nos casos em que tais autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças estejam comprovadamente no processo tempestivo de renovação ou obtenção, nos termos da legislação em vigor; (f) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na escritura, no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou nos demais documentos da Emissão (conforme definido na escritura de emissão) era inconsistente, incorreta e/ou insuficiente na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão) e/ou na data da respectiva formalização dos demais documentos da Emissão; (g) inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação pecuniária junto a qualquer credor ou grupo de credores, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas; (h) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas,

## 12.9 Outras informações relevantes

exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão) que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s); (i) concessão de mútuos e/ou amortização de mútuos existentes concedidos à Companhia, em qualquer dos casos acima, se a Companhia estiver inadimplente com relação ao cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) prevista na escritura e/ou no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão); (j) existência de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral e/ou decisão administrativa não sujeita a recurso, contra a Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido da Companhia; (k) descumprimento, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral e/ou decisão administrativa não sujeita a recurso, contra a Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido da Companhia; (l) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão), da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de seus ativos em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia declarado em seu balanço patrimonial divulgado no trimestre imediatamente anterior; (m) violação pela Companhia e/ou suas controladoras diretas, Controladas (conforme definido na escritura de emissão), funcionários, eventuais subcontratados, seus conselheiros e diretores, e/ou investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial instaurado contra tais pessoas envolvendo qualquer lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas sem limitação, o previsto nas Leis Anticorrupção (conforme definido na escritura de emissão), ressalvado pelos autos nº 5005039-51.2020.4.03.6181, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, que trata da Operação Triuno e seus desdobramentos, relatada no Fato Relevante (conforme definido na escritura de emissão) e FRE (conforme definido na escritura de emissão) e por eventuais desdobramentos do que ali constam; (n) cessão, venda, alienação, e/ou qualquer forma de transferência pela Companhia, de forma gratuita ou onerosa, em uma ou mais operações, de: (n.1) ativos permanentes, em valor superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; ou (n.2) 50% (cinquenta por cento) ou percentual superior do ativo circulante declarado em seu balanço patrimonial divulgado no exercício social imediatamente anterior, excetuada a hipótese de comercialização de estoque no curso ordinário dos negócios; (o) constituição de qualquer Ônus (conforme definido na escritura de emissão) pela Companhia por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos em valor, considerados individualmente ou em uma série de operações, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do ativo total da Companhia declarado em seu balanço patrimonial divulgado no trimestre imediatamente anterior; (p) existência contra a Companhia de condenação judicial ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral, em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, conforme aplicável, relacionados a infrações ou crimes ambientais, atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição; (q) não atendimento, pela Companhia, do montante mínimo de Direitos Creditórios (conforme definido na escritura de emissão) equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) no âmbito da Garantia Real (conforme definido na escritura de emissão), observados os procedimentos, critérios e prazos de cura, descritos de forma específica no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão), para fins do atendimento e/ou recomposição dos referidos índices mínimos; ou (r) não observância, pela Companhia, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA ("Índice Financeiro") inferior ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente com base nos dados de suas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de cada exercício social ("Demonstrações Financeiras"), e verificado pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão), das referidas Demonstrações Financeiras (conforme definido na escritura de emissão), sendo a primeira apuração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**II) Juros:** O Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão) das debêntures não é atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão) incide juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a (i) 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na escritura de emissão) (inclusive) até 26 de

## 12.9 Outras informações relevantes

dezembro de 2023 (inclusive) e (ii) 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão), a partir de 26 de dezembro de 2023 (exclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) ("Remuneração"). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão)), desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na escritura de emissão), ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão) imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão) em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na escritura de emissão) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na escritura de emissão), o que ocorrer primeiro, de acordo com a fórmula constante da escritura de emissão.

**(III) Garantia:** Garantia real, na forma de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável (i.) de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança a serem emitidos pela Companhia, que deverão corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão), durante toda a vigência da Emissão (conforme definido na escritura de emissão) ("Direitos Creditórios" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); e (ii.) dos direitos detidos pela Companhia sobre 1 (uma) conta vinculada de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente nos termos do contrato de administração de contas a ser celebrado entre a Companhia e o banco depositário, na qual serão depositados os Direitos Creditórios, bem como, de todos e quaisquer recursos e/ou valores depositados ou que venham a ser depositadas em tal conta vinculada, a qualquer tempo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ("Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantia Real").

**(IV) Crédito:** as Debêntures são da espécie com garantia real.

**(V) Restrições:** (i.) à distribuição de dividendos: é considerado um Evento de Inadimplemento Automático (conforme definido na escritura de emissão) a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura de emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão); (ii.) à alienação de determinados ativos: é considerado um Evento de Inadimplemento Não Automático (conforme definido na escritura de emissão) a cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência pela Companhia, de forma gratuita ou onerosa, em uma ou mais operações, de ativos permanentes, em valor superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, ou 50% (cinquenta por cento) ou percentual superior do ativo circulante declarado em seu balanço patrimonial divulgado no exercício social imediatamente anterior, excetuada a hipótese de comercialização de estoque no curso ordinário dos negócios; (c.) à contratação de novas dívidas: são considerados Eventos de Inadimplemento Não Automático (conforme definido na escritura de emissão) (c.1) a não observância, pela Companhia, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA (conforme definidos na escritura de emissão) ("Índice Financeiro") inferior ou igual 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente com base nos dados de suas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de cada exercício social ("Demonstrações Financeiras"), e verificado pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão) das referidas Demonstrações Financeiras, sendo a primeira apuração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (c.2) concessão de mútuos e/ou amortização de mútuos existentes concedidos à Companhia, em qualquer dos casos, se a Companhia estiver inadimplente com relação ao cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) prevista na escritura e/ou no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão); (d.) à emissão de novos valores mobiliários: não há; (e.) à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: é considerado um Evento de Inadimplemento Automático (conforme definido na escritura de emissão) a cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo a Companhia,

## 12.9 Outras informações relevantes

qualquer Controladora (conforme definido na escritura de emissão) e/ou qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) ("Operações Societárias"), exceto se tal Operação Societária (e.1) for realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo econômico da Companhia, desde que não corresponda à cisão, fusão e/ou incorporação da própria Companhia; (e.2) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da própria Companhia, se for assegurado aos Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debênture (conforme definido na escritura de emissão) de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definidos na escritura de emissão), conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão), calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na escritura de emissão) ou a data de pagamento da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate, e dos Encargos Moratórios (conforme definido na escritura de emissão), se houver, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (e.3) exclusivamente no caso de incorporação ou incorporação de ações de terceiros pela Companhia, desde que não haja descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido na escritura de emissão) (as operações previstas nos subitens "(e.1)", "(e.2)" e "(e.3)", em conjunto, "Operações Societárias Autorizadas"); ou (e.4) for previamente autorizada por Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão);

**(VI) Agente Fiduciário:** Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4 andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, cuja principal atribuição é proteger os interesses da comunhão de debenturistas, devendo, no caso de inadimplemento da Companhia e observados os termos da escritura de emissão, declarar o vencimento antecipado das debêntures e tomar qualquer providência necessária para realização dos créditos dos debenturistas.

Informações sobre a 6ª Emissão de Debêntures mencionada no item 12.3 deste Formulário de Referência.

### Características dos valores mobiliários

#### **(I) Vencimento Antecipado:**

**(i.) Evento de Inadimplemento Automático:** (a) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) e/ou prevista na escritura, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil (conforme definido na escritura de emissão) contado da data do respectivo inadimplemento; (b) utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão (conforme definido na escritura de emissão) em destinação diversa daquela prevista na escritura; (c) invalidade, nulidade ou inexequibilidade da escritura, do Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer das disposições dos referidos instrumentos, mediante decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Companhia por meio das medidas legais aplicáveis no (c.1) prazo legal, quando houver, ou (c.2) na ausência de prazo legal, no prazo de até 15 (quinze) Dias Uteis (conforme definido na escritura de emissão) a contar da ciência da Companhia sobre tal invalidade, nulidade ou inexequibilidade; (d) questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia ("Controlada") da escritura, do Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de qualquer de suas disposições; (e) cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos da escritura, excetuada as hipóteses de sucessão legal no âmbito de uma Operação Societária Autorizada (conforme definido na escritura de emissão); (f) (f.1) cessação das atividades da Companhia ou adoção de quaisquer práticas voltadas à liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Controlada, exceto se decorrente de uma Operação Societária Autorizada; (f.2) decretação de falência da Companhia, de qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada; (f.3) pedido de autofalência formulado pela Companhia, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada; (f.4) pedido de falência da Companhia, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada,

## 12.9 Outras informações relevantes

formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (f.5) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (g) transformação da forma societária da Companhia de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (h) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo a Companhia, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada ("Operações Societárias"), exceto se tal Operação Societária (h.1) for realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo econômico da Companhia, desde que não corresponda à cisão, fusão e/ou incorporação da própria Companhia; (h.2) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da própria Companhia, se for assegurado aos Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão) ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão), conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão), calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na escritura de emissão) ou a data de pagamento da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate, e dos Encargos Moratórios (conforme definido na escritura de emissão), se houver, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (h.3) exclusivamente no caso de incorporação ou incorporação de ações de terceiros pela Companhia, desde que não haja descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido na escritura de emissão) (as operações previstas nos subitens "(h.1)", "(h.2)" e "(h.3)", em conjunto, "Operações Societárias autorizadas"); ou (h.4) for previamente autorizada por Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão);(i) alteração do controle societário direto ou indireto da Companhia e/ou qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão), exceto (i.1) em caso de eventuais ofertas subsequentes de ações (follow-on) da Companhia; ou (i.2) se for previamente autorizada por Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão); (j) redução de capital social da Companhia sem o consentimento prévio dos Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) na forma prevista na escritura de emissão, exceto se realizada para absorção de prejuízos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (k) declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) (ainda que na condição de garantidora), incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, perante qualquer outro credor ou grupo de credores, neste caso, em valor individual ou agregado, igual ou superior a (k.1) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, enquanto houver debêntures da 5<sup>a</sup> (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da Companhia ("5<sup>a</sup> Emissão") em circulação; ou (k.2) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão), pela variação acumulada do IPCA (conforme definido na escritura de emissão), caso não haja mais debêntures da 5<sup>a</sup> Emissão (conforme definido na escritura de emissão) da Companhia em circulação ("Valor de Corte"); (l) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura de emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (m) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta escritura, no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou nos demais documentos da Emissão (conforme definido na escritura de emissão) era falsa e/ou enganosa na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão) e/ou na data da respectiva formalização dos demais documentos da Emissão (conforme definido na escritura de emissão); ou (n) constituição, pela Companhia, a qualquer tempo, de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança, no âmbito de financiamentos ou instrumentos representativos de dívida contraídos no mercado financeiro ou de capitais ("Instrumentos de Dívida"), em valor superior a 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão), exceto (n.1) se para garantir Instrumentos de Dívida contratados por quaisquer das Controladas (conforme definido na escritura de emissão) da Companhia; ou (n.2) se, em até 30 dias contados da nova cessão fiduciária, o Montante Mínimo (conforme definido no Contrato de Garantia)

## 12.9 Outras informações relevantes

for ajustado para igualar ao montante mínimo da referida garantia, caso essa seja superior ao Montante Mínimo (conforme definido no Contrato de Garantia).

(ii.) Evento de Inadimplemento Não Automático: (a) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura ou no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão), não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) contado da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico; (b) caso a Garantia Real (conforme definido na escritura de emissão) (b.1) seja anulada por decisão judicial não revertida dentro do prazo legal ou na ausência de prazo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias, sem a sua substituição pela Companhia no prazo e forma previstos no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão), (b.2) de qualquer outra forma, deixe de existir ou seja rescindida, sem a sua substituição pela Companhia no prazo e forma previstos no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão), ou (b.3) não seja reforçada ou substituída quando solicitado pelo Agente Fiduciária (conforme definido na escritura de emissão), nos termos e prazos previstos no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão); (c) questionamento judicial e/ou arbitral, por qualquer pessoa não mencionada no subitem "(d)" do item "(i.)" acima da escritura, do Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou de quaisquer de suas disposições, cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Companhia por meio das medidas legais aplicáveis no (c.1) prazo legal, quando houver, ou (c.2) na ausência de prazo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ciência da Companhia; (d) alteração relevante do objeto social da Companhia e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme aplicável vigente na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão), exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (e) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças necessárias para regular exercício das atividades da Companhia, exceto nos casos em que tais autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças estejam comprovadamente no processo tempestivo de renovação ou obtenção, nos termos da legislação em vigor; (f) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na escritura, no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão) e/ou nos demais documentos da Emissão (conforme definido na escritura de emissão) era inconsistente, incorreta e/ou insuficiente na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão) e/ou na data da respectiva formalização dos demais documentos da Emissão (conforme definido na escritura de emissão); (g) inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação pecuniária junto a qualquer credor ou grupo de credores, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas; (h) protestos de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (conforme definido na escritura de emissão) (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s); (i) concessão e mútuos e/ou amortização de mútuos existentes concedidos à Companhia, em qualquer dos casos acima, se a Companhia estiver inadimplente com relação ao cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) previstas na escritura e/ou no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão); (j) existência de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral e/ou decisão administrativa não sujeita a recurso, contra a Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido da Companhia; (k) descumprimento, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral e/ou decisão administrativa não sujeita a recurso, contra a Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido da Companhia; (l) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de seus ativos em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia declarado em seu balanço patrimonial divulgado no trimestre imediatamente anterior; (m) violação, pela Companhia e/ou suas controladoras diretas, Controladas, funcionários, eventuais subcontratados, seus conselheiros e diretores, e/ou investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial instaurado contra tais pessoas envolvendo qualquer lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas sem limitação, o previsto nas Leis Anticorrupção (conforme definido na escritura de emissão), ressalvado pelos autos nº 5005039-51.2020.4.03.6181, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, que trata da Operação Triuno e seus

## 12.9 Outras informações relevantes

desdobramentos, relatada no Fato Relevante (conforme definido na escritura de emissão) e FRE (conforme definido na escritura de emissão) e por eventuais desdobramentos que ali constam; (n) cessão, venda, alienação, e/ou qualquer outra forma de transferência, pela Companhia, de forma gratuita ou onerosa, em uma ou mais operações, de (n.1) ativos permanentes, em valor superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas; ou (n.2) 50% (cinquenta por cento) ou percentual superior do ativo circulante declarado em seu balanço patrimonial divulgado no exercício social imediatamente anterior, excetuada a hipótese de comercialização de estoque no curso ordinário dos negócios; (o) constituição de qualquer Ônus (conforme definido na escritura de emissão) pela Companhia ou por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos em valor, considerados individualmente ou em uma série de operações, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do ativo total da Companhia declarado em seu balanço patrimonial divulgado no trimestre imediatamente anterior; (p) existência contra a Companhia de condenação judicial ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral, em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, conforme aplicável, relacionados a infrações ou crimes ambientais, ou atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição; (q) não atendimento, pela Companhia, do montante mínimo de Direitos Creditórios (conforme definido na escritura de emissão) equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) no âmbito da Garantia Real (conforme definido na escritura de emissão), observados os procedimentos, critérios e prazos de cura, descritos de forma específica no Contrato de Garantia, para fins do atendimento e/ou recomposição dos referidos índices mínimos; ou (r) não observância, pela Companhia, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA ("Índice Financeiro") inferior ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos), a ser apurado pela Companhia com base nos dados de suas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de cada exercício social ("Demonstrações Financeiras"), e verificado pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão) em até 3 (três) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) contados na data de recebimento, pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão), das referidas Demonstrações Financeiras (conforme definido na escritura de emissão), sendo a primeira apuração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(II) Juros:** O Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão) das debêntures não é atualizado. Sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão) incide juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) ("Remuneração"). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão), desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na escritura de emissão), ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão) imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração em questão (exclusive), data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na escritura de emissão) ou a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na escritura de emissão), o que ocorrer primeiro, de acordo com a fórmula constante da escritura de emissão.

**(III) Garantia:** Garantia real, na forma de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável (i.) de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança a serem emitidos pela Companhia, que deverão corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) ("Direitos Creditórios" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); e (ii) dos direitos detidos pela Companhia sobre 1 (uma) conta vinculada de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente nos termos do contrato de administração de contas a ser celebrado entre a Companhia e o banco depositário, na qual serão depositados os Direitos Creditórios, bem como, de todos e quaisquer recursos e/ou valores depositados ou que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas (conforme definido na escritura de emissão), a qualquer tempo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantia Real").

**(IV) Crédito:** as Debêntures são da espécie com garantia real.

## 12.9 Outras informações relevantes

**(V) Restrições:** (a.) à distribuição de dividendos: é considerado um Evento de Inadimplemento Automático (conforme definido na escritura de emissão) a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura de emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão (conforme definido na escritura de emissão); (b.) à alienação de determinados ativos: é considerado um Evento de Inadimplemento Não Automático (conforme definido na escritura de emissão) a cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência pela Companhia, de forma gratuita ou onerosa, em uma ou mais operações, de ativos permanentes, em valor superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, ou 50% (cinquenta por cento) ou percentual superior do ativo circulante declarado em seu balanço patrimonial divulgado no exercício social imediatamente anterior, excetuada a hipótese de comercialização de estoque no curso ordinário dos negócios; (c.) à contratação de novas dívidas: são considerados Eventos de Inadimplemento Não Automático (conforme definido na escritura de emissão) (c.1) a não observância, pela Companhia, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA (conforme definidos na escritura de emissão) ("Índice Financeiro") inferior ou igual 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente com base nos dados de suas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de cada exercício social ("Demonstrações Financeiras"), e verificado pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis (conforme definido na escritura de emissão) contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário (conforme definido na escritura de emissão) das referidas Demonstrações Financeiras, sendo a primeira apuração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (c.2) concessão de mútuos e/ou amortização de mútuos existentes concedidos à Companhia, em qualquer dos casos, se a Companhia estiver inadimplente com relação ao cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) prevista na escritura e/ou no Contrato de Garantia (conforme definido na escritura de emissão); (d.) à emissão de novos valores mobiliários: não há; (e.) à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: é considerado um Evento de Inadimplemento Automático (conforme definido na escritura de emissão) a cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo a Companhia, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada ("Operações Societárias"), exceto se tal Operação Societária (h.1) for realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo econômico da Companhia, desde que não corresponda à cisão, fusão e/ou incorporação da própria Companhia; (h.2) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da própria Companhia, se for assegurado aos Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão) de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão) ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na escritura de emissão), conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão), calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na escritura de emissão) ou a data de pagamento da Remuneração (conforme definido na escritura de emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate, e dos Encargos Moratórios (conforme definido na escritura de emissão), se houver, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (h.3) exclusivamente no caso de incorporação ou incorporação de ações de terceiros pela Companhia, desde que não haja descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido na escritura de emissão) (as operações previstas nos subitens "(h.1)", "(h.2)" e "(h.3)", em conjunto, "Operações Societárias autorizadas"); ou (h.4) for previamente autorizada por Debenturistas (conforme definido na escritura de emissão) representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão).

**(VI) Agente Fiduciário:** Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino nº 215, 4 andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, cuja principal atribuição é proteger os interesses da comunhão de debenturistas, devendo, no caso de inadimplemento da Companhia e observados os termos da escritura de emissão, declarar o vencimento antecipado das debêntures e tomar qualquer providência necessária para realização dos créditos dos debenturistas.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Silvio Stagni	Diretor Presidente
Fabiana Lawant	Diretor de Relações com Investidores

### 13.1 Declaração do diretor presidente

**SILVIO STAGNI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.137.357 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 056.088.978-03, na qualidade de Diretor Presidente da **ALLIED TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º (parte) e 23º andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.247.322/0037-58 ("Companhia"), declaro, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

- (i) revi o Formulário de Referência da Companhia;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

---

**Silvio Stagni**  
Diretor Presidente

Este documento foi assinado digitalmente por Silvio Stagni.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 34C7-3E9E-C944-D4CB.

## 13.1 Declaração do diretor presidente PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/34C7-3E9E-C944-D4CB> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 34C7-3E9E-C944-D4CB



### Hash do Documento

1EQIHI10g3wTmi2yZgCdnyP1Jn6lWEcTNPakn7Xsbtc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/05/2024 é(são) :

- Silvio Stagni - 056.088.978-03 em 28/05/2024 09:54 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



### 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

**FABIANA LAWANT**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 19.514.418-6 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 226.602.548-18, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da **ALLIED TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º (parte) e 23º andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.247.322/0037-58 ("Companhia"), declaro, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

- (i) revi o Formulário de Referência da Companhia;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

---

**Fabiana Lawant**  
Diretora de Relações com Investidores

Este documento foi assinado digitalmente por Fabiana Lawant.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 80F8-14DE-955E-4960.

## 13.1 Declaração do diretor de PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/80F8-14DE-955E-4960> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 80F8-14DE-955E-4960



### Hash do Documento

9vpVsRv6syYCOCnEd4KkPmmA+L4idWoH4bkrjmjjUJo=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/05/2024 é(são) :

Fabiana Lawant - 226.602.548-18 em 28/05/2024 06:25 UTC-

03:00

**Tipo:** Certificado Digital

